

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO E
AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

GEYSA DE FRANÇA

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES TUTORES PARA A DOCÊNCIA ONLINE:
A UFJF EM PERSPECTIVA**

JUIZ DE FORA
2015

GEYSA DE FRANÇA

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES TUTORES PARA A DOCÊNCIA ONLINE:
A UFJF EM PERSPECTIVA**

Dissertação apresentada como requisito parcial à conclusão do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora.

Orientadora: Profa. Dra. Adriana Rocha Bruno

JUIZ DE FORA

2015

TERMO DE APROVAÇÃO

GEYSA DE FRANÇA

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES TUTORES PARA A DOCÊNCIA ONLINE:
A UFJF EM PERSPECTIVA**

Texto de defesa apresentado à Banca Examinadora designada pela equipe de Suporte Acadêmico da disciplina Dissertação I do Mestrado Profissional, aprovado em 10/08/2015.

Adriana Rocha Bruno

Membro da banca - orientador(a)

Celso Vallin

Membro da banca

Eliane Medeiros Borges

Membro da banca

Juiz de Fora, 10 de agosto de 2015

*Eu semeei meus sonhos onde você está
pisando agora. Pise suavemente, por que
você está pisando nos meus sonhos”(W.B. Yeats, 1899).*

AGRADECIMENTO

Agradecer é reconhecer. Reconhecer que não podemos caminhar sozinhos seja qual for a estrada escolhida.

Agradeço à Força maior que nos impulsiona a seguir adiante fazendo dos obstáculos momentos de aprendizagem.

A minha mãe, que nunca me permitiu desistir.

Ao meu esposo Marcos e meus amados filhos, Gabriel, Guilherme e Isabella, pela compreensão dos momentos de ausência.

Ao meu irmão, Paulo, e meu pai, Walter, por acreditarem na minha capacidade.

A Amanda Sangy e Luciana Verônica, por me guiarem pelo caminho escolhido.

A Adriana Rocha Bruno, minha orientadora, por acolher meus anseios de forma tão carinhosa, permitindo que eu descobrisse os caminhos da sementeira.

A Liane Miranda, que acredita e incentiva sonhos.

A Fernanda Sevarolli, companheira de mestrado e amiga.

A equipe gestora do CAEd, que oportunizou aos seus colaboradores a participação neste curso.

A todos aqueles que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho.

Quem pode dizer para onde vai a estrada? Só o tempo...

RESUMO

A presente dissertação foi desenvolvida no âmbito do Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação (PPGP) do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF). Tem-se como objetivo analisar a formação processos formativos dos/para tutores atuantes nos cursos de graduação da UAB/UFJF. A formação de tutores tem despertado interesse dos estudiosos sobre o tema, preocupados com a qualidade da educação básica brasileira, tendo em vista a expansão da EaD no Brasil e no mundo nas últimas décadas. A relevância do presente estudo se situa, especialmente, na reflexão sobre a formação de formadores – os tutores – cujo processo formativo para a docência é fundamental para atuação deste profissional frente às demandas pedagógicas, metodológicas, históricas e legais nos cursos de graduação ofertados na modalidade EaD. A suposição desta investigação, confirmada ao longo da pesquisa, é relativa à necessidade de implementação de uma política de formação de tutores nesta universidade. A metodologia utilizada foi o estudo de caso de caráter qualitativo, em que os dados foram coletados por meio de análise documental junto à UFJF, pesquisa bibliográfica, entrevista com coordenadores e TAE, e questionário online desenvolvidos junto aos tutores a distância na busca de compreender a dinâmica dos processos constitutivos, envolvendo um diálogo do pesquisador com a realidade estudada. Para o desenvolvimento do referencial teórico da pesquisa, recorreu-se a autores e pesquisadores com reconhecida contribuição no campo da Educação a Distância, enfatizando-se a formação do tutor, dentre eles, Paula (2008), Bernal (2008), Bortolozzo (2009), Mill (2007), Gatti e Barreto (2009) Costa e Rausch (2012), Tavares (2011). Os resultados da pesquisa apontaram que não há uma política de formação inicial e continuada de tutores na UFJF, mas ações isoladas e não complementares e interligadas que não conseguem suprimir todas as demandas básicas de formação dos tutores por não observarem as especificidades da modalidade EaD. Os resultados revelaram ainda, que é preciso incluir academicamente e socialmente o tutor na UFJF.

Palavras-chave: formação do tutor, Educação a Distância, modalidade EaD.

ABSTRACT

This work was developed under the Professional Master in Management and Education Assessment (PPGP) of the Center for Public Policy and Federal University of Education Evaluation of Juiz de Fora (CAEd / UFJF). One has to analyze the formative process of training / tutors for working in undergraduate courses of the UAB / UFJF. The tutor training has aroused the interest of scholars on the subject, concerned about the quality of the Brazilian basic education, with a view to expansion of distance education in Brazil and the world in recent decades. The relevance of this study lies especially in reflection on the training of trainers - tutors - whose training process for teachers is critical to performance of this professional front to pedagogical, methodological, historical and legal claims in undergraduate courses offered in the form DE. The assumption of this investigation, confirmed during the research, is on the need to implement a tutor training policy at this university. The methodology used was the qualitative study of case in which data were collected through documentary analysis by the UFJF, bibliographical research, interviews with coordinators and TAE, and online questionnaire developed with tutors the distance in search of understanding dynamics of the constituent processes, involving a researcher dialogue with the reality studied. For the development of theoretical research framework, we appealed to authors and researchers with recognized contribution in the field of education to distance learning, emphasizing the formation of the tutor, among them Paula (2008), Bernal (2008), Bortolozzo (2009), Mill (2007), Gatti and Barreto (2009) and Costa Rausch (2012), Tavares (2011). The survey results showed that there is an initial and continuing education policy tutors in UFJF but isolated actions and not complementary and interconnected that they can not suppress all basic demands of training of tutors for not observing the specifics of distance education mode. The results revealed also that you must include academically and socially tutor in UFJF.

Keywords: tutor training, distance education, distance education mode.

LISTA DE ABREVIATURAS

ASA	Agente de Suporte Acadêmico
CAEd	Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Cead	Centro de Educação a Distância
CIEPS	Centros Integrados de Educação Pública
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CONGRAD	Conselho Setorial de Graduação
EaD	Educação a Distância
FACED	Faculdade de Educação
FACC	Faculdade de Administração e Ciências Contábeis
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
GRUPAR	Grupo de Pesquisa Aprendizagem em Rede
ICFES	Instituto Colombiano para El Fomento de La Educación Superior
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 20 de dezembro de 1996
MEC	Ministério da Educação
NEAD	Núcleo de Educação a Distância
PAR	Plano Nacional de Formação de Professores
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PET	Programa de Educação Tutorial
PROGRAD	Pró-reitoria de Graduação
SER	Serviço de Radiodifusão Educativa
Seed/Pr	Secretaria de Estado da Educação do Paraná
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFF	Universidade Federal Fluminense
UNAD	Universidade Nacional Aberta a Distância
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura

UNIUBE Universidade de Uberaba

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.	Espaço de Formação Continuada de Tutores	105
Figura 2.	Princípios gerais para EaD Seed-Pr	109

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1.	Formação inicial do tutor.....	87
Gráfico 2.	Tempo de atuação do tutor EaD	88
Gráfico 3.	Formação específica em EaD	89
Gráfico 4.	A formação específica em EaD e a atuação do tutor e demais atores do curso.....	90
Gráfico 5.	A formação específica em EaD e a atuação do professor	91
Gráfico 6.	A web 2.0	92
Gráfico 7.	A formação do tutor e a mediação de conteúdos.....	93
Gráfico 8.	O processo de formação na visão do tutor	94
Gráfico 9.	O conhecimento específico e a atuação do tutor.....	94
Gráfico 10.	O conhecimento específico na tutoria.....	95
Gráfico 11.	O tutor e o papel de monitor.....	96
Gráfico 12.	O tutor e o planejamento da disciplina.....	97
Gráfico 13.	Formação continuada nos cursos.....	97
Gráfico 14.	Frequência da formação continuada.....	98
Gráfico 15.	A formação inicial para tutores promovida pelo Cead.....	99
Gráfico 16.	Temas abordados na formação inicial de tutores promovida pelo Cead.....	100
Gráfico 17.	O tutor como representante da UFJF.....	100

LISTA DE QUADROS

Quadro 1.	Eras Tecnológicas segundo Santaella	26
Quadro 2.	Do Credenciamento - Dimensão 1 - Organização Institucional para Educação a Distância	34
Quadro 3.	Do Credenciamento - Dimensão 2: Equipe multidisciplinar ...	35
Quadro 4.	Da Autorização. Dimensão 1: Organização didático-pedagógica	36
Quadro 5.	Da Autorização. Dimensão 2: corpo docente e corpo de tutores	37
Quadro 6.	Matriz curricular analisada de cursos de graduação da UFJF – Modalidade Presencial	39
Quadro 7.	Ementa da disciplina Introdução ao Ensino a Distância - Licenciatura em Física	41
Quadro 8.	Identificando os entrevistados	68
Quadro 9.	Aspectos relevantes para implementação de uma política de formação de tutores na UFJF	120
Quadro 10.	Ações relacionadas à formação inicial de tutores na UFJF ...	122
Quadro 11.	Proposta de temas de estudo para formação inicial de tutores na UFJF	124
Quadro 12.	Ações relacionadas à formação continuada de tutores na UFJF no âmbito dos coordenadores de tutoria	127
Quadro 13.	Ações relacionadas à inclusão social e acadêmica de tutores na UFJF	130
Quadro 14.	Programação do Seminário	133

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	24
1.1 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA.....	25
1.2 A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL.....	27
1.2.1 Da Legislação Brasileira	29
1.3 A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NA UFJF	46
1.3.1 Da Legislação da UFJF	49
1.4 CURSOS DE GRADUAÇÃO NA MODALIDADE A DISTÂNCIA NA UFJF.....	49
1.4.1 Bacharelado em Administração Pública	50
1.4.2 Licenciatura em Computação	51
1.4.3 Licenciatura em Educação Física	51
1.4.4 Licenciatura em Física	51
1.4.5 Licenciatura em Matemática	52
1.4.6 Licenciatura em Pedagogia	52
1.4.7 Licenciatura em Química	52
2 O TUTOR NO CONTEXTO DA EAD	54
2.1 METODOLOGIA DE PESQUISA.....	54
2.2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	55
2.3 CONCEITUANDO O TERMO TUTOR.....	57
2.4 A TUTORIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA.....	59
2.5 A FORMAÇÃO DO TUTOR.....	63
2.6 A TUTORIA NA UAB/UFJF.....	66
2.6.1 Com a Palavra os Tutores	86
2.7 FORMAÇÃO CONTINUADA DE TUTORES: EXPERIÊNCIAS VISITADAS.....	103
2.7.1 Faculdade de Pedagogia da UFJF	103
2.7.2 Secretaria de Estado da Educação do Paraná	107
2.7.3 O Modelo Colombiano	109
2.7.4 O Que Levamos das Experiências Visitadas	112

3	UMA PROPOSTA PARA FORMAÇÃO DE TUTORES NA UFJF	116
3.1	AÇÃO 1: O CEAD E A FORMAÇÃO INICIAL CONTINUADA DE TUTORES.....	121
3.2	AÇÃO 2: O COORDENADOR DE CURSO COMO ELEMENTO PRINCIPAL NA FORMAÇÃO CONTINUADA.....	126
3.3	AÇÃO 3: UMA DISCUSSÃO QUE NÃO PODE MAIS SER ADIADA. COMO A UFJF PERCEBE O PAPEL DO TUTOR?.....	129
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	135
	REFERÊNCIAS	137
	APÊNDICE	147

INTRODUÇÃO

Numa sociedade caracterizada por constantes transformações (culturais, econômicas, sociais, tecnológicas, entre outras), a discussão acerca da formação de professores deveria ser assunto prioritário das propostas de políticas educacionais no país. A formação não se esgota na conclusão de um curso.

Antes de explorar a problemática indicada acima, farei uma breve retomada da minha própria formação, objetivando esclarecer como despontaram os interesses manifestados na presente pesquisa.

Nos estudos em nível médio, me formei no curso Magistério, graduação em Pedagogia com habilitação em Administração Escolar e especialista em Supervisão Escolar - minha primeira experiência como aluna da EaD. Em minha trajetória profissional já exerci o cargo de professora da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Médio, além de também ter trabalhado com o Ensino Superior, coordenação pedagógica e gestão escolar. Minha experiência se deu na rede pública estadual e municipal nos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro, e na rede particular, sendo que nesta última conheci e trabalhei com o sistema apostilado¹.

Em 1990, ingressei como professora efetiva na rede estadual de ensino no Estado do Rio de Janeiro. Também participei como docente da implementação dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEPS), a qual trazia a proposta de educação em tempo integral. No ano de 1995, pedi exoneração do cargo e retornei à Minas Gerais.

O ano do regresso a Minas Gerais foi o de 1998, momento em que a nova LDB 9.394/96 fervilhava nas escolas e as mudanças propostas causavam as mais diferentes reações: da rejeição à inclusão e universalização à adoção incondicional da nova proposta. Foi neste contexto de discussão e disputa sobre a nova lei que iniciei minha experiência profissional com o sistema apostilado na rede educacional privada, o que constituiu um momento rico e diversificado de minha vivência como docente. Nesse contexto, aprendi a trabalhar em equipe e

¹ Material padronizado produzido para uso em situações de ensino condensando determinado volume de conteúdos curriculares compilados e organizados em textos, explicações e exercícios, distribuídos em blocos correspondentes a aulas, bimestres, trimestres ou outros períodos determinados.

em rede de colaboração. Os encontros eram marcados pela troca de experiências exitosas e momentos de estudos e palestras sobre temas atuais. Conheci ali uma nova realidade.

Em 2006 retornei à rede estadual e permaneci até 2014 atuando como professora dos anos iniciais. Ainda no ano de 2014 passei à função de supervisão pedagógica. O primeiro momento foi permeado pelo choque de realidades, deslocando de um sistema estruturado para um sistema em crise. É válido ressaltar que nesta comparação não me refiro a problemas na aprendizagem dos alunos, e evidencio fatores como a ausência de organização didática-pedagógica, de gestão, de planejamento, de implementação de proposta pedagógica, de capacitação docente, de trabalho em equipe.

Na Educação a Distância, iniciei minhas atividades no ano de 2007, como tutora do curso de Pedagogia pela Universidade de Uberaba (UNIUBE) – plataforma TelEduc². Não houve processo seletivo, apenas indicação. O tutor recebia o nome de preceptor e trabalhava como orientador de todas as disciplinas e do TCC. Havia um tutor por turma. Nunca conheci pessoalmente nenhum professor de disciplinas. O polo de Juiz de Fora contava com uma coordenadora regional que fazia visitas bimestrais e tratava de assuntos gerais. Participei de uma formação inicial, via plataforma, com a carga horária de 80 horas (que privilegiava a operacionalização da plataforma já que eu não participava da construção do material utilizado) e fui diretamente para o trabalho. Os alunos recebiam as apostilas e meu trabalho consistia em acompanhar e corrigir as provas e atividades (essas últimas entregues impressas), como também em ministrar as oficinas presenciais (mensais), orientar e validar o estágio supervisionado e o TCC.

Com o mercado de “trabalho do tutor” em expansão, em 2008 inicio o curso de especialização em Supervisão Escolar na modalidade a distância. O curso não utilizava nenhuma plataforma de ensino para mediação dos conteúdos/disciplinas trabalhados, não havendo também a figura do tutor. O material era entregue impresso, e nele já constavam as atividades avaliativas propostas que eram entregues no polo. Eu fazia as atividades, levava ao polo e assinava a ata de presença em que constava o encontro presencial. Se houvesse dúvida, enviava

² TelEduc - <http://www.teleduc.org.br/>

por email – a maioria não respondida. Meu TCC foi construído na “marra”, com apenas um retorno do meu orientador.

Em 2009, ingressei como tutora da UAB/UFJF, também no curso de Pedagogia, onde trabalhei até 2010. O processo seletivo consistiu em análise de currículo e entrevista. Participei de formação inicial do Cead, com carga horária total de 60 horas, que contou com um momento presencial em que se priorizou a capacitação para a operacionalização da plataforma Moodle.

Com formato diferente - um tutor por disciplina -, orientei o Estágio Supervisionado no curso de Pedagogia a distância da UFJF. As reuniões entre a professora da disciplina e o grupo de tutores eram semanais. Discutíamos assuntos gerais e textos específicos para a disciplina, produzíamos o material/atividades que seriam utilizados na plataforma. Havia ainda as oficinas presenciais nos polos, ministradas pelos tutores e elaboradas nas reuniões com a professora. Uma vez por mês, participava de um encontro (específico e obrigatório aos tutores do curso de Pedagogia) do Grupo de Pesquisa Aprendizagem em Rede (GRUPAR). Tal grupo tem por objetivo pesquisar os processos de aprendizagem e as dimensões que os envolvem, no que diz respeito à didática, à formação de educadores e profissionais de diferentes áreas para o uso das tecnologias e às convergências de mídias e ambientes de aprendizagem que considerem a especificidade tanto dos sujeitos envolvidos quanto do meio em que eles estão imersos.

Com o término do curso de Pedagogia na UAB1, passei a atuar no curso de Especialização em Gestão Pública da Faculdade de Administração/UFJF, em que atuo até o momento. O processo seletivo consistiu em análise de currículo, prova escrita de redação sobre o tema “administração pública” e entrevista. Desse modo, iniciei uma nova e diferente jornada como tutora da UAB/UFJF, e também como mediadora de uma disciplina. Os encontros acontecem em média uma vez por mês, sendo que nestes os professores da disciplina apresentam seus objetivos, o que esperam da discussão no fórum e das atividades através de um gabarito orientador. O material é produzido pelo professor e disponibilizado para o tutor pela coordenação antes do início de cada disciplina. O coordenador está presente em todas as reuniões entre o grupo de tutores e professor e também são discutidos assuntos mais gerais, como dúvidas, orientações e planejamento

dos encontros presenciais no polo, que são momentos de avaliação presencial no formato de apresentação de seminário temático.

Entre 2012 à 2014, trabalhei como Agente de Suporte Acadêmico (ASA), - uma espécie de tutoria - no Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd) da UFJF, no curso de Especialização para Gestores Públicos do Estado de Goiás e na capacitação para docentes em estágio probatório do estado do Amazonas. Essa função transcorreu até o mês de junho de 2014. O processo de seleção consistiu em análise de currículo, prova escrita de conhecimentos específicos e entrevista.

Os encontros entre ASA e coordenação de curso eram semanais. Neles se discutiam, inicialmente, assuntos gerais, como problemas relacionados aos alunos (notas, evasão, reoferta de atividades, prazos), ajustes solicitados pela Secretaria de Estado de Educação de Goiás devido ao grande número de reprovações nas disciplinas no decorrer do curso (o que gerava uma série de novas demandas não previstas), além da elaboração de questões relativas a atividades e a provas. O trabalho na plataforma consistia em acompanhar e mediar os fóruns de discussão, as atividades e orientar o TCC dos alunos (em média 30 alunos por ASA, sem auxílio de nenhum professor). Havia um encontro presencial entre o grupo de ASAs e o professor da disciplina. O resultado final do curso ficou muito abaixo do esperado, com cerca de apenas 35% dos alunos obtendo os certificados.

Em um determinado momento, o ASA passou a ter momentos diferenciados que visavam sua formação continuada e passamos a estudar o conteúdo que seria apresentado aos alunos, produzindo questões e chave de correção/mediação para os fóruns de discussão.

O fato de vivenciar situações diversas na prática da tutoria e como aluna da EaD provocou diversas inquietações em meu fazer pedagógico e na maneira de formular minha atuação como tutora. As experiências práticas e as propostas com que tive contato se apresentaram muito diversificadas, o que me levou a questionar continuamente o meu papel e minha função. Minha busca é por uma identidade, um parâmetro que possa indicar o que e quem sou enquanto tutor. Tavares (2011), apesar de ter como foco a tutoria no curso de Pedagogia da UFJF, traz muitos dos questionamentos que busco responder

Que saberes eles (tutores a distância) mobilizam para sua atuação? Como esse educador se constitui? Qual a identidade desse profissional e como ela é formada? Já não se falava mais de um facilitador da aprendizagem como nos projetos anteriores. Qual seria sua nova função? Quem é o tutor? Qual é a função deste profissional? Como percebemos o tutor e a tutoria no curso? (TAVARES, 2011, p. 14).

A proposta da Universidade Aberta do Brasil (UAB) indica que “as Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) participantes do Sistema UAB³ são as responsáveis pela seleção dos tutores de seus cursos, tendo autonomia para disporem de critérios diferentes de seleção” (BRASIL, 2005,s.p.). Esta colocação demonstra que pode não haver um critério padrão definido (uma política nacional única) para a atuação do tutor, ficando sob responsabilidade das instituições, em acordo com seus projetos políticos pedagógicos, tais processos seletivos. Esse cenário implica considerar que a UFJF tem autonomia para implementar uma política de formação docente (utilizando a cultura digital e em rede) para os profissionais atuantes nos cursos a distância, sendo o tutor um dos principais agentes neste processo. A Resolução nº 8, de 30 de abril de 2010 em seu art. 9º define

Tutor: profissional selecionado pelas IPES vinculadas ao Sistema UAB para o exercício das atividades típicas de tutoria, sendo exigida formação de nível superior e experiência mínima de 1 (um) ano no magistério do ensino básico ou superior, ou ter formação pós-graduada, ou estar vinculado a programa de pós-graduação. O valor da bolsa a ser concedida é de R\$ 765,00 (setecentos e sessenta e cinco reais) mensais, enquanto exercer a função. Cabe às IPES determinar, nos processos seletivos de tutoria, as atividades a serem desenvolvidas para a execução dos Projetos Pedagógicos, de acordo com as especificidades das áreas e dos cursos (BRASIL, 2010, p.9).

O Sistema UAB conta com o Manual de Atribuições dos Bolsitas, Anexo I, art. 9º da referida Resolução, que define as atribuições do tutor e aponta, entre outras disposições, que este deverá “participar das atividades de capacitação e atualização promovidas pela Instituição de Ensino” (BRASIL, 2010, s.p.). Em meio ao cenário contemporâneo, em que as relações pessoais e a produção do

³ Informações adicionais relativas ao Sistema UAB encontram-se em: http://uab.capes.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=74&Itemid=50

conhecimento se dão de forma mediada com as tecnologias digitais e em rede, trazendo para o ambiente educacional um docente cujas funções afeitas ao ensino são fundamentais para a aprendizagem em cursos a distância, faço a seguinte pergunta: **quais (e como) são as políticas que a UFJF tem desenvolvido, institucionalmente, para atender às demandas de formação para a docência online, voltadas ao tutor para atuação nos cursos desenvolvidos na modalidade a distância desta universidade?**

A partir dessa questão, outras se desdobram: quem são os responsáveis por desenvolver as políticas para a formação docente online na UFJF? De que modo são realizadas tais formações? Quem participa destas formações: docentes, tutores, gestores? Que proposta(s) de Educação a Distância, e de docência online – compreendendo a prática de tutoria - pode(m) ser identificada(s) na UFJF?

O interesse pelo tema proposto parte da observação empírica em diferentes momentos enquanto tutora de EaD na UFJF e em outras instituições, e também como aluna dessa modalidade de ensino.

Assim, o presente trabalho pretende pesquisar a formação dos tutores a distância (ou online) que trabalham em cursos de graduação na EaD na UFJF. A partir dos dados coletados, busca-se verificar a necessidade de implementação de uma política de formação de tutores que possa contribuir para o trabalho deste profissional da educação a partir da questão-problema apresentada.

Reconhecemos, neste trabalho, que o tutor é também professor, como explicita a Portaria n.º 301, de 07 de abril de 1998, a qual normatiza os procedimentos de credenciamento de instituições para oferta de cursos na modalidade EaD e define

Art. 3º A solicitação para credenciamento do curso de que trata o § 1º deverá ser acompanhada de projeto, contendo, pelo menos, as seguintes informações:

V – descrição clara da política de suporte **aos professores que irão atuar como tutores** e de atendimento aos alunos, incluindo a relação numérica entre eles, a possibilidade de acesso à instituição, para os residentes na mesma localidade e formas de interação e comunicação com os não residentes; (BRASIL, 1998, grifo nosso).

Ainda na Resolução nº 8, de 30 de abril de 2010, seu art. 9º define como exigência para exercer atividades típicas de tutoria “formação de nível superior e **experiência mínima de 1 (um) ano no magistério** do ensino básico ou superior, ou ter formação pós-graduada, ou estar vinculado a programa de pós-graduação” (BRASIL, 2010, p.9, grifo nosso).

Recorremos também a consulta em diferentes editais de seleção de tutores publicados pelo Centro de Educação a Distância (Cead). No item especificação dos requisitos e condições para inscrição do candidato, lê-se que é necessário “ser servidor público, efetivo ou **profissional do magistério** contratado, de qualquer esfera administrativa (Federal, Estadual, Municipal)” (Cead, 2014, p.2, grifo nosso).

Consideramos ainda a Resolução CD/FNDE nº 42, de 4 de novembro de 2013, que estabelece orientações e diretrizes para o pagamento de bolsas a estudantes de graduação e a **professores tutores** no âmbito do Programa de Educação Tutorial (PET). Observamos que a referida resolução utiliza o termo *professor-tutor*.

Destacamos igualmente a sentença⁴ baseada em Acórdão, proferida pelo Poder Judiciário Federal, Justiça do Trabalho, Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região do Rio de Janeiro de 07 de novembro de 2012 que reconhece que “a legislação referente ao ensino a distância no Brasil estabelece que o tutor deve ser professor. Assim, este tem direito às normas coletivas da categoria dos professores”. O relator indica ainda que

Além disso, a Resolução/FNDE/CD/Nº 044, DE 29 de dezembro de 2006, que estabelece orientações e diretrizes para a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes dos cursos e programas de formação superior, no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil, conceitua o professor/pesquisador como o “que atuará nas atividades típicas de ensino, de desenvolvimento de projetos e de pesquisa, relacionadas aos cursos e programas implantados no âmbito do Sistema UAB, sendo exigida experiência de 03 (três) anos no magistério superior”. E o tutor de curso a distância como o “participante dos cursos e programas da UAB, selecionado pelas instituições vinculadas ao Sistema UAB, para o exercício das atividades típicas de tutoria em educação a distância, **sendo exigida experiência no magistério**

⁴ Para ler a sentença deste tribunal na íntegra consulte <http://bd1.trt1.jus.br/xmlui/bitstream/handle/1001/441815/00004517520125010026%2319-11-2012.pdf?sequence=1>

ou formação pós-graduada” (RIO DE JANEIRO, 2012, grifo nosso).

O referencial teórico se baseará nas obras de pesquisadores sobre o tema EaD e em como é sustentado pela legislação vigente. Consideramos, a partir dos documentos e autores pesquisados, que o tutor deve passar por formação específica e continuada para a modalidade EaD – ação prevista no Referencial de Qualidade para Educação a Distância. A capacitação profissional pode ser entendida como um procedimento educacional, e deve ser contínua, mantendo o objetivo de fazer com que as pessoas possam adquirir atitudes, competências e conhecimentos necessários para atender as demandas que surgem a todo momento.

Santos (2009) trata o conceito de educação online como um fenômeno da cibercultura e defende que não se trata mais apenas da evolução da EaD, mas de um processo de hibridação que envolve as relações humanas e as interfaces digitais. Já Bruno aponta que “o adulto aprende a partir de experiências, que se desenvolvem por meio de ciclos, em espiral crescente, e permeiam toda a sua vida” (BRUNO, 2007, p. 7) e apresenta uma discussão que nos leva a refletir sobre a necessidade de conhecermos a maneira pela qual o adulto aprende.

Por outro viés, Bernal (2008) destaca as questões implicadas na formação do tutor e busca inquirir sobre seu estatuto epistemológico. A autora aponta, através de sua pesquisa realizada na Colômbia, sobre o tema da formação do tutor, sendo que nele “percebe-se a angústia e a insatisfação diante do auge das aulas virtuais e das proclamações de uma aprendizagem mediada” (BERNAL, 2008, p. 85). Isso torna imperativo novos estudos sobre o tema e afirma “que o tutor deve exercer uma função principal no projeto dos ambientes virtuais e na construção de uma nova cultura (Ibid, p.85)”, nos quais deve ser enfatizado o processo de formação deste ator como possível centro de atenção no planejamento de cursos nesta modalidade de ensino.

Tavares (2011), em sua dissertação de Mestrado⁵, faz uma análise significativa do papel do tutor na atualidade. A pesquisadora questiona se as

⁵ TAVARES, Erica Alves Barbosa Medeiros. *Olhares e vozes de tutores sobre o ser tutor*. 128 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011.

tarefas de sua responsabilidade não se caracterizam como próprias da docência e aponta ainda o documento orientador do MEC (2005) para a proposta da UAB, no que diz respeito a função do tutor, mais confunde que esclarece

O documento separa a elaboração do material didático e o preparo do conteúdo curricular, responsabilidade do docente, atribuindo ao tutor a seleção de materiais de apoio e sustentação teórica. Cabe-nos questionar: tais ações pedagógicas não seriam parte da docência? Acreditamos que sim. Há ainda a desvinculação da mediação direta com os estudantes, que também é parte fundamental da docência entre aquele que ensina e aquele que “tira dúvidas”. Ainda que faça menção ao trabalho conjunto entre o professor e o tutor, é notório, no referido documento, o movimento de cisão, fragmentação, mais confundindo do que esclarecendo essa parceria (TAVARES, 2011, p. 28).

Portanto, tornam-se nítidos os focos de sustentação para o desenvolvimento da presente dissertação: o tutor e a tutoria na docência online, a importância dos estudos sobre a aprendizagem do adulto na formação dos docentes que formam professores, e a Educação a Distância e online como modalidades da educação contemporânea.

O presente trabalho está organizado em três capítulos. No primeiro capítulo apresentamos o problema de pesquisa – o caso a ser investigado e também o contexto da temática do PAE: a história da Educação a Distância no contexto mundial, no Brasil e na UFJF. Conceituamos Educação a Distância a luz de diversos autores e da legislação vigente e pontuamos especificidades da UFJF.

O segundo capítulo tem como foco a apresentação do campo. Nesse sentido, evidencia sua problematização, metodologia e os subsídios teóricos que alicerçam tais movimentos investigativos. Com isso, há um resgate da história da tutoria, das diferentes terminologias encontradas para designar a função, e também se destaca a figura do tutor na atualidade. A partir desses componentes, buscamos identificar a formação do tutor atuante na Educação a Distância (EaD) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), bem como registrar e analisar como os atores envolvidos nesta modalidade compreendem sua função. Esse procedimento foi desenvolvido na pesquisa de campo a partir de dados apurados através de entrevista, de questionário aplicados aos tutores da UFJF e do referencial teórico apresentado.

No terceiro e último capítulo, por meio do plano de ação, pretendemos, com base nos dados encontrados relativos à função de tutoria na UFJF e em consonância com os autores referência desta pesquisa, apresentar a proposta de política de formação de tutores ancorada na teoria abordada e no diagnóstico realizado.

1 EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Neste capítulo trataremos da história da Educação a Distância fazendo uma breve contextualização com relação à sua gênese e a sua trajetória no decorrer do tempo e focando seu desenvolvimento na UFJF. Para isso, será abordada a legislação vigente que rege esta modalidade de ensino. Serão apresentados os cursos de graduação ofertados na UFJF na modalidade EaD e, dessa forma, empreenderemos uma discussão sobre a formação do tutor, profissional que atua como mediador nos cursos ofertados.

Compreender o contexto em que esta modalidade de ensino surgiu e se multiplicou até chegar aos dias atuais - servindo-se principalmente do avanço tecnológico que permitiu o acesso a diferentes níveis de ensino - é fundamental para a posterior análise da Educação a Distância no contexto da UFJF.

No Brasil, o conceito de EaD é definido oficialmente no Decreto nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005 (BRASIL, 2005, p.1):

Art.1º - Para os fins deste Decreto, caracteriza-se a Educação a Distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos (BRASIL, 2005, p.1).

Na literatura recente, encontramos diferentes terminologias utilizadas para definir esta modalidade, sempre apontando como sua característica comum o uso de recursos tecnológicos.

Para Santos (2009) a “educação online é o conjunto de ações de ensino-aprendizagem ou atos de currículo mediados por interfaces digitais que potencializam práticas comunicacionais interativas e hipertextuais” (SANTOS, 2009, p. 5663). A autora trata o conceito de educação online como um fenômeno da cibercultura e defende que não se trata mais apenas da evolução da EaD, mas de um processo de hibridação que envolve as relações humanas e as interfaces digitais.

Também seguindo essa vertente teórica, Claro, (2010) indica que

A educação online manifesta-se através de relações complexas entre o professor e seus alunos e ocorre em ambientes que

possuem interfaces potencializadoras de interatividade, ou seja, que permitem ao aluno e professor criar, modificar, construir conhecimentos, sendo coautores do processo de ensino-aprendizagem (CLARO, 2010, p. 6).

Observamos que, a partir da década de 1990, no Brasil, com o desenvolvimento das tecnologias de comunicação e o acesso a estas pela população em geral, a Educação a Distância, mediada pelas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), obteve avanços significativos não só no que diz respeito a ampliação da oferta, como também em relação à legislação educacional que a normatizou como modalidade de ensino.

Feita esta apresentação, na próxima seção discorreremos sobre a história da EaD.

1.1 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Em meados do século XIX têm início o período que os historiadores chamam de *a Segunda Revolução Industrial*. Mugnol (2009) indica que é neste momento em que surgem as grandes indústrias, resultado da Revolução Industrial iniciada no século XVIII na Inglaterra, haja vista que seu surgimento foi movido pelo crescimento econômico e pelo crescente processo de industrialização.

Em meio à corrida tecnológica e mercadológica, e também como consequência da 1ª e da 2ª Guerra Mundial, surge a necessidade de capacitação rápida dos novos recrutas. Isso dá novo impulso à modalidade EaD e faz ampliar a utilização de métodos de comunicação mais rápidos, como o Código Morse. Segundo Mugnol (2009), no início do século XX, a oferta dos cursos a distância era feita por correspondência e objetivava ampliar a oferta de oportunidades educacionais, buscando incluir as camadas sociais menos favorecidas economicamente ao sistema formal de ensino, principalmente em relação à educação básica, uma vez que as preocupações iniciais da EAD estavam focadas neste nível de ensino e em cursos preparatórios para o trabalho.

É neste cenário – início do século XX – que a EaD passou a ser utilizada como ferramenta capaz de suprir necessidades imediatas em curto prazo, independentemente da distância física que separava os alunos dos centros educacionais.

De acordo com Faria (2010), a evolução da Educação a Distância está dividida em períodos. O primeiro período se estenderia até meados de 1970, marcado principalmente pela utilização da correspondência. Já o segundo período, que se estende aproximadamente até o ano de 1990, coincide com o período de industrialização e com a necessidade de mão de obra capacitada, sendo que se caracterizou pela utilização de meios de comunicação audiovisuais – televisão e rádio. Por fim, o terceiro período, ou *geração*, como indica Faria (2010), tem início a partir da década de 1990 e se caracteriza “pela integração de redes de conferência por computador e estações de trabalho multimídia” (FARIA, 2010, p. 19), além de se centrar na flexibilidade encontrada na integração de várias tecnologias.

Em contrapartida, Santaella (2007) apresenta cinco eras tecnológicas, que resultam em uma cultura híbrida da tecnologia da comunicação. A autora faz a seguinte classificação:

Quadro 1. Eras Tecnológicas segundo Santaella

Geração	Características e instrumentos
1ª Geração	Tecnologias do Reprodutível. Meios de comunicação de massa eletromecânicos: jornal, cinema e fotografia.
2ª Geração	Tecnologia da Difusão. Meios de comunicação em massa eletroeletrônicos: rádio e televisão.
3ª Geração	Tecnologia do Disponível. Tecnologias narrowcasting: TV por assinatura.
4ª Geração	Tecnologia do Acesso. Tecnologia das redes de teleinformática: advento da internet.
5ª Geração	Tecnologia da Conexão Contínua. Comunicação móvel.

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Santaella, 2007.

Segundo Santaella, a 1ª Geração corresponde à era que "lançou as sementes da cultura de massa" (SANTAELLA, 2007, p.195), incentivando o início do consumo de massa, do nascimento de linguagens da reprodutividade, do leitor movente (que lê o jornal e ao mesmo tempo percebe o movimento da grande cidade). A 2ª Geração é responsável pela ascensão da cultura de massas em que a cultura de mídias televisivas se expande através de diferentes emissoras. Diferentes equipamentos surgem – videocassete, TV a cabo, etc. – principiando uma mediação diferente daquela que está na base da cultura de massa. A autora chama a 3ª Geração de cultura de mídias, em que tecnologias de pequeno porte

permitem a individualidade da busca pela informação e entretenimento. Na 4ª Geração, o espaço virtual se estabelece: suas tecnologias da inteligência modificam e transformam os modos de armazenamento, manipulação e diálogo com as informações. Na 5ª Geração “todo o ambiente urbano foi adquirindo um novo desenho resultante da interferência e intromissão do virtual na vida real” (SANTAELLA, 2007, p. 199), que permite a interação de pessoas independente do espaço geográfico. Santaella (2007) aponta o acontecimento de uma revolução digital que provocou grande impacto nas formas e meios de comunicação.

Finda a apresentação da expansão da EaD no contexto mundial, passamos a seguir a discorrer sobre esta modalidade no Brasil.

1.2 A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL

Iniciamos a discussão acerca da Educação a Distância no Brasil ressaltando que o principal ponto de análise neste trabalho diz respeito à formação e à atuação de tutores, discussão esta que será ampliada no capítulo seguinte.

De acordo com o Censo EaD publicado pela Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED, 2004), em 2004 registrou-se a matrícula de 159.366 alunos em cursos na modalidade EaD. O mesmo Censo registra em 2013 o total de 1.271.016 matrículas nesta mesma modalidade. O aumento expressivo na oferta/matricula e na busca por alternativas de formação/capacitação via Educação a Distância de acordo com os números apresentados, indica a necessidade de ampliação de estudos e pesquisas nesta área.

Os primeiros registros encontrados sobre Educação a Distância no Brasil datam do início do século XX. No ano de 1923, Henrique Morize e Edgard Roquette-Pinto criaram a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro e deram início a programas que objetivavam a educação popular via rádio devido à popularidade do equipamento naquele momento. Segundo Alves “tinha início assim a Educação a Distância pelo rádio brasileiro” (ALVES, 2011, p. 88).

Em 1939, surge o Instituto Monitor, o primeiro instituto brasileiro a oferecer sistematicamente cursos profissionalizantes a distância por correspondência. Logo depois, em 1941, é criado o Instituto Universal Brasileiro, segundo instituto brasileiro a oferecer também cursos profissionalizantes sistematicamente. Ainda no mesmo ano, surge a primeira Universidade do Ar.

Em 1970 é lançado o Projeto Minerva, um convênio entre o Ministério da Educação, a Fundação Padre Landell de Moura e a Fundação Padre Anchieta, cuja meta era a utilização do rádio para a educação e a inclusão social de adultos. O projeto foi mantido até o início da década de 1980.

Segundo Alves (2011), nas primeiras duas décadas do século XX, as experiências brasileiras envolvendo a EaD partiram da iniciativa privada que utilizava a correspondência e a comunicação via rádio para chegar até o público alvo. A participação do governo tem início em 1934 com a criação da Rádio Escola Municipal do Distrito Federal.

Para Aragão (2004) “o grande avanço da EaD, no Brasil, aconteceu em 1992, quando o Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Ensino Superior, propôs discussões para estimular a EaD nas universidades brasileiras” (ARAGÃO, 2004, p. 470).

Podemos considerar, para fins de delimitação temporal de nossa pesquisa, que a função de tutoria na Educação a Distância ganha destaque e passa a ser objeto de estudos e pesquisas a partir do início das atividades desenvolvidas no Sistema UAB - criado pelo MEC em 2005, Decreto 5.800, de 8 de junho de 2006 - quando verificamos o aumento do número de teses e dissertações sobre o tema. De acordo com pesquisa realizada por Tavares (2011), diferentes autores já indicavam à necessidade de formação específica para o tutor que atua na EaD.

Oliveira alerta que “o docente em sua formação inicial, isto é, na graduação, não tem a formação para incorporar na sua prática pedagógica a educação online” (OLIVEIRA, 2008, p. 20). A autora indica a urgência da formação adequada de professores para atuar na EaD no âmbito do ensino superior, fazendo-se crucial o desenvolvimento de competências capazes de atender às novas demandas desta modalidade de ensino.

Costa (2008) confirma a necessidade de investimentos na formação continuada dos tutores, coordenadores e gestores que atuam na EaD, bem como

registra dificuldades na transposição didática de conteúdos utilizados no ensino presencial para a modalidade a distância.

As dificuldades relacionadas à transposição didática são observadas quando se reduz a questão conteúdo/tema de ensino ao uso do Moodle. A EaD não pode se resumir na utilização de uma plataforma de ensino como fiel depositária de textos e conteúdos. Há também de se pensar em estratégias de mediação diferenciadas do ensino presencial (apoiadas nas TIC) pois, se neste predomina a linguagem oral, na EaD predomina a linguagem escrita.

A fim de compreender os aspectos legais desta modalidade, é necessário apresentarmos o que está proposto na legislação brasileira.

1.2.1 Da Legislação Brasileira

Podemos considerar que a legislação educacional acerca da Educação a Distância no Brasil ganhou destaque e regulamentação própria a partir da década de 1990. A legislação anterior indicou a possibilidade de caminhos diferentes daqueles conhecidos na modalidade presencial. A LDB 4.024/61 dá abertura para implementação de experiências educacionais diferenciadas, desde que sejam autorizadas pelos Conselhos Estaduais e Federais de acordo com a proposta

Art. 104. Será permitida a organização de cursos ou escolas experimentais, com currículos, **métodos e períodos escolares próprios**, dependendo o seu funcionamento para fins de validade legal da autorização do Conselho Estadual de Educação, quando se tratar de cursos primários e médios, e do Conselho Federal de Educação, quando de cursos superiores ou de estabelecimentos de ensino primário e médio sob a jurisdição do Governo Federal (BRASIL, 1961, grifo nosso).

Entendemos que o texto da LDB 4.024/61 dá início à discussão acerca de diferentes possibilidades educacionais no Brasil ao reconhecer a autonomia de instituições/organizações para estabelecer “métodos e períodos escolares próprios (BRASIL, 1961, s.p.)”.

Já a LDB 5.692/71 introduz formalmente a possibilidade de educação na modalidade a distância. Em seu art. 25, que trata de estudos supletivos, indica que “§ 2º Os cursos supletivos serão ministrados em classes ou mediante a utilização de rádios, televisão, correspondência e outros meios de comunicação

que permitam alcançar o maior número de alunos (BRASIL, 1971)”. Embora não faça nenhuma especificação para a adoção desta modalidade, a referida Lei prevê sua utilização, dando-lhe a legalidade necessária para sua oferta.

A Educação a Distância é entendida oficialmente como modalidade educacional a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 20 de dezembro de 1996, mas foi somente a partir do Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que seu Art.80 é regulamentado. O Decreto formaliza a EaD e coloca, entre outras disposições, que esta modalidade deverá observar a legislação vigente, os critérios de certificação e a carga horária, de acordo com a modalidade a que se aplica.

A LDB, em seu art. 80 (regulamentado pelo Decreto nº 5.622) estabelece que “o Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada (BRASIL, 1996).” O Decreto nº 5.622 institui em seu art. 2º que a modalidade EaD poderá ser utilizada em todos os níveis e modalidades educacionais

Art. 2o - A educação a distância poderá ser ofertada nos seguintes níveis e modalidades educacionais:

I - educação básica, nos termos do art. 30 deste Decreto;

II - educação de jovens e adultos, nos termos do art. 37 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996;

III - educação especial, respeitadas as especificidades legais pertinentes;

IV - educação profissional, abrangendo os seguintes cursos e programas:

a) técnicos, de nível médio; e

b) tecnológicos, de nível superior (BRASIL, 2005)

O referido Decreto traz as atribuições normativas, deliberativas e de assessoramento dos órgãos competentes, estabelecendo formas de organização, credenciamento de instituições e da oferta. Em seu art. 12, o mesmo decreto formaliza o seguinte:

Art.12. O pedido de credenciamento da instituição de veráser formalizado junto ao órgão responsável, mediante o cumprimento dos seguintes requisitos:

VIII- apresentar corpo docente com as qualificações exigidas na legislação em vigor e, **preferencialmente, com formação para o**

trabalho com educação a distância; (BRASIL, 2005, grifo nosso).

Apesar de não se tratar de obrigatoriedade, o Decreto 5.622 indica que preferencialmente os profissionais envolvidos com a EaD devem conhecer as especificidades desta modalidade de ensino. O mesmo documento, em seu art. 26, inciso IV, alínea “b”, orienta que as instituições credenciadas para oferta de cursos de graduação devem observar a seguinte condição (entre outras): “seleção e capacitação de professores e tutores” (BRASIL, 2005).

O termo tutor, de acordo com os achados desta pesquisa, surge nos textos da legislação brasileira pela primeira vez através da Portaria n.º 301 de 07 de maio de 1998, em que o Ministério da Educação e do Desporto, para fins de credenciamento de IES para oferta de cursos na modalidade EaD, passam a ter que apresentar uma **descrição clara da política de suporte aos professores que irão atuar como tutores.**

Em 09 de maio do ano de 2006 o Decreto nº 5.773 dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e de cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.

O Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007 altera dispositivos dos Decretos n.º 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e também do n.º 5.773, de 9 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e de cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino (BRASIL, 2007).

A LDB traz em seu Capítulo IV - Da Educação Superior – as finalidades, cursos e programas, formas de autorização e de reconhecimento de cursos, além de estabelecer em duzentos o número de dias letivos e de fazer determinações em relação aos diplomas e a outros critérios como as formas de transferência, as vagas, as matrículas, as normas de seleção e a própria autonomia universitária. Especificamente, seu art. 52 expõe que

Art. 52. As universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de

pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por:

I - produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional;

II - um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado;

III - um terço do corpo docente em regime de tempo integral.

Parágrafo único. É facultada a criação de universidades especializadas por campo do saber (BRASIL, 1996).

Passamos a compreender como uma das funções da universidade a capacitação continuada de todo profissional que nela exerce a função docente. Inferimos que, se não há uma preocupação em detalhar o perfil do profissional que atua na educação a distância isso está relacionado com a legislação que, como demonstrado aqui anteriormente, indica em diferentes documentos a responsabilidade das IES na formação do tutor, respeitando a autonomia universitária.

Nesse contexto, citamos o Parecer 195 CNE/CES, de 13 de setembro de 2007, que trata das Diretrizes para a elaboração, pelo INEP, dos instrumentos de avaliação para credenciamento de Instituições de Educação Superior para a oferta de cursos superiores na modalidade à distância. Os termos do art. 6º, inciso IV, do Decreto nº 5.773 de 09 de maio de 2006, definem, entre outras, as seguintes diretrizes

1) Para o *credenciamento* institucional, serão abordadas as seguintes dimensões de avaliação:

A. Dimensão 1: Organização Institucional para Educação a Distância

a) **Programa para formação e capacitação permanente dos tutores.** Missão institucional para atuação em EAD

[...]

c) **Plano de Gestão para a Modalidade da EAD**

[...]

e) **Planejamento de Avaliação Institucional (Auto-Avaliação) para EAD**

f) **Representação docente, tutores e discente**

[...] (BRASIL, 2007, grifos nossos).

Observamos que a Dimensão 1 - credenciamento - indica o compromisso da instituição para com a formação e capacitação continuada do tutor e entendemos que esta deve ser explicitada em seu Plano de Gestão, juntamente com a proposta relativa ao processo avaliativo institucional, sendo que este deve

ser acompanhado pela representação docente e pelos tutores e discentes. A Dimensão 2 reafirma o compromisso

B. Dimensão 2: Corpo Social

a) Programa para formação e capacitação permanente dos docentes

b) Programa para formação e capacitação permanente dos tutores

[...] (BRASIL, 2007, grifos nossos).

A Dimensão 2 – do credenciamento - amplia a discussão acerca da capacitação continuada incluindo professores e tutores na proposta. A partir disso, concluímos que ela complementa o que é proposto a seguir quando analisamos a Dimensão 1 – da autorização – que trata da organização didático-pedagógica. Para que esta Dimensão possa ser efetivada, consideramos necessário que os atores envolvidos na EaD devem se apropriar de bases sólidas para o trabalho nesta modalidade. Para *autorização* de cursos, serão consideradas as seguintes dimensões

A. Dimensão 1: Organização didático-pedagógica

[...]

f) Metodologia

g) Compatibilização entre as tecnologias de informação e comunicação e curso proposto

h) Formação inicial em EAD

[...]

m) Articulação e complementaridade dos materiais impressos, materiais audiovisuais ou materiais para Internet (web)

n) Materiais educacionais propiciam a abordagem interdisciplinar e contextualizada dos conteúdos

[...]

r) Sistema de avaliação prévia de materiais educacionais (pré-testagem) (BRASIL, 2007, grifos nossos).

Ao analisarmos a diretriz para a organização didático-pedagógica, nossas reflexões se expandem. A qual metodologias nos reportamos como possível suporte na EaD/UFJF? Utilizamos as TIC de forma adequada, promovendo articulação entre as ferramentas tecnológicas e os materiais impressos? Fazemos a pré-testagem dos materiais utilizados? Quem orienta/coordena o tutor para as questões apresentadas tem formação inicial em EaD?

Nesse contexto, a diretriz destaca a figura do coordenador do curso

B. Dimensão 2: Corpo social

a) Titulação e formação do coordenador do curso

[...]

h) Qualificação/Experiência em EAD

[...]

l) Titulação dos tutores

m) Qualificação dos tutores em EAD (BRASIL, 2007, grifos nossos).

Neste ponto, voltamos então nosso olhar para o coordenador de curso que, após análise da diretriz, se constitui também em um gestor da dimensão didático-pedagógica para a EaD. Salientamos esta observação partindo do princípio de que se na graduação presencial predomina a linguagem oral, no ensino à distância predomina a linguagem escrita, portanto, este necessita de tratamento didático diferenciado.

Para validar o processo de credenciamento da instituição é utilizado o Instrumento de Credenciamento Institucional para oferta de Educação a Distância, que apresenta as dimensões a serem avaliadas desdobradas em indicadores detalhados, em que é atribuída nota que varia de 1 a 5 para cada item avaliado. Optamos por trazer a descrição do critério de análise apenas para a nota máxima, 5, e alguns dos indicadores que consideramos pertinentes ao estudo proposto sobre a formação do tutor. Assim, destaca-se:

Quadro 2. DO CREDENCIAMENTO - Dimensão 1 - Organização Institucional para Educação a Distância

Indicadores		Conceito	Crterios de anlise
1.1	Missão institucional para atuação em EaD	5	Quando é possível constatar que a IES tem plenas condições de cumprir sua missão para atuação em EAD, tal como definida em seu PDI, no seu regimento e nos documentos que estabelecem seus compromissos com o poder público.
1.3	Plano de Gestão para a Modalidade da EAD	5	Quando a instituição apresenta garantia de cumprimento do Plano de Gestão da Modalidade de EAD, que contempla e detalha, totalmente , as ações administrativas e acadêmicas, com o respectivo cronograma de execução
1.4	Unidade responsável para a gestão de EAD	5	Quando a instituição comprova a existência de unidade específica, responsável pela gestão acadêmico-operacional da modalidade de educação a distância, contemplada no organograma da IES e seu trabalho é realizado, plenamente , em parceria com as demais unidades e departamentos da instituição.
1.5	Planejamento de Avaliação Institucional (Auto-Avaliação) para EAD	5	Quando a instituição comprova a existência de processo pleno de avaliação institucionalizada, aplicada contínua e periodicamente, cujos resultados contribuem para correções e melhoria na atuação da instituição, inclusive na EAD.
1.6	Representação docente, tutores e discente	5	Quando a instituição possui regras plenamente institucionalizadas que permitem uma representação ampla de professores, tutores e estudantes nos seus órgãos colegiados, de modo a proporcionar reflexões e debates, visando ao aperfeiçoamento dos processos e a gestão da modalidade de educação a distância.
1.8	Experiência da IES com a modalidade de educação a distância	5	Quando a IES comprova experiência, anterior ao credenciamento de, pelo menos três (3) anos na oferta de ações, na modalidade de educação a distância, na forma de cursos livres, capacitação interna de pessoal, entre outros

Fonte: Adaptado pela autora a partir de portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/pces197_07.

Os critérios de análise propostos para o organização institucional apontam a necessidade de se propor um projeto de EaD/UFJF mais consistente, que inclua em seu Regimento sua missão para a EaD, para a construção de sua identidade nesta modalidade de ensino e que esta também incorpore aspectos da gestão, do planejamento e avaliação, da representação nos órgãos colegiados (que inclua o tutor) e na proposição de uma política de formação continuada para aqueles que atuam na EaD.

Quadro 3. Do CREDENCIAMENTO - Dimensão 2: Equipe multidisciplinar

2. Dimensão: Corpo Social			
Indicadores	Conceito	Crêterios de análise	
2.1	Programa para forma�o e capacita�o permanente dos docentes	5	Quando existe previsão de política de capacita�o para a educa�o a distância dos docentes e de acompanhamento de seus trabalhos, com plenas condi�es de implementa�o.
2.2	Programa para forma�o e capacita�o permanente dos tutores	5	Quando existe previsão de política de capacita�o para a educa�o a distância dos tutores e de acompanhamento de seus trabalhos, com plenas condi�es de implementa�o
2.4	Titula�o e forma�o do docente do coordenador de EAD da IES	5	Quando o coordenador de EAD possui doutorado e experiência de magistério superior de, no mínimo, quatro (4) anos, sendo pelo menos três (3) anos em educa�o a distância.
2.6	Corpo técnico-administrativo para atuar na gestão em EAD	5	Quando todos os profissionais técnico-administrativos têm qualifica�o ou experiência profissional de, pelo menos, um (1) ano para atuar na gestão da modalidade de educa�o a distância.
2.8	Corpo técnico-administrativo para atuar na área de produ�o de material didático para EAD.	5	Quando todos os profissionais técnico-administrativos têm qualifica�o ou experiência profissional de, pelo menos, um (1) ano para atuar na área de produ�o de material didático para EAD.
2.1 1	Política para forma�o e capacita�o permanentes do corpo técnico-administrativo	5	Quando existe previsão de políticas de capacita�o para a educa�o a distância e de acompanhamento do trabalho, com plenas condi�es de implementa�o.

Fonte: Elaborado pela autora a partir de portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/pces197_07.

A Dimensão 2 amplia nossa discussão quando aponta que a política de capacita o permanente se estende ao corpo técnico-administrativo e indica como padrão de excelência a experiência profissional mínima de um (1) ano para atua o na EaD.

Após o Credenciamento, a institui o passa ao processo de autoriza o. Analisamos o Instrumento de Autoriza o de curso para a oferta de Modalidade a Distância, que, assim como o instrumento anterior, detalha os cr terios de análise e distribui a pontua o de 1 a 5 pontos, onde 5   a nota máxima que se traduz em excelência da institui o. Destacamos os seguintes indicadores:

Quadro 4. Da AUTORIZAÇÃO. DIMENSÃO 1: ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

1.2 Categoria de análise: Projeto Pedagógico do Curso: formação (Fontes de consulta: PPC e DCN)			
Indicador		Conceito	Critério de análise
1.2.2	Metodologia	5	Quando a metodologia definida para desenvolver as atividades do curso está plenamente comprometida com a interdisciplinaridade, com o desenvolvimento do espírito científico e com a formação de sujeitos autônomos e cidadãos.
1.2.3	Compatibilização entre as tecnologias de informação e comunicação e curso proposto	5	Quando são propostas diferentes tecnologias de comunicação e informação plenamente compatíveis ao curso e às disciplinas, bem como às características dos estudantes potenciais.
1.3 Categoria de análise: Materiais Educacionais			
1.3.4	Articulação e complementaridade dos materiais impressos, materiais audiovisuais ou materiais para Internet (<i>web</i>)	5	Quando há, comprovadamente, plena articulação entre todos os materiais educacionais e estes materiais apresentam relação de complementaridade
1.4 Categoria de análise: Interação em Educação a Distância			
1.4.1	Mecanismos gerais de interação	5	Quando o projeto do curso tem plenamente definidas e especificadas as formas de interação entre docentes, tutores e estudantes e as tecnologias que serão utilizadas. Além disso, a tecnologia adotada atende plenamente o perfil dos estudantes potenciais.

Fonte: portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/pces197_07. Adaptado pela autora.

A Dimensão 1 – da Autorização e Organização didático-pedagógica – se utiliza de termos que consideramos fundamentais para proposição de uma política de formação do tutor. O primeiro deles é *Metodologia*, sendo imprescindível que se defina um caminho metodológico norteador para a EaD/UFJF. Este caminho só poderá ser estabelecido no momento em que os colegiados se proponham ao diálogo. Em seguida, ressaltamos a *Compatibilização* entre as TIC e as disciplinas. Tanto o excesso quanto a minimalização do uso de TIC podem acarretar diferentes situações, estando, entre elas, a evasão e o desinteresse. Diagnosticar o perfil da turma é fundamental para não ocorrer neste erro. Também os termos *Articulação e complementariedade* são fundamentais, pois se relacionam com a proposta disciplinar e com os materiais didáticos utilizados (independente de sua natureza). A utilização de recursos descontextualizados e desconectados entre si gera dúvidas e dificuldade na compreensão dos

conteúdos por parte dos estudantes. Os mecanismos *gerais de interação* reforçam a necessidade de se conhecer o perfil da turma em andamento e, de certa forma, alertam para a “ausência” de docentes e de tutores na plataforma que por muitas vezes não retornam ao chamado do estudante.

Quadro 5. Da AUTORIZAÇÃO. DIMENSÃO 2: CORPO DOCENTE E CORPO DE TUTORES

Indicador	Conceito	Critério de análise	
2.1 Categoria de análise: Administração Acadêmica			
2.1.1	Titulação e formação do coordenador do curso	5	Quando o coordenador possui graduação e doutorado na área do curso, e experiência de magistério superior de, no mínimo, 4 anos, sendo pelo menos 2 anos em educação a distância.
2.2 Categoria de análise: Perfil dos docentes (Fontes de consulta: PPC e documentação própria da IES)			
2.2.	Qualificação/Experiência em EAD	5	Quando, pelo menos, 50% dos docentes previstos para a primeira metade do curso possuem qualificação específica em educação a distância ou experiência mínima de 1 (um) ano em EAD.
2.3 Grupo de indicadores: Corpo docente de tutores (Fonte de consulta: PDI, PPC, Estatuto e Regimento Interno)			
2.3.1	Titulação dos tutores	5	Quando todos os tutores previstos para a primeira metade do curso são graduados, sendo que 50% têm titulação obtida em programas de pós-graduação stricto sensu, e a atuação de cada um no curso é condizente com a respectiva formação acadêmica.
2.3.2	Qualificação dos tutores em EAD	5	Quando, pelo menos, 50% dos tutores previstos para a primeira metade do curso possuem qualificação específica em educação a distância ou experiência mínima de 1 (um) ano em EAD.

Fonte: portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/pces197_07. Adaptado pela autora.

A Dimensão 2 – da Autorização – nos chama atenção em especial quando indica que a fonte de consulta utilizada no critério de análise se refere ao seguinte documentação institucional: PDI, PPC, Estatuto e Regimento Interno. Quando analisamos esta documentação da UFJF, não encontramos nenhum registro que faça menção à figura do tutor. Podemos considerar a partir do exposto que, além de uma política de formação do tutor, a UFJF necessita constituir uma comissão interna com objetivo de adequar a documentação institucional ao proposto no Parecer 195 CNE/CES, de 13 de setembro de 2007, que trata das Diretrizes para Credenciamento e Autorização de funcionamento Instituições de Educação Superior.

Em consulta ao Portal MEC – Diretrizes Curriculares, Cursos de Graduação – encontramos toda uma legislação que especifica cada área de graduação

conhecida no Brasil e, dessa forma, voltamos ao ponto anterior. Observamos muitas orientações sob a forma de Parecer para a *Formação de Docentes para a Educação Básica e Pedagogia*, ou seja, formação de profissionais para atuar na educação básica. Se a educação a distância passou a ser reconhecida como uma modalidade de ensino, qual deve ser a formação do profissional que nela atua? Se esta modalidade possui especificidades próprias, não teria também seus agentes formadores (tutores, coordenadores, professores), que conhecer estas especificidades? Sendo assim, torna-se imprescindível diagnosticar a formação dos atores envolvidos com a EaD.

Com a extinção da Secretaria de Educação a Distância no ano de 2011, a EaD passou a integrar o quadro de modalidades educacionais sob a supervisão e orientação do MEC. Entre os programas e ações de responsabilidade do MEC, encontramos a função de Avaliação, Regulação e Supervisão da Educação Superior.

Em 2008, o MEC iniciou um processo de supervisão dos cursos de graduação a distância após várias denúncias que questionavam a qualidade da educação ofertada. A fim de divulgar orientações para instituições que trabalham com esta modalidade, o MEC lançou a Cartilha Qualidade da Educação Superior: avaliação, regulação e supervisão. Observamos que, apesar de se tratar de uma cartilha orientadora para a modalidade a distância, a formação profissional não é avaliada.

De acordo com a cartilha, é critério de avaliação e supervisão de instituições credenciadas a verificação de corpo docente com formação acadêmica e em número suficiente. Ao utilizar a expressão “corpo docente com formação acadêmica” (MEC, 2008, p. 5) questionamos se o tutor é ou não docente. Acreditamos que sim, e reafirmamos a necessidade de se ampliar a discussão acerca dos critérios de formação referentes a função do tutor.

Analisando o Decreto nº 5.786, de 24 de maio de 2006, que dispõe sobre os centros universitários e confere outras providências relevantes, encontramos a seguinte definição

Art. 1º - Os centros universitários são instituições de ensino superior pluricurriculares, que se caracterizam pela excelência do ensino oferecido, pela qualificação do seu corpo docente e pelas

condições de trabalho acadêmico oferecidas à comunidade escolar.

Parágrafo único. Classificam-se como centros universitários as instituições de ensino superior que atendam aos seguintes requisitos:

I - um quinto do corpo docente em regime de tempo integral; e

II - um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado (BRASIL, 2006).

A legislação sempre aponta como características de excelência a titulação do corpo docente. Aceitando inicialmente esta premissa como adequada, passamos a analisar brevemente a matriz curricular de alguns cursos de licenciatura ofertados na UFJF, no intuito de verificar se há alguma disciplina/módulo que utilize a expressão “metodologia da educação a distância” (ou similar).

Quadro 6. Matriz curricular analisada de cursos de graduação da UFJF – Modalidade Presencial

Curso	Expressão “metodologia da educação a distância” ou similar.
Licenciatura em Letras - Português e respectivas literaturas	Não encontrado.
Pedagogia	Disciplina: EDU044 - Educação online: reflexões e práticas. Disciplina obrigatória. Disciplina: EDU063 - As tecnologias da informação e da comunicação em educação. * Disciplina eletiva.
Licenciatura em Matemática	Não encontrado.
Licenciatura em Geografia	Não encontrado.
Licenciatura em História	Não encontrado.

Fonte: UFJF/CEAD - <http://www.cead.ufjf.br/?p=44>

A partir da análise da matriz curricular de diferentes cursos – que objetivam a formação de professores – observamos que apenas o curso de Pedagogia oferece duas disciplinas que tratam de tecnologias da informação e da comunicação em educação e da Educação *online*. Gatti e Barreto (2009) em sua obra *Professores do Brasil: impasses e desafios*, fazem uma análise sobre a importância da formação docente para assegurar uma educação de qualidade para todos. Sobre a tutoria na EaD, a autora aponta que

A tutoria tem sido, por sua vez, um dos aspectos mais vulneráveis na experiência de EAD. O exame de vários editais lançados para a promoção de cursos de EAD feito por Barreto (2008) evidencia a

precarização das suas atividades. O tutor, segundo a autora, figura como elo mais frágil de uma cadeia de simplificações, um desdobramento do processo de esvaziamento da formação e do trabalho docente, “não podendo ser desvinculado da aposta centrada nos materiais ditos ‘autossuficientes’ e das tecnologias para sua produção e circulação” (BARRETO, 2008, p 925, apud GATTI, 2009, p. 115).

A vulnerabilidade na tutoria citada por Gatti e Barreto (2009) revela a necessidade de uma formação específica do tutor. Tal formação deveria focar em questões da EaD no que diz respeito aos processos de mediação, de seleção e de produção de material didático, além de reforçar a solidificação do conhecimento na área de atuação, haja vista que uma das funções de tutoria é sanar dúvidas dos estudantes. Percebemos que a preocupação com a EaD está, em grande parte, relacionada com os recursos tecnológicos e com a modalidade de ensino. Ainda segundo a autora, é preciso implementar políticas de formação continuada que atentem para a questão da identidade e da profissionalização docente, e não só centradas no saber/fazer do professor.

É importante informar que os cursos Pedagogia e Matemática analisados no quadro 6 também são oferecidos na modalidade a distância. Verificamos então que, na matriz curricular do curso de licenciatura em Física oferecido na modalidade a distância, encontramos a disciplina “Introdução ao Ensino a Distância”, onde se lê

Quadro 7. Ementa da disciplina Introdução ao Ensino a Distância – Licenciatura em Física

Ementa	Programa
Fundamentos do ensino a distância.	<ul style="list-style-type: none"> • Construindo uma comunidade virtual: objetivos do módulo. • A instituição UFJF. Direitos do aluno on-line. Organização discente; Orientações para um estudo bem-sucedido na modalidade a distância; • Fundamentos da EaD: dimensão conceitual e prática, breve histórico; papel assumido pelos atores do processo;
Tecnologias para ensino a distância.	<ul style="list-style-type: none"> • Tecnologias para EaD: ferramentas de produção e socialização de conhecimento (ambiente de aprendizagem e seus canais de interação – fórum e chat, rede social de relacionamento – Elgg, ambientes de construção colaborativa – wikispace e blog); • Desenvolvendo projetos relacionados às novas linguagens e tecnologias, na perspectiva da autoria.

Fonte: UFJF - <http://www.cead.ufjf.br/?p=182>

A questão da formação do tutor é levantada partindo-se do princípio de que quem ensina precisa se apoiar em algum método, alguma diretriz. Segundo Mugnol observamos uma dificuldade em se chegar a um consenso sobre EaD, havendo falta de conhecimento e de estudo sobre “os pressupostos teóricos da educação a distância, ainda carentes de maior aprofundamento” (MUGNOL, 2009, p. 342). Isso acaba por levar os profissionais que atuam nesta modalidade de ensino a se basearem em termos que a *caracterizam* para nortear suas ações. Sendo assim, a autonomia do estudante, a distância, o uso de tecnologias, a flexibilidade de estudos e diversos outros fatores devem ser levados em consideração.

Santos (2009) defende a necessidade de uma intencionalidade pedagógica para além das características próprias desta modalidade e indica que

Uma sala de aula on-line não é apenas o conjunto de ferramentas infotécnicas, mas um ambiente que se auto-organiza nas relações estabelecidas pelos sujeitos com os objetos técnicos que interagem e se afetam mutuamente ao longo do processo de construção do conhecimento. Neste sentido, é preciso que o desenho didático contemple uma intencionalidade pedagógica que garanta a educação on-line como obra aberta, plástica, fluida, hipertextual e interativa. Caso contrário, repetirá práticas próprias da pedagogia da transmissão (SANTOS, 2009, p. 110).

No Brasil, com relação a formação de professores que irão atuar na Educação a Distância, observamos que esta foi deixada a cargo das universidades, atendendo ao princípio da autonomia. O que nos parece é que a modalidade a distância é reconhecida/entendida como parte integrante da modalidade presencial, e se difere da mesma apenas pela ausência do contato direto diário.

Como indicam Minatti e Thomé

Percebendo o relevante número de alunos matriculados na EAD nas diferentes instituições de educação superior o Ministério da Educação criou recentemente novas regulamentações para acompanhar a demanda dos cursos em EAD. Entretanto, observa-se aí que não foram criadas políticas para a formação dos professores que atuam nesta modalidade de ensino, especialmente o professor tutor (MINATTI & THOMÉ, 2012, p. 2).

No Brasil, muito já se avançou na EaD nos últimos 20 anos, mas ainda observamos muitos desafios que devem ser enfrentados para que a Educação a Distância tenha significado e identidade própria dentro do sistema educacional brasileiro, sistema este que ainda hoje não conseguiu consolidar um projeto educacional de país consistente para sua educação básica, quiçá para alcançar voos mais altos. Cabe assim aos profissionais que atuam neste segmento contribuir para o avanço e consolidação da EaD.

Com a expansão da Educação a Distância no Brasil a partir da década de 1990, e principalmente após o advento da Universidade Aberta do Brasil (UAB), criada pelo Ministério da Educação em 2005 com objetivo, entre outros, de expandir e diminuir a desigualdade de oferta do ensino superior em todo território nacional, o trabalho de tutoria também se expande. De acordo com informações do Censo da Educação Superior publicado em setembro de 2014 verificamos que

Já são mais de 1,2 mil cursos a distância no Brasil, que equivalem a uma participação superior a 15% nas matrículas de graduação. Em 2003, havia 52. Atualmente, as universidades são responsáveis por 90% da oferta, o que representa 71% das matrículas nessa modalidade (INEP, 2014)

É nítido o aumento da oferta de cursos nesta modalidade, o que é em parte resultado da popularização de recursos tecnológicos que permitiram o avanço dos meios de comunicação e informação.

No Brasil, é neste cenário que surgem os primeiros documentos que pretendiam nortear e identificar aspectos da docência e tutoria da EaD no contexto brasileiro, até então carente de estudos e pesquisas na área. Belloni indicava, há bem mais de quinze anos, que

Consideradas do ponto de vista da organização institucional, podemos agrupar as funções docentes em três grandes grupos: o primeiro é responsável pela concepção e realização dos cursos e materiais; o segundo assegura o planejamento e organização da distribuição de materiais e da administração acadêmica (matrícula, avaliação); e o terceiro responsabiliza-se pelo acompanhamento do estudante durante o processo de aprendizagem (tutoria, aconselhamento e avaliação) (BELLONI, 1999, p. 84).

Neste universo, a figura do tutor é reinventada com o surgimento de novos instrumentos de mediação devido ao uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). Passamos, então, a ponderar como este ator pode contribuir para a construção da autonomia acadêmica do aluno, pois as estratégias utilizadas no processo de mediação influenciam no desenvolvimento do curso oferecido e na aprendizagem do aluno. Consideramos para tal que, além de fazer a mediação diária entre os conteúdos estudados e a discussão proposta nos fóruns, é o tutor quem responde inicialmente a todas as demandas trazidas pelos cursistas.

O Manual de Atribuições dos Bolsitas da UAB define:

2.5 TUTOR

a) atribuições:

- mediar a comunicação de conteúdos entre o professor e os cursistas;
- acompanhar as atividades discentes, conforme o cronograma do curso;
- apoiar o professor da disciplina no desenvolvimento das atividades docentes;
- manter regularidade de acesso ao AVA e dar retorno às solicitações do cursista no prazo máximo de 24 horas;
- estabelecer contato permanente com os alunos e mediar as atividades discentes;
- colaborar com a coordenação do curso na avaliação dos estudantes;
- participar das atividades de capacitação e atualização promovidas pela Instituição de Ensino;
- elaborar relatórios mensais de acompanhamento dos alunos e encaminhar à coordenação de tutoria;
- participar do processo de avaliação da disciplina sob orientação do professor responsável;
- apoiar operacionalmente a coordenação do curso nas atividades presenciais nos polos, em especial na aplicação de avaliações (BRASIL, p. 3, s.d.).

O que levantamos até o momento demonstra que há um manual orientador, mas não normatizador, o que nos induz a concluir que tal fato está relacionado com a questão da autonomia das universidades. O papel da tutoria, no contexto da UFJF, necessita ser revisitado pois verificamos que a legislação delimita questões significativamente diferentes de credenciamento, funcionamento e autorização, deixando claro sua responsabilidade na formação continuada do tutor.

Verificamos que a seleção⁶ de tutores da UAB na UFJF é realizada utilizando-se de diferentes critérios que podem incluir: análise de currículo, prova escrita, dinâmicas de grupo e entrevista, além das exigências de formação e experiência profissional definidas pela UAB. Ao ser selecionado, o candidato deverá passar por uma capacitação que consiste na apropriação de recursos que são utilizados via plataforma Moodle. Não há registro de estudos ou formação direcionada à modalidade EaD, especificamente no que tangem as formações pedagógicas para a cultura digital, com exceção do curso de Pedagogia, o qual apresenta uma proposta diferenciada de formação continuada para os tutores.

Podemos inferir que, para além do domínio teórico e metodológico de determinada disciplina/tema de estudos, faz-se necessário que o tutor contribua significativamente para a autonomia do aluno EaD.

Segundo Bernal (2008), a tutoria carrega a função de ser orientadora do educando, função esta que deve estar além da função retroalimentadora e/ou de assistência acadêmica.

O tutor é um profissional da educação e do ensino que realiza tarefas de orientação e acompanhamento nas rotas de aprendizagem dos estudantes. Em outras palavras, ele assume o rol de artesão da cultura, de uma cultura que hoje se forja a partir das redes digitais e que vê surgir um novo sujeito que necessita ser esculpido para que mostre sua essência e a força de espírito em um mundo em mudanças (BERNAL, 2008, p. 57).

Bernal (2008), destaca a importância da qualificação do tutor a fim de que este não seja mero “animador” responsável por motivar os estudantes e desenvolver competências comunicativas capazes de mantê-los no sistema educativa. Para a autora

O tutor deve ser um mediador capaz de criar condições que permitam que os saberes tenham sentido para os estudantes, o que lhe exige um amplo conhecimento das dimensões epistemológicas, sociais e históricas do conhecimento com o fim de que possam tematizá-lo ou envolvê-lo com seus contextos sócio-culturais para facilitar os processos de apropriação e geração de novos saberes. Deve ser um formador em permanente processo de formação, possibilitador de encontros, gerador de espaços para a aprendizagem, formador de valores, responsável, de equilíbrio intelectual e emocional, coerente entre o que se vive

⁶ Para acesso ao edital completo consulte: http://www.cead.ufjf.br/wp-content/uploads/2014/10/EDITAL-DE-TUTORES-APERFEI%C3%87OAMENTO_2.pdf.

e o que se ensina, cooperador na busca de superação, capacidade de compreensão, sinceridade e honestidade para reconhecer os limites do saber, comprometido com os processos de aprendizagem, não como o guia, mas como o acompanhante disposto a desaparecer e que conheça a metodologia à distância e os processos implicados nela. (UNAD, 2002, p. 35, apud BERNAL, 2008, p. 68).

De acordo com as colocações de Bernal (2008), verificamos que a formação do tutor perpassa por ampla formação cultural, tecnológica, o que demanda que este saiba refletir sobre os processos de aprendizagem “com um nível de compreensão de seu tempo e de seu contexto de maneira que possa enfrentar os desafios culturais e os fatos que apresentam os novos paradigmas” (BERNAL, 2008, p. 71). Portanto, consideramos necessário que a Educação a Distância – no que diz respeito à formação docente - se erga sobre uma base teórica, também identificando os fundamentos epistemológicos nos quais se sustenta a fim de construir um projeto educativo que não se espelhe na metodologia e características próprias da educação presencial.

Nesse contexto, Valente (2009) diferencia conhecimento de informação, sustentando que “o conhecimento é produto do processamento da informação” e portanto, necessitamos do “auxílio adequado de especialistas” (VALENTE, 2009, p. 1). O autor defende que “existem diferentes maneiras de conceber a Educação a Distância (EAD) e, dependendo da abordagem utilizada, ela pode ou não contribuir para o processo de construção de conhecimento” (VALENTE, 2009, p. 2).

O processo de construção do conhecimento apresentado por Valente (2009) e a consideração de Bernal (2008), de que o tutor não deva ser um “animador” de espaços virtuais, nos leva a considerar novamente características da docência on-line.

Na próxima seção nos aproximamos do universo objeto de estudos desta pesquisa: a Educação a Distância na Universidade Federal de Juiz de Fora.

1.3 A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NA UFJF

De acordo com informações do portal eletrônico da universidade, a UFJF foi criada em 1960 por ato do então Presidente Juscelino Kubitschek, a fim de

tornar-se um polo acadêmico e cultural de uma região que contava com cerca de 2,5 milhões de habitantes no Sudeste do Estado de Minas Gerais, tendo como centro a cidade de Juiz de Fora. A Universidade Federal de Juiz de Fora é atualmente uma das mais importantes da região. De acordo com os dados estatísticos disponibilizados no Portal UFJF⁷, a universidade conta hoje com cerca de 20.000 estudantes, 1.000 professores e 1144 servidores técnico-administrativos educacionais. Também oferece 37 cursos superiores de graduação, agrupados em 16 unidades acadêmicas, que abrangem ciências humanas e exatas, e também a área de saúde. O nível médio e técnico não deixa de ser contemplado, com cerca de 10 cursos (PORTAL UFJF, s.d., s.p.).

Os cursos oferecidos na modalidade EaD são de responsabilidade das faculdades e institutos que os oferecem e seguem matriz curricular similar às dos cursos presenciais. De acordo com informações disponibilizadas no Portal Cead⁸, a “grade curricular⁹ é concebida levando-se em consideração as especificidades da modalidade e adequada às exigências da metodologia de EAD” (PORTAL Cead, s.d., s.p.).

Encontramos dois centros distintos que assessoram e/ou coordenam cursos na modalidade EaD na UFJF. O primeiro é o Centro de Educação a Distância (Cead), que assessoria cursos de graduação do Sistema UAB, responsável pela divulgação de editais de seleção de tutores (entre outras seleções) e pela administração financeira das verbas recebidas para custeio de algumas atividades desenvolvidas. Já o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd) trabalha atendendo convênios firmados com determinados sistemas educacionais. Ambos se utilizam do trabalho de tutoria, apesar de encontrarmos diferentes termos para designar a função: tutor, no Cead, e Agente de Suporte Acadêmico (ASA) e/ou Analista de Formação em EaD no CAEd.

Criado no ano de 2000, o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd) da Universidade Federal de Juiz de Fora cria e promove cursos de formação, qualificação e aprimoramento aos profissionais da Educação de diversos estados do Brasil por meio da sua Unidade de Formação. A Unidade de

7 Portal UFJF: <http://www.ufjf.br/portal/universidade/ufjf/dados-estatisticos/>

8 Portal Cead: <http://www.cead.ufjf.br/>. O acesso ao Portal Cead foi realizado em 09 de setembro de 2014.

9 Informações sobre a Grade Curricular – Cead. <http://www.cead.ufjf.br/?p=284>

Formação desenvolve cursos de pós-graduação lato sensu (especialização), stricto sensu (mestrado), e cursos de aperfeiçoamento (carga-horária mínima de 180h) para secretários, professores, gestores, especialistas e dirigentes escolares. Eles acontecem na modalidade a distância, por intermédio de convênios firmados de acordo com a demanda apresentada pelo contratante.

No CAEd encontramos a prática de tutoria sob duas terminologias distintas: o Agente de Suporte Acadêmico (ASA) e o Analista de Formação em EaD. Apesar de ambos atuarem como tutores, o Analista – com carga horária de trabalho maior que a do ASA – também produz material de estudos, relatórios e outras atividades.

O trabalho do ASA e do Analista de Formação em EaD é regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). O processo de seleção consiste em análise de currículo, prova escrita de conhecimentos específicos e entrevista.

O Cead, anteriormente denominado Núcleo de Educação a Distância (NEAD), existe desde 2005. Em março de 2010 foi institucionalizado como um órgão suplementar da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e, a partir de então, o Cead tornou-se responsável, segundo o que está disponível no site/Institucional¹⁰, por “coordenar, supervisionar e dar apoio às atividades de ensino, pesquisa, extensão, cultura e desenvolvimento institucional, científico e tecnológico relativas à Educação a Distância (EAD) da UFJF” (PORTAL CEAD, s.d., s.p.).

Atualmente, o Cead assessora 7 cursos à distância de graduação e 9 de pós-graduação que somam cerca de 5000 alunos em 30 polos de apoio presencial. O Cead coordena cursos integrantes ao sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), e o regime de trabalho dos tutores é o de bolsista.

Cabe ao Cead a parte administrativa e financeira dos cursos oferecidos por meio da UAB. O desenho pedagógico e matriz curricular dos cursos é de responsabilidade da faculdade que o oferece.

O Cead é o órgão responsável pela publicação de edital de seleção de tutores de acordo com a necessidade indicada por cada curso ofertado. Cada edital atende as peculiaridades informadas pelo coordenador de curso e observa

10 Cead/Institucional - <http://www.cead.ufjf.br/?p=43>

as exigências da legislação vigente. Todo tutor, ao iniciar suas atividades como bolsista da UAB na UFJF, passa por capacitação organizada pelo Cead.

Bernal (2008) diz que

O futuro da educação a distância se vê obrigado a impulsionar a formação do tutor para o manejo de projetos de grande escala, identificação de problemas relevantes que necessitam ser pesquisados, promoção de uma nova cultura acadêmica e geração de uma educação de ponta que seja capaz de dialogar com as diversas comunidades científicas (BERNAL, 2008, p. 68).

Segundo Bernal (2008) a Educação a Distância deve ser considerada como um eficiente meio para a inclusão de pessoas marginalizadas e/ou grupos menos favorecidos – seja pela sua localização geográfica ou situação econômica, social ou cultural -, e urge a necessidade de se dotar a EaD de uma base teórica que a sustente e contribua para o desenvolvimento integral do ser humano, superando qualquer tipo de restrição, exclusão e privilégio.

Como foi dito anteriormente, a Faculdade de Educação (FACED) da UFJF conta com um projeto diferenciado para a formação continuada de tutores. Como tal proposta representa um diferencial na UFJF, será melhor explorada no Capítulo 2.

Feita essa apresentação sobre a EaD nesta universidade, é necessário entender como a UFJF responde à legislação para esta modalidade.

1.3.1 Da Legislação da UFJF

Na legislação da UFJF, não encontramos menção à função do tutor, bem como sobre a diferença de terminologia utilizada para indicar seu papel. A Portaria¹¹ 1.105, de 28 de setembro de 1998, se limita ao corpo docente da universidade. A mesma situação é observada no Regimento¹² Geral da UFJF e na Resolução¹³ do Cead nº 01/2010, que regulamenta a pós-graduação lato sensu nas modalidades semipresencial e à distância.

11 Consulte a Portaria em: <http://www.ufjf.br/ich/files/2008/09/Estatuto.pdf>

12 Regimento Geral da UFJF - <http://www.ufjf.br/prorh/files/2008/08/regimentogeral.pdf>

13 Resolução do Cead nº 01/2010- <http://www.cead.ufjf.br/?p=1448>

Os demais cursos seguem as diretrizes que norteiam a UAB e serão melhor detalhadas no Capítulo 2, quando passamos a analisar a questão da tutoria.

Apresentamos a seguir os cursos que atuam na modalidade EaD na UFJF.

1.4 CURSOS DE GRADUAÇÃO NA MODALIDADE A DISTÂNCIA NA UFJF

Os registros encontrados até o momento indicam que a UFJF iniciou suas atividades na modalidade EaD com cursos de graduação a partir do ano de 2005, porém, registramos que há relatos de experiências anteriores que podem ser objeto de estudos futuros. O Cead assessora hoje sete cursos de graduação e nove cursos de pós-graduação/especialização.

Os cursos de graduação¹⁴ e de pós-graduação (Lato Sensu) a distância oferecidos pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), de responsabilidade das unidades acadêmicas (Institutos e Faculdades), e assessorados pelo Centro de Educação a Distância (Cead) fazem parte do programa Universidade Aberta do Brasil (UAB). A UAB prioriza a capacitação de professores da Educação Básica com oferta de cursos de Licenciatura e de Formação Continuada. No entanto, o programa também disponibiliza cursos superiores em outras áreas do saber. Assim, o programa UAB pretende melhorar a qualidade de ensino nas regiões atendidas por Polos de Apoio Presencial sediados nas cidades brasileiras e parceiros da UFJF e, conseqüentemente, formar profissionais preparados para o mercado de trabalho¹⁵ (PORTAL Cead, s.d, s.p.).

Todos os cursos a distância da UFJF são gratuitos e mantêm o mesmo padrão de ensino dos cursos presenciais da Instituição. São ministrados utilizando-se a Plataforma Moodle, com atividades diárias (fóruns, chats, emails, videoconferência), sendo que as provas presenciais são aplicadas no Polo de Apoio Presencial, geralmente no final de cada período letivo (PORTAL Cead, s.d, s.p.).

14 As informações sobre os cursos abaixo relacionados foram retiradas do portal do CEAD <http://www.cead.ufjf.br/>

15 Confira mais informações em <http://www.cead.ufjf.br/?p=284>

As informações apresentadas abaixo foram retiradas do Portal Cead. Cabe ressaltar que todos os cursos listados estão vinculados ao Projeto Universidade Aberta do Brasil.

1.4.1 Bacharelado em Administração Pública

O Curso de Bacharelado em Administração Pública é oferecido pela Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC) da UFJF.

O objetivo do curso é formar profissionais “com competências conceituais, técnicas e humanas, capazes de articular o conhecimento sistematizado com a ação profissional, objetivando a construção de um contexto organizacional eficaz e a sua transformação em oportunidades empreendedoras, fundamentado em responsabilidade social, justiça e ética” (PORTAL CEAD, s.d., s.p.).

No momento, ele é oferecido em três polos e conta com 410 alunos, 35 tutores EaD e 11 tutores presenciais e 01 coordenador de curso.

1.4.2 Licenciatura em Computação

O curso de Licenciatura em Computação da Universidade Federal de Juiz de Fora “tem por finalidade suprir a demanda de educadores capacitados na área de informática para atuarem nas redes de ensino público e privado, bem como para exercerem o papel de instrutores em cursos desenvolvidos por empresas privadas” (PORTAL CEAD, s.d., s.p.).

O curso é oferecido em 15 polos e conta com 458 alunos, 34 tutores EaD, 20 tutores presenciais e 01 coordenador de curso.

1.4.3 Licenciatura em Educação Física

De acordo com as informações encontradas no Portal Cead “o objetivo do curso é formar professores capazes de atuar na docência da Educação Física em

todos os segmentos da educação básica, estimulados a pesquisar e qualificar permanentemente sua própria prática pedagógica” (PORTAL CEAD, s.d., s.p.).

O curso é oferecido em 08 polos e conta com 264 alunos, 11 tutores EaD, 08 tutores presenciais e 01 coordenador de curso.

1.4.4 Licenciatura em Física

A Licenciatura em Física a Distância da Universidade Federal de Juiz de Fora é um curso idealizado para formação de professores de física para o ensino médio.

O curso se propõe a fornecer “uma sólida formação conceitual e pedagógica em física, compatível com os melhores cursos do país. A metodologia de ensino procura fortalecer a iniciativa e a curiosidade do estudante e a vinculação entre a teoria e a prática”(PORTAL CEAD, s.d., s.p.).

O curso é oferecido em 08 polos e conta com 201 alunos, 44 tutores EaD, 06 tutores presenciais e 01 coordenador de curso.

1.4.5 Licenciatura em Matemática

O Curso de Licenciatura em Matemática a Distância da Universidade Federal de Juiz de Fora, atende ao interesse daqueles que desejam ser professores de matemática na educação básica ou seguir carreira acadêmica.

A proposta de formação “é voltada para o pensamento político e social do Brasil, ele se torna capaz de atuar em diversas situações do ensino, consolidando a formação científica e cidadã como maior objetivo da educação atual” (PORTAL CEAD, s.d., s.p.).

O curso é oferecido em 11 polos e conta com 278 alunos, 19 tutores EaD, 13 tutores presenciais e 01 coordenador de curso.

1.4.6 Licenciatura em Pedagogia

O Curso de Licenciatura em Pedagogia a Distância da Universidade Federal de Juiz de Fora é voltado para profissionais interessados em gestão e pesquisa educacional e docência.

No que diz respeito a proposta pedagógica esta busca “formar profissionais que contribuam para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem [...] bem como ampliar as alternativas de formação de professores a distância” (PORTAL CEAD, s.d., s.p.).

O curso é oferecido em 09 polos e conta com 551 alunos, 92 tutores EaD, 11 tutores presenciais e 01 coordenador de curso.

1.4.7 Licenciatura em Química

O Curso de Licenciatura em Química a Distância da Universidade Federal de Juiz de Fora pretende “levar o aluno a desenvolver habilidades e competências para atuar no magistério, assim como promover uma sólida formação teórico-prática e profissional nos campos da educação e das ciências naturais, de forma integrada e contextualizada” (PORTAL CEAD, s.d., s.p.).

O curso é oferecido em 05 polos e conta com 126 alunos, 07 tutores EaD, 11 tutores presenciais e 01 coordenador de curso.

Diante do exposto e considerando que a UFJF atende hoje cerca de 7.000 alunos matriculados em diferentes cursos na modalidade EaD, e oferece aproximadamente cerca de vinte cursos a distância, entre graduação, especialização, mestrado e capacitação continuada, torna-se imprescindível o estudo, análise e proposição de ações que possibilitem a construção da identidade institucional nesta modalidade de ensino no contexto da universidade, assim como a elaboração de um programa próprio de formação de tutores que vá além do domínio dos recursos tecnológicos.

Em entrevista¹⁶ realizada com o Coordenador Acadêmico do Cead/UFJF, apenas nos cursos de graduação (objeto deste estudo) na modalidade EaD, os dados levantados indicam que há 27 polos de apoio presencial distribuídos no Brasil, além do polo em Moçambique que é atendido pelo curso de Administração Pública, contando com 2288 alunos matriculados ativos, 168 tutores presenciais e

¹⁶ O roteiro completo de entrevista pode ser consultado no apêndice.

263 tutores a distância. Os números revelam que, no momento, temos 431 tutores vinculados ao Sistema UAB – cursos de graduação - atuando no momento. Se incluíssemos nesta pesquisa os números relativos aos outros cursos oferecidos (especialização, capacitação e formação), os dados encontrados seriam ainda mais significativos. O número total de alunos matriculados não inclui os alunos de Moçambique, pois os dados do Cead não estão atualizados.

Em relação aos dados/registros gerais do Cead, a Coordenação informa que “ainda não conseguimos identificar este número. Faltam registros, documentações internas” (COORDENADOR A. Entrevista realizada em 19/11/14). Verificamos que há um movimento interno no Cead com intuito de levantar dados e construir o acervo histórico.

No capítulo seguinte, trataremos da história da tutoria, abordando as diferentes terminologias encontradas para designar a função e destacaremos a figura do tutor na atualidade. Buscaremos identificar, registrar e analisar como os atores envolvidos nesta modalidade compreendem sua função. Tendo em vista esse objetivo, empreendemos uma análise dos dados apurados com base nos questionários aplicados aos tutores da UFJF e também do referencial teórico apresentado, bem como levantaremos a necessidade da qualidade e especificidade da formação para atuação deste ator.

2 - O TUTOR NO CONTEXTO DA EAD

O presente capítulo apóia-se numa pesquisa descritiva qualitativa, utilizando pesquisa de campo e uma revisão bibliográfica apropriada como ponto de partida para ressaltar a importância da formação do tutor que atua na EaD. Com isso, indica-se as possibilidades e competências necessárias para a institucionalização de uma política de formação na UFJF.

A partir de entrevistas, questionário online, análise bibliográfica e consulta aos Referenciais de Qualidade para a Educação a Distância (BRASIL, 2007) levantam-se questões como: qual deve ser a formação do profissional que atua na EaD? A UFJF possui uma política institucionalizada para a EaD? Como é visto o tutor no contexto da Universidade? Se esta modalidade possui especificidades próprias, não teria também seus agentes formadores (tutores, coordenadores, professores), que conhecer estas especificidades?

Os resultados encontrados podem servir como base para o desenvolvimento de programas de formação, capacitação, extensão e/ou especialização na modalidade da EaD pela UFJF. Reconhecemos aqui o fenômeno da expansão da EaD no Brasil e no fato de encontrarmos poucos estudos e pesquisas que tratem da formação para esta modalidade, deixando abertura considerável para novos trabalhos.

O objetivo geral desta pesquisa busca identificar quais (e como) são as políticas que a UFJF têm desenvolvido institucionalmente para atender às demandas de formação para a docência online que priorizem o tutor em sua atuação na EaD.

A seguir, a metodologia de pesquisa utilizada será detalhada.

2.1 METODOLOGIA DE PESQUISA

Utilizamos a pesquisa descritiva qualitativa composta de pesquisa de campo e bibliográfica com a proposição de identificar a política de formação do tutor em atuação na UFJF. Entrevistas e questionário online funcionaram como ferramentas para a validação dos dados apontados e da necessidade de se instituir novas políticas de formação necessárias a atuação com qualidade do tutor de cursos de educação à distância.

As ferramentas e métodos de coleta de dados foram realizados por meio de dados primários e secundários. Os dados primários foram obtidos por meio de entrevistas estruturadas, as quais foram aplicadas aos coordenadores de curso, ao Técnico em Assuntos Educacionais (TAE) e ao Coordenador Acadêmico do Cead. Os questionários online foram utilizados junto aos tutores de cursos a distância. Os dados secundários foram obtidos através de pesquisas bibliográficas em livros, artigos publicados em anais de congressos e dissertações e teses de mestrado e doutorado.

Ao todo, foram entrevistados três coordenadores de curso e um de tutoria, um TAE e o coordenador acadêmico do Cead. 144 tutores responderam ao questionário online.

A análise de dados foi realizada através de cruzamentos de informações no que diz respeito à relação entre as atividades de formação desenvolvidas através das unidades acadêmicas que oferecem cursos na modalidade EaD e pelo Cead.

Após descrever a metodologia de pesquisa utilizada, proceder-se-á a apresentação da fundamentação teórica.

2.2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A tutoria educacional, nas universidades, tem sua origem registrada no século XV, estando relacionada com a difusão da religiosidade. Segundo Paula

A tutoria como método nasceu no século XV nas universidades, onde foi usada como orientação de caráter religioso aos estudantes, com o objetivo de infundir a fé e a conduta moral. Posteriormente, no século XX, o tutor assumiu o papel de orientador e acompanhante dos trabalhos acadêmicos, e é com esse mesmo sentido que foi incorporado aos atuais programas de educação a distância (SÁ, et. al., 1998, p. 7, apud PAULA, 2008, p. 3).

No Brasil, o termo tutor é utilizado na legislação pela primeira vez em 1998, através da Portaria n.º 301, de 7 de abril de 1998 (Diário Oficial de 9 de abril de 1998) que indicava em seu art. 3º

V – descrição clara da política de suporte aos professores que irão atuar como tutores e de atendimento aos alunos, incluindo a

relação numérica entre eles, a possibilidade de acesso à instituição, para os residentes na mesma localidade e formas de interação e comunicação com os não-residentes;

A Portaria n.º 301, de 7 de abril de 1998, foi revogada pela Portaria Ministerial n.º 4.361 de 30 de dezembro de 2004, que trata do credenciamento de IES para oferta de cursos na modalidade EaD que revogou também

Art. 25. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as Portarias n.º 637, de 13 de maio de 1997; n.º 639, de 13 de maio de 1997; n.º 641, de 13 de maio de 1997; n.º 877, de 30 de julho de 1997; n.º 946, de 15 de agosto de 1997; n.º 323, de 31 de janeiro de 2002; n.º 859, de 24 de outubro de 2002, n.º 3.131, de 8 de novembro de 2002, n.º 301, de 7 de abril de 1998, n.º 2.402, de 9 de novembro de 2001; n. 1.647, de 25 de novembro de 1999; n. 064, de 12 de janeiro de 2001; n. 445, de 31 de março de 2000 e demais disposições em contrário (BRASIL. Portaria Ministerial n.º 4.361 de 30 de dezembro de 2004).

A Portaria Ministerial n.º 4.361 de 30 de dezembro de 2004 indica em seu Art.3º

VII – a descrição da infra-estrutura, corpo docente, tutoria, plataforma de educação a distância, metodologia, equipes multidisciplinares, parcerias e pólos, bem como outros elementos específicos para educação superior a distância (BRASIL, 2004).

Consideramos que a Portaria Ministerial n.º 4.361 trouxe um retrocesso quando comparada à Portaria n.º 301 ao utilizar o termo *tutoria*, suprimindo a expressão *professores que irão atuar como tutores*.

Com a expansão da Educação a Distância no Brasil a partir da década de 1990, a atividade de tutoria ganhou novos contornos para atender aos novos (ou à falta de) paradigmas que surgiram em decorrência desta. No entanto, constatamos que faltam estudos sobre a formação docente para a atividade de tutoria. Por esta razão, e considerando a relevância da atuação destes profissionais para o desenvolvimento de ações na modalidade a distância, passamos a discorrer sobre o papel deste sujeito.

Comumente associamos a tutoria na Educação a Distância ao domínio de recursos tecnológicos para mediação de conteúdos apresentados na modalidade

presencial, não nos aprofundando nas questões implicadas na formação do tutor – atividade não reconhecida pela CLT -, o que nos deixa a deriva sobre seu papel.

Consideramos que a eficácia de projetos de formação oferecidos na EaD depende do conhecimento das atribuições de cada um dos sujeitos envolvidos no processo de construção e realização de um curso na modalidade a distância. Segundo Bernal “a incorporação da tutoria às atividades acadêmicas para a educação a distância responde a objetivos de caráter institucional e a opções metodológicas no acompanhamento do estudante” (BERNAL, 2008. p. 59).

Nesse contexto, e mesmo verificando que o tutor atuante na UAB não possui vínculo institucional com a Universidade, há de se reconhecer de que esta precisa elaborar um projeto educacional para modalidade EaD que inclua e reconheça a função de tutoria como parte integrante e necessária ao desenvolvimento de sua proposta educativa.

O próximo tópico visa conceituar o termo tutor.

2.3 CONCEITUANDO O TERMO TUTOR

De acordo com o Dicionário Aurélio¹⁷, *tutor* é a pessoa a quem está confiada a tutela, protetor, conselheiro; e *tutoria* indica cargo ou autoridade de tutor.

O termo tutor foi muito utilizado na idade média e sua origem vem do latim *oris* e significa aquele que defende, protege, orienta e guarda. O termo possui diferentes significados, de acordo com o contexto em está inserido.

Segundo o dicionário da Língua Portuguesa Houaiss *on line*¹⁸

A palavra tutor tem sua origem no século XIII e possui diferentes significados de acordo com a área que está sendo empregada. Em Direito, tutor significa indivíduo que exerce uma tutela aquele que ampara e protege. Na Administração, tutor é quem supervisiona, dirige, governa. Para algumas instituições de ensino, tutor é o aluno e/ou profissional a quem se delega a instrução de outros alunos (DICIONÁRIO HOUAISS).

¹⁷ Dicionário Aurélio *on line*: <http://www.dicionariodoaurelio.com/>

¹⁸ Dicionário Houaiss *on line* - <http://www.dicio.com.br/houaiss/>

No campo educacional, tutor é aquele responsável por acompanhar, orientar, motivar e ajudar os estudantes apoiado no trabalho de um professor. Encontramos diferentes terminologias utilizadas para designar o papel do professor que atua como mediador na EaD: tutor, preceptor, professor, orientador, monitor, formador, entre outros. Verificamos ainda uma diferenciação na terminologia empregada quanto a função exercida: tutor presencial, tutor a distância, tutor acadêmico, tutor pedagógico.

Na Educação, as primeiras referências ao termo “tutor” surgem nas universidades do século XV. Tais referências estão ligadas à figura do orientador religioso dos estudantes, que tinha por objetivo impor a fé e a conduta moral. Porém, somente no século XX é que o tutor assume o papel de orientador de trabalhos acadêmicos, significado incorporado aos atuais programas de Educação a Distância (SÁ, 1998, s.p., apud SEED/PA, 2010, p. 32).

Segundo Bortolozzo observamos que a expressão utilizada para definir/designar o tutor sofre variações de acordo com o estudo de diversos autores e de acordo com instituição que oferece os cursos em EaD e verificamos que “aparecem classificações e denominações referentes às características do tutor e às suas atribuições” (BORTOLOZZO, et al, 2009, p. 6162).

Na literatura, são ainda encontradas outras denominações que se reportam ao tutor, como: docente-tutor (MILL, et al, 2007), tutor virtual (MILL; FIDALGO, 2007), professor online (BORBA, 2007), orientador acadêmico (RODRIGUES; BARCIA, 2009), assessor pedagógico (ALONSO, 2000), professor orientador (MORAN, 2008), entre outras (BORTOLOZZO, et al, 2009, p. 6162-6163).

Podemos considerar que a falta de uma terminologia única contribui para as implicações relacionadas à delimitação de função e formação deste colaborador. Se não há uma definição básica de termo que o nomeie, que lhe dê identidade, como estabelecer critérios de formação e função?

A próxima seção visa apresentar o que dizem os estudiosos sobre o tema tutoria na Educação a Distância em relação à tutoria e ao papel do profissional nos debates em EaD.

2.4 A TUTORIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Litwin (2001) já ponderava sobre o pensamento tradicional dominante que preconizava que o tutor orienta e monitora o estudante, mas não se envolve com os conteúdos. Surge assim a ideia de que os materiais utilizados na EaD devem ser autoinstrutores, tendo que ensinar sozinhos, o que faz do tutor um acompanhante do processo educativo. Com a expansão da EaD, este mesmo pensamento passa por transformações em que o papel do tutor é ressignificado, passando de transmissor de informações para mediador didático-pedagógico no processo de construção do conhecimento.

Ao pesquisar trabalhos nos últimos 10 anos sobre o tema específico *formação do tutor*, percebemos que o número de trabalhos publicados na área proposta é pequeno. Encontramos uma produção sobre o tema no Google Acadêmico, nenhum registro no Scielo e apenas uma dissertação de mestrado¹⁹ no Banco de Teses da CAPES, 2011. A maioria dos artigos, teses e dissertações encontrados tratam da tutoria sob outros aspectos que não o da formação. No Google Acadêmico e no Portal de Periódicos da CAPES registramos o trabalho de Bernal (2008).

No Portal de Periódicos da CAPES/MEC encontramos o artigo *Dilemas de professores tutores iniciantes na Educação a Distância*, de Sirlene Fabris Costa e Rita Buzzi Rausch, publicado em 2012. As autoras elegem como foco da pesquisa o *professor-tutor* iniciante e concluem indicando a necessidade de formação específica para atuação na EaD e que “os professores tutores iniciantes ainda não tem claro a conceituação da EaD, apenas que é um movimento atual e social, ou seja, ‘não tem volta’” (COSTA & RAUSCH, 2012, p.333).

Assim, nos propomos a observar dois aspectos considerados relevantes nesta pesquisa: a formação do gestor/coordenador e do docente que atua como tutor.

Sobre o primeiro aspecto, a formação do gestor/coordenador das práticas da gestão educacional na Educação a Distância e a compreensão de suas particularidades, Mill (MILL et. al.,s/d) afirma que são escassas as pesquisas

¹⁹ MINEIRO. Hélvia Moreira. Formação do tutor: um estudo sobre os aspectos teóricos e práticos do curso de formação de tutores a distância do IFCE. Disponível em: <http://bancodeteses.capes.gov.br/>

sobre gestão de EaD e diz que “consideramos a gestão educacional um campo de extrema importância para se compreender o conjunto do processo de ensino-aprendizagem na educação básica ou superior e, também, na educação presencial ou a distância” (MILL et. al.,s/d, p.2). Compreendemos que a prática de gestão vem sendo unificada no ensino superior, aspecto este que pode desconsiderar as particularidades e especificidades de cada modalidade de ensino. Ainda segundo os autores, são poucos os profissionais atuando na EaD que buscam compreender as especificidades desta modalidade e que, “embora de extrema importância para os gestores, trata-se de um assunto comumente relevado a um segundo ou terceiro plano” (MILL et. al.,s/d, p.2), e que a Educação a Distância é comumente vista como uma subcategoria de educação.

No contexto educacional brasileiro, em que o momento histórico-político do contexto de influência na proposição de políticas públicas se volta para a figura do gestor educacional, provocar a discussão acerca da gestão da EaD torna-se mais que desejável, senão imprescindível. Assim, consideramos que capacitar/formar gestores e coordenadores de curso para esta modalidade pode ser o ponto de partida para a consolidação da EaD.

O segundo aspecto analisado trata da formação docente para atuação na modalidade EaD. De acordo com Gatti (2009) a profissionalização docente é o grande desafio deste século e faz parte da agenda mundial de prioridades da UNESCO.

Valente (2009) nos fala do “estar junto virtual”, em que a construção do conhecimento depende de orientação, acompanhamento e interação que leve de fato o aluno da EaD a transformar informação em conhecimento, e que, “isso somente pode acontecer quando o professor participa das atividades de planejamento, observação, reflexão e análise do trabalho que o aluno está realizando” (VALENTE, 2009, p. 4).

Corremos em um círculo vicioso, em que se busca a qualidade da educação básica tanto em seus aspectos cognitivos quanto na dimensão humanista (a equidade, a igualdade de condições de acesso e permanência nas escolas públicas), mas os esforços para a profissionalização docente ainda apresentam falhas e lacunas.

Consideramos a expansão da oferta de formação superior via UAB um grande e precioso ganho para a profissionalização docente. Porém, o que questionamos nesta pesquisa é a formação do formador (tutor que atua na modalidade EaD) que forma, influencia, responde dúvidas, corrige tarefas e abastece um diálogo diário com o futuro formador (docente) da educação básica.

Sabemos que por trás de cada tutor existe um docente especialista da disciplina ofertada, mas é possível que este especialista acompanhe atentamente cada sala de aula virtual? Ou ainda, que possa garantir que os padrões mínimos de qualidade²⁰ para a formação de futuros docentes da educação básica pública – sob sua responsabilidade – estão sendo observados?

Levando em conta esses questionamentos, faz-se crucial atentar para três fatores demasiadamente relevantes: a responsabilização do gestor/docente hoje discutida nas esferas públicas; a responsabilidade/competência das universidades em formar/capacitar continuamente seu quadro de tutores; e o não reconhecimento/institucionalização da tutoria no ensino superior como categoria profissional.

Gatti e Barretto (2009), apresentam um estudo (em parceria com a UNESCO) sobre a formação docente no Brasil intitulada *Professores do Brasil: impasses e desafios*. As autoras indicam que depende, em parte, da formação docente a construção de uma sociedade justa e igualitária nas questões econômicas, sociais e humanas. A profissão docente deve ocupar lugar significativo na formação da sociedade moderna

Além da importância econômica, o trabalho dos professores também tem papel central do ponto de vista político e cultural. O ensino escolar há mais de dois séculos constitui a forma dominante de socialização e de formação nas sociedades modernas e continua se expandindo (GATTI e BARRETO, 2009, p. 15).

²⁰ Os padrões mínimos de qualidade para formação docente estão apontados no documento da UNESCO - Recomendação Relativa à Condição Docente/Recomendação OIT-UNESCO, 1966. Para saber mais informações sobre o documento acesse <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001515/151538por.pdf>

No capítulo 4 – *As licenciaturas a distância* (GATTI e BARRETO, 2009, p. 89) -, a pesquisa indica a precarização do trabalho do docente que atua na tutoria na UAB

A tutoria tem sido, por sua vez, um dos aspectos mais vulneráveis na experiência de EAD. O exame de vários editais lançados para a promoção de cursos de EAD feito por Barreto (2008) evidencia a precarização das suas atividades. O tutor, segundo a autora, figura como elo mais frágil de uma cadeia de simplificações, um desdobramento do processo de esvaziamento da formação e do trabalho docente, “não podendo ser desvinculado da aposta centrada nos materiais ditos ‘autossuficientes’ e das tecnologias para sua produção e circulação” (GATTI e BARRETO, 2009, p. 115, apud BARRETO, 2008, p. 925).

De acordo com Gatti e Barretto (2009), a precarização do trabalho de tutoria - desrespeitosa ao trabalho do profissional qualificado – impede a consolidação de um sistema regular de Educação a Distância, “que requer financiamento permanente para assegurar a estabilidade de seus quadros” (GATTI e BARRETO, 2009, p. 115). Diante das afirmativas, questionamos como será possível às universidades parceiras da UAB garantir qualidade na formação dos alunos que recorrem a este projeto como meio de estudos na educação superior se não há possibilidade de se formar um quadro permanente de tutores.

Segundo as autoras “a condição precária que está sendo expandida para a sua contratação torna o vínculo do tutor com o programa extremamente frágil e não permite investir sistematicamente no seu aperfeiçoamento em serviço” (GATTI e BARRETO, 2009, p. 115). Diante deste cenário nos cabe analisar as possibilidades de investimento da universidade na formação continuada do tutor frente a instabilidade de um quadro de colaboradores tão vulnerável.

A pesquisa - de Gatti e Barreto (2009) - analisou o currículo e as ementas de 165 cursos de formação superior que promovem a formação docente. Dos cursos analisados, apenas na licenciatura em Pedagogia (71 cursos analisados) há uma disciplina que pretende instrumentalizar o professor para sua atuação frente aos recursos tecnológicos, resumida em “saberes relacionados à tecnologia: Gestão de Mídias Educacionais, Informática Aplicada à Educação, e Recursos Tecnológicos para a Educação, que focalizam a sua utilização” (GATTI e BARRETO, 2009, p. 119).

Concluimos, diante da pesquisa apresentada, que a maioria dos cursos superiores responsáveis pela formação docente (dos quais se originam os tutores) não incluem em seus currículos disciplinas para a formação profissional específica para atuação na modalidade EaD. Abordagens genéricas e pouco específicas também são observadas na questão da formação específica, as quais se estendem às disciplinas optativas – problema ampliado já que apresentam carga horária reduzida na totalidade do curso.

Verificamos ainda que a EaD não configura na proposta curricular dos cursos de Pedagogia analisados como modalidade de ensino, que incluem apenas: Educação Infantil, Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos e Contextos não-escolares. Esta configuração de modalidades de ensino se repete na proposta/grade das disciplinas obrigatórias e optativas.

Dentre os cursos de formação docente analisados, apenas o curso de Pedagogia oferece a disciplina *Tecnologias* como optativa. Os demais não fazem nenhuma menção a modalidade a distância. “A articulação com as novas tecnologias para mediação na educação científica não apareceu nas ementas de praticamente nenhum dos cursos analisados” (GATTI e BARRETO, 2009, p. 151).

Com base nas especificidades apontadas acima podemos iniciar um ensaio sobre a formação do tutor no contexto da EaD apresentado na próxima seção.

2.5 A FORMAÇÃO DO TUTOR

De acordo com a Resolução/CD/FNDE nº 8, de 30 de abril de 2010, art. 9º, para exercer atividades típicas de tutoria é exigida “formação de nível superior e **experiência mínima de 1 (um) ano no magistério** do ensino básico ou superior, ou ter formação pós-graduada, ou estar vinculado a programa de pós-graduação” (BRASIL, 2010, p.9, grifo nosso). Tomando este princípio como ponto de partida, todo tutor é professor, mesmo que sua atuação como tutor não lhe exija o trabalho de professor. O que se vem discutindo é de que formação/capacitação adicional este professor necessita para atuar na modalidade a distância.

A necessidade de se suprir a EaD com uma base teórica fez com que se desenvolvessem diferentes estudos e pesquisas sobre o que pode ser feito nesta

modalidade de ensino, posto que o avanço da tecnologia e do incentivo à ampliação da oferta – LDB, 1996 - passou a exigir maiores reflexões sobre o modelo de mediação utilizada bem como de suas possibilidades, seus impactos e resultados.

Nesse contexto, surgem as inquietações acerca da formação do tutor. A EaD não se limita ao uso correto e eficaz das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), principalmente quando acreditamos que o tutor deve ter grande capacidade de mediação. Podemos inferir que o tutor se qualifica na medida em que se apropria de diferentes instrumentos, metodologias e saberes, que possui as habilidades de partilhar, orientar e motivar, as quais poderão contribuir para o processo de mediação. Segundo Bruno “a mediação pedagógica é parte ou alicerce das relações co-construídas pela ação didática e deve promover encontros entre os sujeitos da aprendizagem” (BRUNO, 2007, p. 200). A autora argumenta que a mediação deve se constituir em uma ponte “entre o sujeito aprendente, o educador e a aprendizagem, o processo de mediação só terá sentido se promover encontros entre os envolvidos” (BRUNO, 2007, p. 200).

Sendo o tutor responsável pela condução do aluno ao encontro com a aprendizagem, Bruno (2007) defende que a mediação é carregada de intenções e Tavares complementa dizendo que

[...] é preciso que o docente-tutor tenha pleno entendimento sobre em quais bases epistemológicas está atuando, que concepção de educação defende e que sujeito pretende formar, pois esta compreensão influenciará de forma direta na interação tutor-aluno e sua relação com o conhecimento (TAVARES, 2011, p. 86).

Por compreendermos que o tutor necessita de conhecer bem o campo em que atua, corroboramos com a colocação de Tavares (2011). Assim, voltamos à questão geradora desta pesquisa: a UFJF tem institucionalizada uma política de formação do tutor que atuará na EAD?

A educação é um processo flexível, permanente, em que o saber está em constante (re)construção. A educação tem por objetivo promover o pleno desenvolvimento do estudante, tornando-o capaz de viver e conviver, de forma autônoma, com a pluralidade do mundo atual.

Para Luckesi “a educação dentro de uma sociedade não se manifesta como um fim em si mesma, mas sim como um instrumento de manutenção ou transformação social” (LUCKESI, 2004, p. 30-31). Assim, consideramos que a formação do tutor deve ser alicerçada em pressupostos, em conceitos que fundamentem e orientem sua prática.

A EaD rompeu com barreiras históricas de acesso à educação, contribuindo para melhorar o quadro de exclusão social, cultural e econômica de milhares de pessoas em todo o mundo e se mostrando como uma ferramenta eficaz no combate à discriminação, à exclusão e ao preconceito que decorrem da falta ou pouca escolaridade.

O educador Paulo Freire (1995), filósofo da educação, defendeu a educação como prática libertadora, como forma de proporcionar a autonomia do estudante, rompendo com a educação elitizada ao buscar uma escola para o povo e para a formação da consciência política. Sua visão é da educação como prática transformadora. Neste sentido, a Pedagogia deve se pautar em uma reflexão filosófica da educação e que se revele não só uma política educacional, mas uma política de país e da sociedade que intentamos transformar.

Para a psicologia da educação, segundo Tolentino e Taddei (s.d., s.p.), Rogers defende que a aprendizagem é potencializada quando é mediada pela animação, orientação e empatia que o professor deve assumir um papel facilitador da aprendizagem, acreditando que cada pessoa tem a tendência inata de atualizar suas capacidades e potencialidades.

Bruno (2007) aponta que

O adulto aprende a partir de experiências, que se desenvolvem por meio de ciclos, em espiral crescente, e permeiam toda a sua vida. Estes ciclos são vivenciados a partir do conceito de plasticidade e obedecem ao funcionamento orgânico, às integrações sociais, ao desenvolvimento individual, co-construídos pelos aspectos bio-psico-socio-educacionais. Compreendendo que a plasticidade é o elemento fundante do organismo humano, por sua possibilidade de adaptação, adequação e transformação, todos os elementos que envolvem a aprendizagem humana devem ser coerentes com tal conceito (BRUNO, 2007, p. 7).

Observamos que os estudiosos, ao discorrerem sobre aspectos relacionados à aprendizagem, defendem que o ser humano está sempre em processo de adaptação e de transformação.

Considerando a plasticidade do processo de aprendizagem, ponderamos que o tutor deve se apropriar de diferentes teorias da aprendizagem a fim de que sua atuação frente as plataformas de ensino a distância não aconteça de forma ingênua e experimental, impulsionada pelo instinto, mas baseada em estudos e pesquisas que apresentem confiabilidade em seus conceitos e resultados. Segundo Bruno, “diversos pesquisadores pontuam a necessidade de articulação e de interação para a produção do conhecimento” (BRUNO, 2007, p. 101). Sendo assim, apontamos que para atuar como tutor, é necessário que o professor se capacite e que se atente aos pressupostos teóricos apresentados pelos diversos autores consultados.

Com base nas características apresentadas acima, torna-se fundamental apresentar a tutoria na UAB/UFJF.

2.6 A TUTORIA NA UAB/UFJF

De acordo com informações da CAPES, o Sistema UAB se sustenta em cinco eixos fundamentais:

1. Expansão pública da educação superior, considerando os processos de democratização e acesso;
2. Aperfeiçoamento dos processos de gestão das instituições de ensino superior, possibilitando sua expansão em consonância com as propostas educacionais dos estados e municípios;
3. Avaliação da educação superior a distância tendo por base os processos de flexibilização e regulação implantados pelo MEC;
4. Estímulo à investigação em educação superior a distância no País;
5. Financiamento dos processos de implantação, execução e formação de recursos humanos em educação superior a distância (BRASIL, 2009).

O Sistema UAB apoia o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica - Decreto FNDE n.º 6755 de 29 de janeiro de 2009 - que objetiva profissionalizar professores que ainda não têm formação superior

(primeira licenciatura), ou professores já formados, mas que lecionam em área diferente daquela em que se formaram (segunda licenciatura), e bacharéis sem licenciatura, que necessitam de estudos complementares que os habilitem ao exercício do magistério.

Sobre o financiamento das ações de formação e capacitação de tutores, professores e gestores atuantes no Sistema UAB, a Resolução n.º 49, de 10 de setembro de 2009, prevê em seu Art. 1º

§1º - O Sistema UAB prevê o **financiamento** das seguintes ações:

I - acompanhamento, produção e desenvolvimento do design institucional do material didático para a modalidade a distância (EaD);

II - **capacitação de professores, tutores, gestores, técnicos e todos os profissionais envolvidos na oferta de cursos do Sistema para a gestão da educação à distância** (BRASIL, 2009, grifos nossos)

Verificamos que a legislação pertinente ao Sistema UAB já explicita e prevê financiamento para a questão da formação/capacitação do tutor aqui apresentada, portanto, cabe as universidades a proposição de projetos e a solicitação de financiamento.

Observamos ainda que o Sistema UAB foi implementado em consonância com o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que objetiva prioritariamente a formação inicial de professores para a educação básica.

Concluimos que na busca pela melhoria da qualidade da educação pública foram implementadas políticas de formação de professores, entre elas o Sistema UAB, que prevê financiamento para a capacitação dos profissionais envolvidos (tutores, professores e gestores) no intuito de se atingir o objetivo proposto: melhoria da qualidade da educação brasileira.

Para discorrer sobre a tutoria na UAB/UFJF, buscamos informações iniciais no Cead por acreditar que neste Centro, responsável pelo assessoramento dos cursos de graduação e seleção/capacitação de tutores, poderíamos encontrar institucionalizadas diversas questões que rodeiam o quefazer do tutor. Para tal, contamos com a colaboração do Coordenador Acadêmico do Cead, de um TAE

que atuou no Cead e com os coordenadores de tutoria e/ou de cursos de graduação na modalidade a distância da UFJF que nos concederam entrevista²¹.

Os entrevistados foram contactados por email e por telefone. Tentamos contato com os coordenadores dos seguintes cursos: Bacharelado em Administração Pública, Licenciatura em Computação, Licenciatura em Física, Licenciatura em Educação Física, Licenciatura em Matemática, Licenciatura em Pedagogia e Licenciatura em Química. Sobre os coordenadores que não participaram da entrevista, ressaltamos que à coordenação de Licenciatura em Matemática foram enviados seis emails (com recebimento confirmado pela secretária do curso em diferentes contatos telefônicos), mas nenhuma entrevista pôde ser agendada e não houve justificativa de sua não participação na pesquisa. Este departamento não informou o email dos tutores para participação no questionário disponibilizado.

Não conseguimos agendar entrevista com o coordenador do curso de Licenciatura em Pedagogia e acreditamos que por conta do término do contrato dos terceirizados que atuam na secretaria do curso no período em que ocorreram as entrevistas, esta especificamente ficou prejudicada. Apesar do imprevisto, a coordenação disponibilizou o email dos tutores que responderam ao questionário.

Sobre os contatos com o coordenador do curso de Licenciatura em Educação Física, foram trocados seis emails com o mesmo, que alegou estar fora da cidade e impossibilitado de participar da entrevista. Os tutores deste curso receberam o questionário online após comunicação, via telefone, com a secretaria do curso.

Todos os entrevistados assinaram o Termo de Consentimento e Esclarecimento (Anexo 5) e serão denominados da forma que está no Quadro 8, a fim de garantir e preservar seu anonimato.

²¹ O roteiro completo de entrevista pode ser consultado no apêndice.

Quadro 8 – Identificando os entrevistados

Coordenador Acadêmico do Cead	Coordenador A
Coordenador da Licenciatura em Computação	Coordenador B
Coordenador de Licenciatura em Gestão Pública	Coordenador C
Coordenador de Licenciatura em Química	Coordenador D
Coordenador de Licenciatura em Física	Coordenador E
Coordenador de Licenciatura em Educação Física	Não foi possível agendar entrevista.
Coordenador de Licenciatura em Matemática	Não retornou contato.
Coordenador de Licenciatura em Pedagogia	Não foi possível agendar entrevista.
Técnico em Assuntos Educacionais	TAE

Fonte: elaborado pela autora

Recorremos, em primeiro lugar, ao Coordenador A (atuando no Cead desde setembro de 2014), que é professor da Faculdade de Educação, e à TAE, hoje lotada no Instituto de Ciências Exatas da UFJF, que atuou como coordenadora de capacitação no Cead no período de 2010 a 2013.

No primeiro momento, a partir da afirmação do Coordenador A, que informou que a atual equipe gestora do Cead está trabalhando na tentativa de organizar arquivos e documentação anterior à esta gestão, constatamos a ausência de dados sistematizados, de informações, de arquivos e de um histórico organizado das ações e atividades do Cead. A ausência de registros se torna um dado importante para esta pesquisa, uma vez que um de nossos propósitos seria o de apresentar a história da EaD na UFJF, tornando-se indispensável o trabalho de resgate e escrituração documental para este fim. O levantamento inicial, de acordo com os dados fornecidos pelo Cead²², indica que há 431 tutores atuantes na UAB, sendo 168 tutores presenciais e 263 tutores a distância na UFJF.

A primeira questão levantada tratava do papel do Cead em relação a Educação a Distância na UFJF.

Coordenador A: O Cead, como centro de Educação a Distância, tem como papel fundamental oferecer todo o apoio aos cursos

²² Dados advindos por meio de pesquisa realizada pelos servidores lotados neste Centro nos registros internos solicitado pelo Coordenador A e repassados durante a entrevista.

nesta modalidade. **Isso envolve várias dimensões: acadêmica, tecnológica, material e financeira.** Entendo também que ao Cead cabe oferecer recursos, orientações e providências no que tange à expansão do conhecimento e utilização das tecnologias no ensino presencial também, **tanto para professores quanto para cursistas, independentemente de serem cursos oferecidos nesta ou naquela modalidade.** Inovação tecnológica parece ser uma das dimensões centrais no processo de conhecimento - o que não deveria ser feito de modo isolado das dimensões ética, cultural, cognitiva e emocional (COORDENADOR A. Entrevista realizada em 19/11/2014, grifos nossos).

A coordenação ratifica a necessidade de se observar as diferentes dimensões que são de responsabilidade do Cead: acadêmica, tecnológica, material e financeira, demonstrando a indissociabilidade entre as diferentes esferas de atuação do Centro. Compreendemos que na dimensão acadêmica existe hoje a preocupação com a formação continuada dos tutores.

A mesma questão é apresentada a TAE

O Cead não pode ser, digamos, uma universidade paralela. A Universidade acaba não reconhecendo a EaD como deveria. Tudo na Universidade tem que ser pensado considerando a EaD também. O papel do Cead seria esse, de representar a EaD, mas fazendo a integração com a Universidade, ele seria o Centro de EaD para atender as demandas, mas dali ele tem que articular dentro da Universidade para que as coisas aconteçam. Percebíamos essa dificuldade, por exemplo, em coisas simples, como a questão da carteirinha de estudante; é um problema pois não se pensa na relação estudante EaD e Universidade, então temos sempre problema com isso. Onde o aluno EaD vai fazer a carteirinha? Outra questão seríssima é manter o SIGA sempre funcionando no final de semana, os nossos alunos acessam o SIGA no final de semana, a Universidade precisa entender que os alunos dela precisam do SIGA funcionando no final de semana. Essa falta de entendimento do que é EaD, como ela funciona, de toda essa dinâmica, faz falta para que a Universidade esteja preparada para atender essa modalidade, e a impressão que dá é de que as vezes o Cead fica um pouco distante disso, ele não consegue fazer esta relação, esta integração para que as coisas aconteçam tranquilamente (TAE. Entrevista realizada em 12/03/2015).

Observamos que as questões operacionais surgem na visão da TAE sobre o Cead, em que são apontadas as dificuldades enfrentadas pelos estudantes na modalidade EaD. Os diferentes olhares – Coordenador A e TAE – ampliam a

discussão e indicam que os alunos da EaD necessitam de atendimento inclusivo dentro da UFJF, pois, independentemente da modalidade de ensino, eles possuem os mesmos direitos. O Coordenador B apresenta a mesma situação quando questionado sobre possíveis limitações na gestão da EaD e aponta que

Em termos de gestão eu acho que uma das grandes dificuldades enfrentadas é o modelo de gestão da Universidade, que não está adequada para uma gestão que se faz necessária a distância. **Esse ano conseguimos avançar, incluindo no calendário da Universidade informações para o nosso aluno EaD.** Por exemplo, está escrito assim: *o aluno tem que entregar o documento na central de atendimento.* Ora, o aluno da EaD não está aqui nem entrega documento na central, então tem que ter informação pra ele também. Vai entregar no polo, no Cead, ou entregar na minha secretaria? Então nós temos que ter pequenas decisões que estão há anos se arrastando e se tornam complicadores para os alunos, coordenadores de polo, pra nós, pro Cead, pra todo mundo, porque vai documento pra lá, documento pra cá, a universidade já tinha que estar um pouco mais estruturada em termos de gestão para facilitar a gestão do próprio coordenador (COORDENADOR B. Entrevista realizada em 11/03/2015, grifos nossos).

Passamos a discorrer então sobre a formação de tutores com os seguintes questionamentos: tem o Cead um projeto de ensino/formação que se pretenda institucionalizador da modalidade a distância e que estabeleça diretrizes para a EaD na UFJF, incluindo seus pressupostos teóricos? Há alguma nova proposta em relação à formação deste ator?

Coordenador A: Sim, estamos muito empenhados neste processo. Fizemos um diagnóstico dos cursos de formação até então desenvolvidos pelo Cead e compreendemos que é preciso reestruturar os processos de capacitação a partir de uma concepção de educação a distância que busque ir além do que, até então, foi feito e pensado. Uma das questões primordiais é aproximar o Cead às unidades acadêmicas que oferecem os cursos - sejam eles de graduação, aperfeiçoamento, ou especialização. É preciso fazer parcerias acadêmicas a partir da indissociabilidade entre as dimensões ensino, pesquisa e extensão. Este projeto institucional em EAD está em construção, ao mesmo tempo em que, devido às demandas urgentes e emergentes, já se coloca em desenvolvimento e avaliação processual junto aos diferentes agentes do processo (COORDENADOR A. Entrevista realizada em 19/11/2014).

Neste ponto a TAE indica que no período em que atuou no Cead

Existia sim um projeto em que definíamos todas as ações que seriam realizadas, tudo que precisaria ser feito, a função de cada um dentro do Cead. Existiu essa necessidade em algum momento e começou-se este movimento. O problema maior foi o fato de o Cead estar sempre mudando a gestão, em que cada gestor pensa e acredita em coisas diferentes do anterior, a questão da terceirização de serviços – em que se troca demais as pessoas que trabalham lá – acaba por não se concretizando nenhuma proposta. Houve um mapeamento de todas as demandas, mas a proposta talvez não tenha sido concluída (TAE. Entrevista realizada em 12/03/2015).

Verificamos que ainda não há um projeto de ensino/formação e/ou uma proposta de formação de tutores institucionalizada, apesar de iniciativas anteriores a atual gestão do Cead. De acordo com as informações coletadas, há uma proposta em andamento e um diagnóstico inicial já foi realizado.

Considerando que o Cead foi criado no ano de 2005 – na época denominado Núcleo de Educação a Distância (NEAD) – nos cabe questionar como este Centro vem atuando durante esses quinze anos sem até o momento ter institucionalizada uma proposta de formação de tutores mais consistente, ou ainda, como os processos de gestão anteriores se posicionavam frente a esta demanda. Considerando que os cursos primam pela qualidade de seus processos formativos e que os diplomas dos cursos presenciais não se distinguem dos da EaD, há que se estabelecer relações de equidade no que tangem os profissionais, independente das modalidades. Isso significa que os formadores, em ambos os cursos, devem ser docentes.

Existe hoje a preocupação com a necessidade de se reestruturar os processos de capacitação de tutores e de diálogo com as unidades acadêmicas. O Coordenador A informa que o processo institucional em EaD está em construção. Observamos ainda que a TAE indica como possível dificultador no andamento das propostas a rotatividade de gestores (com diferentes ideais pedagógicos, de gestão e de concepção de EaD) e de funcionários terceirizados no Centro.

Buscando verificar se há alguma proposta institucional para a formação de tutores e fazendo e tendo em vista o curso de Pedagogia, que tem uma proposta

de formação diferenciada e será melhor detalhada adiante, nos deparamos com a seguinte questão: através da experiência no curso de Pedagogia, detentor de um olhar diferenciado em relação aos demais cursos de graduação – especialmente com relação à formação de professores – há alguma proposta institucional para a formação de tutores na modalidade a distância na UFJF?

Coordenador A: A ausência ou escassez de dados é, por si, um dado relevante. Até o momento ainda não encontramos um projeto da universidade que institucionaliza, ou que explicita uma concepção de EaD e/ou de formação de tutoria. Entretanto, posso dizer que atualmente existe sim uma proposta em construção. Estamos colocando lupa sobre este processo de formação e estamos gestando uma proposta que será consolidada e registrada institucionalmente a partir das reflexões e sugestões construídas junto aos diferentes agentes do processo (COORDENADOR A. Entrevista realizada em 19/11/2014).

Sobre a formação de tutores a TAE indica que não havia uma proposta da UFJF, a iniciativa partia do Cead em ações isoladas

Tínhamos o projeto específico da formação inicial, que priorizava a apresentação da plataforma, a função do tutor, todas as questões iniciais, e tinha os demais cursos, normalmente em forma de oficinas com intuito da formação continuada. [...] Estes projetos ficaram registrados no Cead por se tratar de financiamento da CAPES (TAE. Entrevista realizada em 12/03/2015).

De acordo com a afirmação da TAE, verificamos que a proposta de formação inicial se baseava em aspectos técnicos, os quais visavam a utilização correta das ferramentas da plataforma, sem a preocupação com as questões pedagógicas, colocando o tutor como repassador de conteúdos – algo bem semelhante ao sistema apostilado.

Gomes (2013) trata da expansão da EaD - e das dificuldades encontradas - e aponta que “há carências profundas de especialistas em EaD, inclusive para trabalhar nos polos [...] e do ensalamento de alunos em cursos a distância monitorados quase que exclusivamente por tutores” (GOMES, 2013, p. 19-20), indicando que a EaD vem tentando adaptar o uso de tecnologias ao modelo de ensino tradicional sem refletir sobre suas especificidades e práticas pedagógicas.

Gatti (2009) indica que é preciso investir na formação docente para que se alcance a qualidade da educação. Diante da afirmação da autora e de acordo com o exposto compreendemos que a fala do Coordenador A indica que está em andamento uma proposta de processo de formação de tutores que institucionalize aspectos de sua atuação e da EaD na UFJF. Perguntamos a ele se considerava que a UFJF vinha desenvolvendo políticas que contemplassem as necessidades para a formação do tutor que atuará no EaD

Coordenador A: Pelos relatos e experiências diversas avalio que precisamos ir muito além do que foi até então neste campo, se quisermos imprimir uma marca favorável a novos patamares educacionais. Nós queremos. A equipe do Cead quer e tem se organizado e trabalhado muito neste sentido da revitalização da EaD na UFJF. A coordenação acadêmica, por exemplo, organiza seu trabalho a partir das demandas pedagógicas e administrativas para que nenhuma dimensão seja prejudicada pela ausência ou fragilidade da outra. A atual direção do Cead constituiu assim uma coordenação acadêmica pedagógica e uma coordenação acadêmica administrativa, que desenvolve continuamente com um trabalho conjunto. Além da equipe que trabalha diretamente com as demandas dos alunos, cursos, editais e procedimentos diversos, contamos também com uma equipe de profissionais com larga experiência acadêmica e profissional em EaD. São estudiosos do campo da formação de professores e das tecnologias. **Estudos e pesquisas desenvolvidos dentro e fora do país têm retroalimentado nossas reflexões, proposições e ações. Estamos buscando aprender também junto a outras instituições que desenvolvem educação a distância.** Ao mesmo tempo este esforço teórico tem fomentando nossas iniciativas em processos investigativos junto aos tutores, cursistas... auxiliando-nos na constituição de diagnósticos que possam auxiliar a tomadas de decisões necessárias neste campo. Sabemos que o diagnóstico por si pouco vale, mas sabemos também que as decisões bem fundamentadas em bons diagnósticos tendem a ser mais efetivas, contribuindo assim para se atingir os objetivos esperados (COORDENADOR A. Entrevista realizada em 19/11/2014, grifo nosso).

Entendemos aqui que a nova coordenação do Cead tem trabalhado para suprir a lacuna que buscamos responder com esta pesquisa. A busca por estudos e pesquisas em outras instituições e países, e o processo investigativo junto aos tutores e cursistas vem confirmando nossa hipótese inicial de que não há uma política de formação de tutores em atuação na UFJF. Apesar de a formação continuada ser defendida por Gatti (2009) e Mill (2009), demonstrando que esta

iniciativa deve ser assumida pela gestão da EaD, as ações relacionadas a este ponto na UFJF ainda não estão consolidadas. A mesma questão foi respondida pela TAE que coloca que “aconteceram capacitações, mas não há uma política da UFJF. A proposta era do Cead” (TAE. Entrevista realizada em 12/03/2015).

Sobre o regimento e legislação da UFJF questionamos, baseados no documento normatizador do MEC (Referenciais de Qualidade para EaD), e após verificar que os documentos (regimento e legislação) da UFJF não fazem menção à “figura” do tutor, e sabendo-se que é este ator quem muitas vezes representa a UFJF na EaD (seja nos encontros presenciais nos polos ou por meio da mediação online via plataforma Moodle), se o Cead tem algum documento orientador e/ou normatizador desta função em perspectiva.

Coordenador A: Estamos elaborando dentro da equipe da coordenação acadêmica um conjunto de orientações e procedimentos relacionados às ações e responsabilidades dos diferentes participantes da EaD, buscando dar mais transparência e facilitar o fluxo das informações que envolvem os alunos, tutores e coordenadores de polos. Parte dessas proposições será apresentada nas reuniões de coordenadores de curso para que possamos refinar conjuntamente tais orientações. Certamente isto posteriormente deverá chegar às instâncias superiores tais como Prograd, CDARA (COORDENADOR A. Entrevista realizada em 19/11/2014).

Com a proposta de reformulação do Regimento Geral da UFJF anunciada pela nova reitoria, perguntamos se há algum movimento interno ao Cead que se proponha a participar ativamente deste processo. Inquirimos se ao entrevistado achava importante para a nova proposta regulamentar/apresentar proposições mais concretas sobre a EaD e, conseqüentemente, para o papel dos tutores.

Coordenador A: Estamos empenhados em fazer isto e estamos inclusive estabelecendo, independente do Regimento, procedimentos internos, por exemplo no acadêmico, e eu imagino que os outros setores do Cead também tem tido essa conduta no sentido de saber qual é o papel de cada um, como funciona, deixar com mais visibilidade todo esse processo, tramites de modo que não fique aquela coisa endógena ao Cead, ou seja o Cead faz parte integralmente da Universidade, então ele não pode ficar a margem, nós estamos trabalhando de maneira muito intensiva no sentido de revelar toda a dimensão de um trabalho que deve ser feito e cada vez mais ampliado. Em relação ao

Regimento, também como estou dizendo é uma consequência, evidentemente o Cead precisa estar dentro, de uma maneira clara, não se trata de disputar espaço com nenhum outro órgão, não se trata disso, não é sobrepor, é uma maneira de articular e inter-relacionar mas que não pode ficar colocando como um apêndice (COORDENADOR A. Entrevista realizada em 19/11/2014).

O Coordenador A discorre sobre a situação Regimento/Cead/EaD evidenciando que o Cead pode estar indicando a necessidade de aproximar/incorporar o Centro à Universidade como um todo, respeitando-se a autonomia de cada curso, cada secretaria e assim por diante. A busca pela conquista deste espaço não é um movimento atual

Coordenador A: Do ponto de vista até simbólico, quando você clica no site da Universidade você tem que fazer um caminho enorme para chegar até o Cead, como se você tivesse que adivinhar, clica num e vai ao outro, até achar. O Cead precisa ter um espaço até porque o número de alunos justifica, o projeto justifica, tem uma presença muito importante e mais do que isso tem essa questão de todo o entrosamento. Agora, a informação que tivemos assim que iniciamos a trabalho aqui em setembro de 2014, com a nova gestão, que um empenho de algumas pessoas do Cead – houve uma pessoa que foi porta voz do Cead – hoje coordenadora de curso - no sentido de incorporar a EaD no Regimento anterior com envio de propostas de alteração, mas foi mantido o mínimo do que já constava do Regimento anterior, quase nada foi alterado. A expectativa é de que agora consigamos fazer alterações significativas em prol de uma EaD de qualidade, e que deve ser registrado nos documentos oficiais da UFJF (COORDENADOR A. Entrevista realizada em 19/11/2014).

Analisando as colocações dos coordenadores recorremos a Mill (MILL et. al.,s/d) que vem pontuando que a gestão da EaD é carente de estudos e pesquisas, o que se confirma na EaD/UFJF quando observamos a própria organização/atuação do Cead na estrutura da universidade.

Sobre a importância de se incluir com mais precisão a EaD no Regimento da UFJF o Coordenador C indica que há um possível descaso da gestão geral da Universidade com as questões relativas a EaD.

Coordenador C: Com certeza. Basicamente os tutores atuam conosco digamos sem uma supervisão, um controle formal da universidade. **O Cead sabe quem são os tutores que estão atuando, mas a gestão da Universidade não sabe, não se**

interessa, não tem muito controle disso. Acho que seria importante que esse grupo fosse tratado de uma forma diferente. Na verdade é que nós aqui na Administração temos um grande grupo de tutores que faz parte do quadro da Universidade, que são servidores da universidade, então ou eles são TAEs, ou professores substitutos, ou professores da universidade. Então se eles têm alguma noção do que é a UFJF é porque eles já fazem parte desse grupo, mas agora tutores que vem de outras áreas, de outros setores não tem a menor noção do que seja a Universidade, e são tratados como terceirizados realmente, é uma relação precária (COORDENADOR C. Entrevista realizada em 12/03/2015, grifos nossos)

De acordo com o relato dos entrevistados, podemos inferir que não há uma proposta orientadora para o trabalho de tutoria. Perguntamos a seguir como o tutor é visto pelo Cead e se, além da legislação da UAB, existiria algum documento interno que tratasse deste tema.

Coordenador A: Até o momento não encontramos nenhum documento interno do Cead sobre o tutor. Como apontado antes, queremos contribuir para que as funções e responsabilidades fiquem mais claras, inclusive para o Cead. A expectativa é que este conhecimento possa nutrir novas ações mais definidas, sem perder a dimensão da articulação entre elas (COORDENADOR A. Entrevista realizada em 19/11/2014).

Passamos então a ponderar sobre o início das atividades na modalidade EaD na UFJF: os registros encontrados até o momento indicam que a UFJF iniciou suas atividades na modalidade EaD a partir do ano de 2005, mas há indícios de que esta modalidade de ensino possivelmente já era utilizada anteriormente na universidade. Questionamos se o Cead teria registros do histórico da EaD na UFJF.

Coordenador A: Estamos nos esforçando para constituir um histórico destas ações mas ainda não conseguimos reunir as informações necessárias pois elas se encontram dispersas e, muitas vezes desconhecidas. Por exemplo, estamos fazendo um levantamento de egressos do curso (pessoas que concluíram os cursos) e de evadidos e/ou que abandonaram o curso. Não encontramos ainda todas estas informações. Estamos constituindo um banco de dados através de diversas fontes, buscando estabelecer parâmetros de confiabilidade dos dados para que possamos, com a segurança adequada prestar as informações institucionalmente (COORDENADOR A. Entrevista realizada em 19/11/2014).

Perguntamos em seguida sobre a opinião do entrevistado sobre as condições de trabalho/formação para a tutoria.

Coordenador A: São muito precárias. Além do valor questionável da bolsa, o que mais me preocupa é a pouca solidez e efetivo debate e encaminhamento no que tange à regulamentação da profissão e/ao reconhecimento do tutor como docente, por que não? (COORDENADOR A. Entrevista realizada em 19/11/2014).

Ressaltamos, após a fala do Coordenador A, que o valor da bolsa de estudos oferecida aos tutores é determinada pelos órgãos federais, portanto, não cabendo questionamento à UFJF. O valor da bolsa²³, se comparado ao piso nacional dos professores com formação de nível médio, hoje em R\$ 1.917,78 com jornada de 40 horas, tem sido um ponto constante de questionamento de tutores, afinal a carga de trabalho envolve uma multiplicidade de afazeres e responsabilidades. Outro ponto que merece ser destacado diz respeito à diária recebida pelo tutor em caso de viagem aos polos para os encontros presenciais com os alunos. Além do valor questionável frente as despesas que são realizadas (transporte até o local de embarque, alimentação, hospedagem em boa parte dos casos, etc.), os valores só estão sendo depositados dias depois de o encontro acontecer, obrigando os tutores a custearem seus gastos sob pressão de algumas coordenações. A questão da melhor remuneração é algo debatido pelos tutores e alguns coordenadores nas mais variadas universidades. É notório, portanto, que as condições de trabalho e a formação inicial do tutor são precárias, além de sua exclusão social verificada nesta universidade.

Sobre questões como o reconhecimento da atuação do tutor como docente, mesmo na situação de bolsista, e sobre as medidas que deveriam ser pensadas para melhoria das condições de trabalho dentro da UFJ, a TAE coloca que

TAE: Eu acho que esta é a situação mais séria de precarização do trabalho docente, da atuação do tutor, no sentido de que ele assume uma função, precisa ser responsável pelo que faz, a gente está falando de formação superior, muitas vezes de formação de professores, e os tutores estão ali em condições de trabalho precarizado. A universidade precisa pensar esta estrutura

²³ O valor da bolsa atual é de R\$ 765,00.

porque o tutor trabalha este período todo sem nenhum vínculo, ele não tem direito a uma licença, ele é um bolsista, passa anos trabalhando na EaD e essa experiência não é considerada como experiência profissional na educação superior, e não pode ser utilizada nem mesmo para que ele possa atuar como professor pesquisador. É uma desvalorização total do trabalho que ele desempenha. O que tenho visto nos congressos que participo, dos estudos que faço, é de que o papel do tutor é fundamental para a EaD, no entanto ele é desconsiderado. O assunto deve ser pensado não só por quem é tutor, mas pela Universidade e por todos os trabalhadores docentes (TAE. Entrevista realizada em 12/03/2015, grifos nossos).

Mais do que ser reconhecido como docente, surgem questões nesta pesquisa que revelam um universo muito mais de exclusão do tutor na UFJF do que de aceitação como um importante colaborador

TAE: Pois é, é uma outra questão muito complicada na Universidade, se a gente for observar na Universidade esse tutor só é reconhecido pela coordenação do curso, dentro do curso, no Cead, com uma certa relação ainda complexa porque o tutor não é um funcionário da UFJF, ele não é também um funcionário do Cead porque ele também não tem um vínculo específico com o Cead. Acho que o tutor, eu questiono também no meu trabalho, essa precarização do trabalho docente, ele ainda é visto de uma forma muito complicada, ele não tem os direitos, ao mesmo tempo ele é figura importante na EaD, talvez a mais importante, junto com o professor é claro, mas é ele quem está ali no dia a dia com o aluno, então na verdade ele representa a instituição, porque é ele quem faz o contato com o aluno, e ao mesmo tempo **aqui dentro ele não tem função nenhuma, por exemplo, ele não tem direito a almoçar no RU, como um terceirizado hoje tem, ele não tem direito a utilizar o ônibus da Universidade, ou simplesmente pegar um livro emprestado na biblioteca.** Então quer dizer, ele trabalha para a instituição, em uma função que exige dele estudar, ler, se atualizar, e não tem direito a pegar um livro na biblioteca. **Dentro da Universidade é como se ele não existisse** (TAE. Entrevista realizada em 12/03/2015, grifos nossos).

De acordo com a fala dos entrevistados, observamos que a relação de tutoria na UFJF se estabelece como uma dicotomia: de forma frágil dentro do contexto da Universidade, e forte dentro das coordenações e na visão dos alunos.

Consultando documentação recente de outras universidades e institutos federais no Brasil que atuam em parceria com a UAB, verificamos que a dicotomia apontada se repete. A Resolução 49/2014 da Universidade Federal da Paraíba,

que regulamenta o Programa de Tutoria, versa sobre atribuições e direitos do tutor, no item “direitos” a única alínea se refere ao recebimento da bolsa no valor de R\$ 765,00. O mesmo se repete no edital 02/2015 da Universidade de Brasília (UnB). No edital 01/2013 do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia, além do recebimento da bolsa no valor referido, encontramos “ter acesso ao AVA e participar das atividades de capacitação desenvolvidas na instituição (IFRO, 2013, p.4)”. Consideramos que o apontado no edital 01/2013 do IFRO elemento meramente ilustrativo, já que os direitos indicados são exigência para a efetivação do trabalho – acesso ao AVA –, e determinação da CAPES/UAB – capacitação de tutores. No Guia de Tutores da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) não há nenhuma referência relativa aos direitos dos tutores.

Entre os coordenadores entrevistados, levantamos questões relativas a gestão do curso e experiência profissional. Segundo os entrevistados, os cursos de graduação na modalidade EaD são ofertados (exceto um) há no mínimo seis anos; eles se encontram na gestão de cursos nesta modalidade há pelo menos oito anos; todos indicam que já atuaram como professores na modalidade e/ou como tutor.

Com relação a EaD, nenhum deles indicou ter formação específica para esta modalidade. A capacitação/atualização é realizada sob a forma de leitura, participação em congressos e experiências compartilhadas de forma colaborativa com outras instituições que trabalham com a modalidade ou através de cursos oferecidos pelo Cead. Os Coordenadores afirmam que

Coordenador C: Seria importante o Cead oferecer capacitação também para gestores. A gente percebe que o Cead tem oferecido curso de capacitação para tutores, mas para coordenadores de curso não, professores não, então às vezes nós temos problemas aqui com professores que saem da sala de aula e vem com a mesma metodologia para a EaD. Este é um dos grandes problemas que nós enfrentamos, o sujeito acreditar que a EaD é a mesma coisa que o presencial e não é (COORDENADOR C. Entrevista realizada em 12/03/2015).

Coordenador E: A única formação que eu tive foi um curso de capacitação da plataforma virtual (plataforma Moodle) oferecido pelo Centro de Ensino a Distância (CEAD) da UFJF. (COORDENADOR E. Entrevista realizada em 11/03/2015).

Coordenador D: Como Coordenadora e anteriormente Coordenadora de Graduação EAD da UFJF tive que conhecer a

logística da EAD através de leituras e muitas reuniões em vários setores, como CEDERJ, a extinta Secretaria de Educação à Distância e em outras Universidades que aderiram a esta modalidade (COORDENADOR D. Entrevista realizada em 11/03/2015).

Gatti e Barreto (2009) indicam que a graduação não oferece o suporte necessário para o docente atuar na EaD; o MEC deixa a cargo das instituições a formação inicial e continuada dos profissionais que formam a equipe de trabalho; o Cead está empenhado em elaborar uma proposta para a EaD/UFJF. Assim, a especificidade desta modalidade de ensino vem sendo negligenciada e os problemas ficam limitados aos departamentos.

Quando perguntados sobre conhecimentos necessários ao coordenador para atuar na gestão de cursos EaD, a experiência anterior na modalidade foi destacada como fundamental para compreender suas especificidades, assim como o uso dos recursos tecnológicos. O Coordenador B, C e E indicam ainda que

Coordenador B: No início a gente não tinha tanta gente com formação, acho que vivenciar, pelo menos como professor é muito importante – porque na gestão, eu comecei a atuar na verdade, além da gestão destes cursos também como professora da UAB, inclusive como avaliadora da UAB junto ao MEC. Eu acho que a pessoa vivenciar como professor ou tutor é fundamental para conhecer a modalidade, o dia a dia como trabalha esta modalidade, essa é uma grande dificuldade que temos, porque nem todo mundo se adéqua a essa modalidade de trabalho de avaliação, de tratamento com o aluno, do ambiente virtual, a gente observa, esse perfil é fundamental, a pessoa tem gostar e se adaptar a essa forma de trabalhar [...] (COORDENADOR B. Entrevista realizada em 11/03/2015).

Coordenador E: Em primeiro lugar, um coordenador a distância tem que ter uma experiência equivalente de um coordenador presencial. Em segundo lugar, **deve entender bem como funciona o processo de ensino a distância observando as principais diferenças que existe com o ensino presencial.** Entender que todo o trabalho de coordenação deve ser feito a distância e que o contato entre aluno e coordenação depende exclusivamente de uma rede de internet eficiente. Atualmente acredito que tenho uma experiência razoável com ensino a distância, entretanto observo que temos que estar sempre dispostos a aprender e encarar novos desafios que estão surgindo com essa nova modalidade de ensino (COORDENADOR E. Entrevista realizada em 11/03/2015). (Grifos nossos).

Coordenador D: Independente de ser coordenador em cursos oferecidos EAD ou presencial, o cargo exige que primeiramente o coordenador tenha conhecimentos das suas atribuições, considerando a parte administrativa que é comum aos Cursos presenciais e na modalidade à distância. A diferença, no caso EAD, é que o Coordenador faz um pouco do papel de orientador geral, **uma vez que os polos, ao qual o Curso está vinculado não se têm ainda a concepção de uma Universidade e como ela funciona** (COORDENADOR D. Entrevista realizada em 11/03/2015, grifos nossos).

Observamos na fala do Coordenador D uma questão que merece ser destacada e revisada: o suporte administrativo e acadêmico que é dado aos polos. Esta questão, apesar de não ser objeto de estudos nesta pesquisa, pode ser explorada em pesquisas posteriores.

Entretanto, é notório que há nas falas dos coordenadores a ideia de semelhança entre a coordenação de cursos presenciais e a distância, com pouco ou quase nenhum destaque para suas especificidades, que, como sabemos, são muitas. Ainda, os coordenadores de curso assumem o papel mais administrativo em detrimento do pedagógico. Fica a questão: quem cuida do pedagógico nos cursos?

Perguntamos então ao Coordenador B se com a expansão da EaD, seria interessante haver uma política da UFJF para formação de tutores, e para institucionalizar a EaD dentro da UFJF.

Coordenador B: **Na verdade a UFJF tem essa obrigação e recebe os recursos do MEC para fazer isso, o fato é que eu acho particularmente que ela não fez bem, nós não temos a política clara**, o Cead não vem atuando, vamos dizer, como quem dissemina e quem define junto com os coordenadores e todos os agentes aí envolvidos essa política, e vem fazendo uma formação de tutores fragilizada, que eu acho, que nessa estrutura da UAB, é de responsabilidade deles, de forma adequada (COORDENADOR B. Entrevista realizada em 11/03/2015, grifos nossos).

Nesse contexto, e de acordo com os relatos apresentados, nossa hipótese inicial vai criando novos contornos: não há, institucionalmente na UFJF, uma política de formação de tutores embasada nas teorias e estudos que sustentam a modalidade EaD. Também é preciso instituir, além de uma proposta de formação deste sujeito, uma política clara para a Educação a Distância dentro da Universidade de modo a atender às demandas da cultura digital. Mill (2010) traz

importantes contribuições quando faz uma análise sobre a gestão da EaD dizendo que “as universidades não estão preparadas para a reestruturação institucional que a EaD exige” (MILL, 2010, p. 9), esse aspecto pode ser percebido pela fala do coordenador e pelos dados de campo, pois essas reformulações no Cead se mostram ainda muito incipientes, ou mesmo em fase muito inicial, não impactando nos cursos.

Quando questionados sobre a necessidade de formação específica em EaD para atuar na tutoria e se os cursos oferecem/trabalham com alguma forma de capacitação os coordenadores indicam que

Coordenador C: Temos uma professora da área da educação que foi convidada a trazer pra nós conhecimentos que nós não temos. Nós reconhecemos as nossas limitações na área da Pedagogia e portanto temos uma pessoa responsável pela capacitação dos nossos tutores. Todo início de semestre acontece uma capacitação (COORDENADOR C. Entrevista realizada em 12/03/2015).

Coordenador B: A maioria dos nossos tutores faz o curso do Cead (que parece que agora evoluiu um pouco mais), mas ainda não temos acompanhamento e nem um modelo que eu acho que deveria ter, eu mesma já cobrei um modelo mais definido para a própria Universidade em termos de formação, de acompanhamento. [...] Conseguimos depois que veio uma TAE pra cá no ano passado uma proposta de formação melhor, as vezes até individualizada, quando a gente percebe que o tutor sente muita dificuldade (COORDENADOR B. Entrevista realizada em 11/03/2015).

Coordenador E: Os responsáveis por esse cursos são professores convidados pelo Centro de Ensino a Distância (CEAD) da UFJF. Os temas discutidos nesses cursos se referem às tecnologias de ensino virtual em particular ao uso da plataforma Moodle. A frequência desses cursos depende da demanda fornecida pelas coordenações de curso, que pode ser mais bem informada pelo Cead. (COORDENADOR E. Entrevista realizada em 11/03/2015).

Perguntamos a TAE, responsável pela formação indicada pelos Coordenadores B e E, em que consistia esta proposta.

TAE: Aqui eu fico responsável por auxiliar o tutor quando ele chega, faço um encontro individual, explico sobre o uso da plataforma e trabalho estas questões da atuação dele no curso. Dou todo apoio e orientação inicial, pois geralmente ele não conhece os alunos, o curso, e na plataforma também estou

sempre acompanhando os tutores, os alunos, os professores. Aqui geralmente o tutor, é como um auxiliar. Os professores são muito presentes, o que podemos considerar mais uma exceção do que uma regra. **Observo também que dentro da Universidade cada curso trabalha de forma muito diferente, que não existe uma diretriz, que a EaD não está institucionalizada, com normas claras, acho que isto é um movimento que ainda precisa acontecer** (TAE. Entrevista realizada em 12/03/2015, grifos nossos).

Ao analisarmos as colocações dos coordenadores e da TAE, observamos que existe a demanda de formação mais específica e de discussão sobre as diretrizes da EaD no contexto da UFJF. Ressaltamos que é importante para todo profissional que ele seja formado para atuar numa determinada área e, no caso da EaD, isso significa que deve-se considerar as singularidades desta modalidade que, além de questões pedagógicas e de fundamentos, também envolve conhecimentos técnicos e tecnológicos.

Como questão final perguntamos aos entrevistados se eles consideravam o tutor como representante da UFJF tanto nos encontros presenciais ou como na plataforma online.

Coordenador C: Entendemos que o nosso tutor tem grande orgulho em representar a UFJF nos polos, nós já estamos enviando tutores aos polos há nove anos e ele tem grande orgulho em representar a Universidade, e ele é orientado a agir como tal; lá o tutor é a UFJF (COORDENADOR C. Entrevista realizada em 12/03/2015).

Coordenador B: Com certeza. Os nossos tutores presenciais são os nossos representantes no polo, a gente tenta levar esta conscientização e esta necessidade. Os nossos tutores a distância também porque eles estão atuando diretamente com nossos alunos. Tem um ambiente de interação entre todos os tutores e professores (COORDENADOR B. Entrevista realizada em 11/03/2015).

Coordenador E: Acho que os profissionais de ensino a distância tem a mesma representatividade que os profissionais de ensino presencial na UFJF (COORDENADOR E. Entrevista realizada em 11/03/2015).

Coordenador D: Os tutores são considerados integrantes do curso e por isso devem exercer sua função com a maior competência possível e sabendo que são também responsáveis pela qualidade deste curso que é oferecido pela UFJF (COORDENADOR D. Entrevista realizada em 11/03/2015).

TAE: Ele representa a Universidade o tempo inteiro, e talvez fora da Universidade ele é o professor da Universidade. Aqui dentro ele não é considerado professor da Universidade, mas fora ele é recebido como uma pessoa da UFJF, ele é considerado professor. Os alunos lidam com o tutor chamando-o de professor. A minha preocupação não é com a nomenclatura, mas com as condições de trabalho que precisam ser pensadas; não adianta mudar o nome para professor ou professor-tutor que estas questões não vão estar resolvidas, continuam as mesmas. Acho um perigo as pessoas caírem nessa coisa da nomenclatura, porque o importante é repensar o papel do tutor dentro da instituição, quem é ele dentro da UFJF. Hoje na UFJF ele não é nada, ele é um tutor da UAB, e fora da UFJF ele representa a Universidade (TAE. Entrevista realizada em 12/03/2015).

Coordenador A: Eu tenho clareza de que não se faz uma EaD de qualidade se a gente não contar com tutores que atuam com essa mesma preocupação de fazer uma educação de qualidade, e aí a representação é uma consequência, não temo a gente dizer para o tutor olha você está atuando como docente, mas quando você vai ao polo você está representando apenas um curso, ou apenas uma função específica. É claro que ele está indo como tutor sim, desse ou aquele curso, não dá para desvestir essa característica, mas não dá para reduzir a ela, não que ela seja pouca, mas com certeza quando este tutor vai ao polo, é a Universidade que está indo ao polo, não o tutor. É preciso reconhecer isso de modo cada vez mais efetivo (COORDENADOR A. Entrevista realizada em 19/11/2014).

Quando analisamos a questão da formação de tutores no universo da coordenação de cursos e/ou tutoria, observamos que há o reconhecimento da necessidade de se instituir e formalizar os processos referentes a EaD na UFJF. Entretanto, é necessário que haja articulação entre Cead, coordenações e tutores. Sem diálogo, não há possibilidade de se produzir processos formativos potentes e que atendam às demandas apresentadas. É preciso discutir conjuntamente que abordagem de EaD temos e queremos e o que é necessário do ponto de vista formativo e pedagógico para se pensar em uma política de formação do tutor a distância, mas que esta possa ser expandida a todo docente da UFJF. A cultura digital faz parte da docência, independente da modalidade.

Ações isoladas, descontinuadas, notadamente marcadas pela falta de diálogo e participação dos envolvidos na EaD/UFJF vem sendo desenvolvidas sem sucesso quando verificamos que o Cead já atua nesta universidade há quinze anos sem, até o presente momento, nunca ter realizado um levantamento de demandas entre as coordenações.

Verificamos que as coordenações reconhecem a importância e significação do papel do tutor para o sucesso de suas propostas dentro de seus departamentos, mas esta constatação não se aplica ao restante desta Universidade que indica a exclusão social dos tutores, pois, não integra “a educação a distância com a educação presencial, evitando assim a formação de guetos” (MILL, 2009, p. 9).

Tendo em vista o acima exposto, a próxima seção pretende dar voz e vez aos tutores.

2.6.1 Com a Palavra os Tutores

A formação dos tutores a distância nos cursos de EaD na UFJF é o principal ponto de reflexão desse trabalho. Atualmente, a formação de tutores é um grande desafio para a modalidade à distância, na medida em que esse profissional tem ganhado relevância por parte de cada vez mais autores, que ressaltam sua significância para o sucesso dos cursos de EaD.

Com o intuito de compreender o que o tutor a distância pensa sobre sua função, quais são as funções que exerce nessa modalidade e quais as competências necessárias para a melhoria da qualidade no seu desempenho profissional, realizamos a coleta de dados através de questionário online (Survey Monkey²⁴ - método de pesquisa/ferramenta utilizado para coleta de dados online) enviado a 180 tutores que atuam nos cursos de graduação a distância da UFJF no projeto UAB. Para empreender essa proposta contamos com a colaboração dos coordenadores de tutoria e com as secretarias dos cursos que colaboraram com esta pesquisa informando o email de contato dos tutores atuantes no curso neste momento.

Recebemos a resposta de 80% dos questionários enviados, totalizando 144 participações. Ressaltamos que a coordenação do curso de Matemática não disponibilizou o email dos tutores, assim como a coordenação de Educação Física não retornou contato.

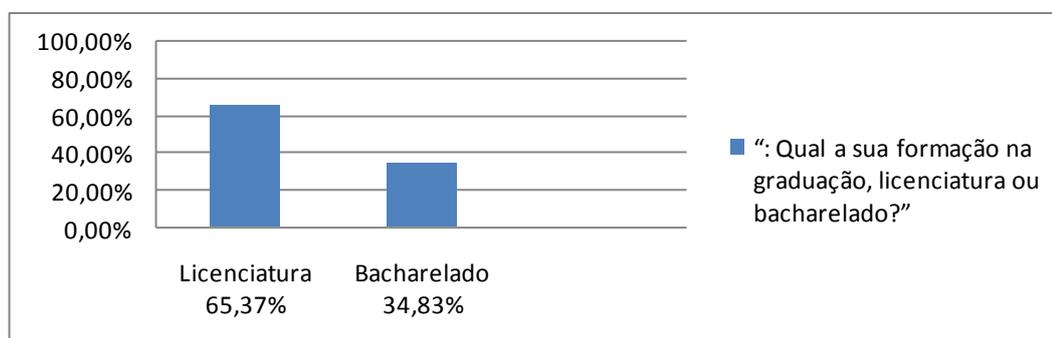
Na tentativa de identificar a concepção de tutor/tutoria de cada participante levantamos algumas questões.

²⁴ Survey Monkey – software e ferramenta de pesquisa online. Para saber mais acesse <https://pt.surveymonkey.com/>

Nos gráficos 1., 2. e 3., apresentados a seguir, podemos visualizar o panorama geral do perfil/experiência profissional dos entrevistados. Vale ressaltar que estes dados são importantes, pois serão utilizados também para compor a análise de outros dados a serem analisados posteriormente e que são diretamente responsáveis pela proposição do plano de ação.

A primeira pergunta apresentada questiona sobre a formação na graduação, licenciatura ou bacharelado dos tutores. 65,37% dos tutores indicou que possui licenciatura e 34,83% bacharelado. Verificamos que a maioria dos tutores é professor. Esta constatação reforça nosso questionamento sobre a utilização do termo *tutor* quando acreditamos que o tutor é docente e assim deveria ser reconhecido. Acreditamos que a nomenclatura utilizada trata-se de um subterfúgio que busca apenas tratar de questões econômicas tendo em vista o não reconhecimento de direitos trabalhistas. Nestas condições, o tutor – apesar de suas responsabilidades – é equiparado ao discente-monitor.

Gráfico 1 – Formação inicial do tutor



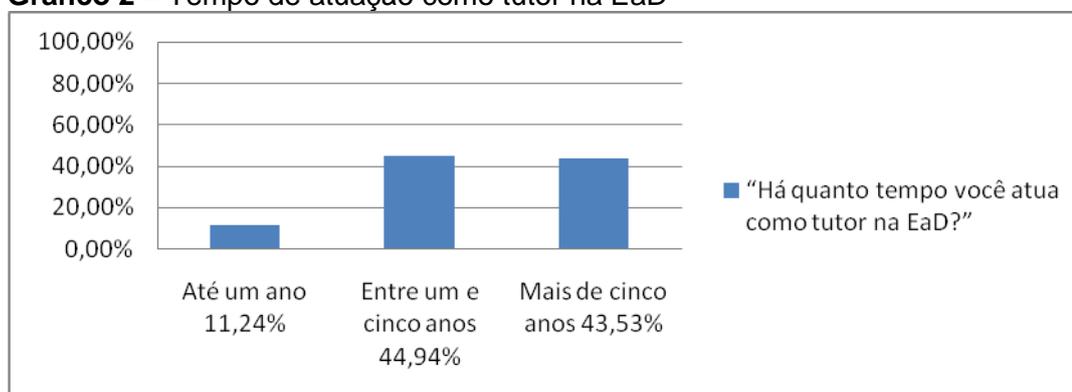
Fonte: Questionário aplicado aos tutores, em março de 2015.

A segunda questão busca indicar o tempo de atuação de cada sujeito na EaD, apresentado no gráfico 2.: 11,24% respondeu *até um ano*; 44,94% entre um e cinco anos, e 43,53% mais de cinco anos. Neste ponto observamos que a maioria dos tutores tem grande experiência em EaD e, outra parte, significativa atuação na modalidade.

Cerca de 90% dos tutores têm mais de um ano de experiência na EaD, o que pode se tornar um elemento facilitador na proposição da formação para a docência online, ou seja, não estamos falando de pessoas inexperientes, que não conhecem as dificuldades e/ou possibilidades da EaD. Ao mesmo tempo,

podemos considerar que os tutores que atuam há mais de cinco anos têm vivências significativas e podem contribuir de forma substancial na proposição de oficinas de estudos durante a formação. Bruno e Teixeira (2012) relatam a experiência de formação continuada realizada no curso de Pedagogia/UFJF em que “as propostas de formação presencial foram ampliadas a partir do ano de 2009 com o oferecimento de oficinas realizadas pelos próprios tutores aos seus pares” (BRUNO & TEIXEIRA, 2012, p. 159), diversificando as estratégias de formação utilizadas, tendo como um dos recursos o conhecimento de tutores mais experientes.

Gráfico 2 – Tempo de atuação como tutor na EaD



Fonte: Questionário aplicado aos tutores, em março de 2015.

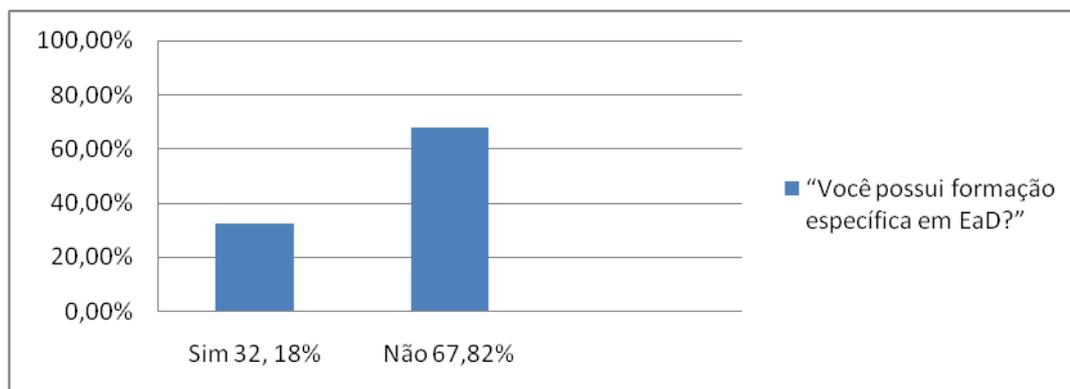
Na próxima questão, “Você possui formação específica em EaD?”, 32,18% dos participantes indicou que possui formação específica em EaD e 67,82% que não. A limitação do questionário não nos permitiu, nesta pesquisa, revelar de qual formação específica o tutor se referiu. No entanto, o número expressivo de respondentes – 67,82% - que respondeu negativamente a questão nos leva a fomentar a necessidade de se implementar a proposta de formação específica para esta modalidade.

Os dados apresentados no gráfico 3., apresentado a seguir, indicam que há uma carência de formação específica para a modalidade EaD. Considerando a expansão dos cursos de pós-graduação EaD - muitos vinculados à própria UAB, e ofertados na UFJF – encontramos apenas um curso específico sendo ofertado no momento para esta modalidade, com financiamento da CAPES/UAB e oferecido na Universidade Federal Fluminense (UFF).

No Portal CAPES/UAB – cursos de especialização – encontramos na UFF o seguinte curso: *Planejamento, Implementação e Gestão da EaD* em que o edital²⁵ de chamada pública indica ser objetivo do curso “[...] socializar as experiências de exercício da metodologia da Educação a distância implementadas pela UFF em Cursos de graduação e especialização no âmbito do Consórcio CEDERJ e do Sistema UAB [...]”(UFF, edital 01/2015).

Podemos considerar a pequena oferta de cursos na área de EaD é um dificultador para quem busca se capacitar, e que este dado deve ser considerado quando propomos a implementação de um curso de formação específica na UFJF.

Gráfico 3 – Formação específica em EaD



Fonte: Questionário aplicado aos tutores, em março de 2015.

Nos gráficos 4. e 5., apresentados a seguir, analisamos como os tutores compreendem a necessidade de formação específica para a modalidade EaD. Os gráficos nos mostram que há uma divergência entre as respostas encontradas. 30,69% dos tutores concordam plenamente que a formação específica é fundamental para o tutor, mas, no gráfico 5, 79,55% dos respondentes discorda que a formação específica é de responsabilidade apenas do professor. Estes dados nos chamam atenção pois apontam um desequilíbrio nas respostas. Se os tutores consideram que não é de responsabilidade apenas do professor a formação específica, o gráfico 4. deveria apresentar um percentual de respostas mais elevado. Segundo Costa e Rausch (2012), a continuidade do processo de formação “deve estar presente no decorrer de sua carreira, não apenas na busca

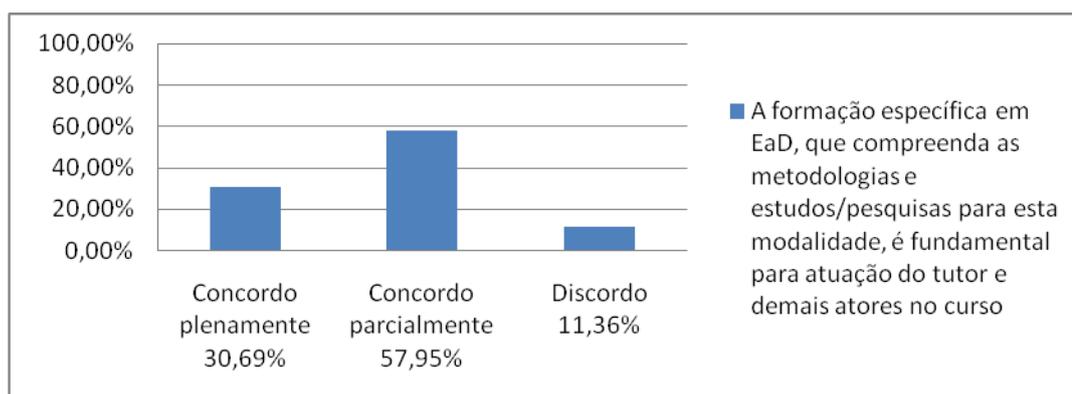
²⁵ Para conhecer o edital na íntegra acesse http://www.lante.uff.br/wp-content/uploads/2015/05/Edital-2015_PIGEAD_VERSAO_FINAL.pdf

do conhecimento teórico, mas também no compartilhamento de experiências e de informações que vão surgindo no decorrer de cada trajetória” (COSTA & RAUSCH, 2012, p. 318).

Isso indica que a função de tutoria ainda é extremamente relacionada com o domínio de ferramentas tecnológicas e compreendida pelo tutor (que se reconhece como co-responsável pela aprendizagem dos alunos e como aquele que divide tarefas e responsabilidades com o professor) como administração de atividades, função esta que poderia ser exercida por um estudante-monitor.

Na pergunta: “A formação específica em EaD, que compreenda as metodologias e estudos/pesquisas para esta modalidade, é fundamental para atuação do tutor e demais atores no curso?”, em que os participantes deveriam escolher entre as seguintes opções acerca da afirmativa: concordo plenamente, concordo parcialmente ou discordo, 30,68% (o mesmo percentual que informa ter formação específica em EaD) optou por *concordo plenamente*, 57,95% por *concordo parcialmente*, e 11,36% por *discordo*. Na análise das questões apresentadas percebemos o movimento por parte destes profissionais em busca de formação específica para atuação na EaD.

Gráfico 4 – A formação específica em EaD e a atuação do tutor e demais atores do curso



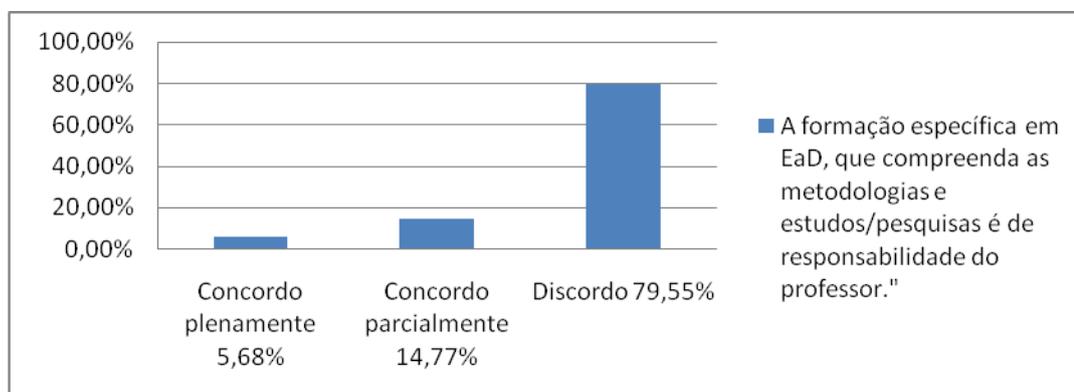
Fonte: Questionário aplicado aos tutores, em março de 2015.

Inferimos que, como não se trata de exigência em editais para seleção de tutor a distância, estes profissionais podem ter verificado que conhecer melhor a modalidade em que atuam e suas características é determinante para seu melhor desempenho. Porém, ressaltamos aqui o Decreto nº 5.773 de 09 de maio de

2006, que determina que as instituições de ensino superior devem implementar e manter programas de formação e capacitação continuada de tutores.

Contrariando a questão anteriormente apresentada, quando apresentamos a seguinte proposição: “A formação específica em EaD, que compreenda as metodologias e estudos/pesquisas para esta modalidade, é de responsabilidade só do professor”, 5,68% optou por concordo plenamente, 14,77% por concordo parcialmente, e 79,55% por discordo. A maioria dos participantes discorda que a formação específica em EaD deva ser exclusiva do professor da disciplina, porém, na questão anterior que indica que esta formação específica deve fazer parte da formação do tutor, apenas 30,69% dos participantes concorda plenamente. Nesse contexto, consideramos que o tutor pode não compreender exatamente de que formação estamos tratando, o que indica uma possível falha na sua concepção da EaD e de suas metodologias, objetivos e propósitos, ou ainda que o questionário pode se mostrar um instrumento limitado neste caso e que seria importante utilizar outros dispositivos de pesquisa como a entrevista.

Gráfico 5 - A formação específica em EaD a atuação do professor



Fonte: Questionário aplicado aos tutores, em março de 2015.

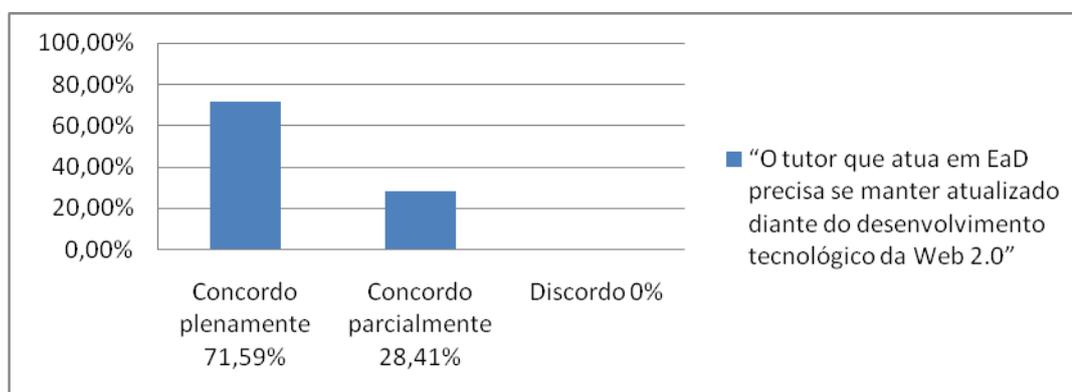
Em outro questionamento, apresentado no gráfico 6., “O tutor que atua em EaD precisa se manter atualizado diante do desenvolvimento tecnológico da Web”, 2.0”, 71,59% optou ‘concordo plenamente’, 28,41% por ‘concordo parcialmente’, e nenhum por ‘discordo’. Consideramos que, diante das questões apresentadas também anteriormente, é possível verificar uma forte tendência em se relacionar a qualidade/especificidades da EaD com a utilização de recursos

tecnológicos, em que as questões teóricas, metodológicas são relegadas a um segundo plano.

Segundo Bruno e Lemgruber

Este profissional, como mediador pedagógico do processo de ensino e de aprendizagem, é aquele que também assume a docência e, portanto, deve ter plenas condições de mediar conteúdos e intervir para a aprendizagem. Por isso, na prática, o professor-tutor é um docente que deve possuir domínio tanto tecnológico quanto didático, de conteúdo (BRUNO & LEMGRUBER, 2009, p.7).

Gráfico 6 – A Web 2.0



Fonte: Questionário aplicado aos tutores, em março de 2015.

No entanto, quando apresentamos outra afirmativa: "O conhecimento/formação do tutor não interfere na mediação/orientação de conteúdos". 73,03% dos participantes disse discordar da afirmativa, 19,10% concorda parcialmente, e 7,87% concorda plenamente.

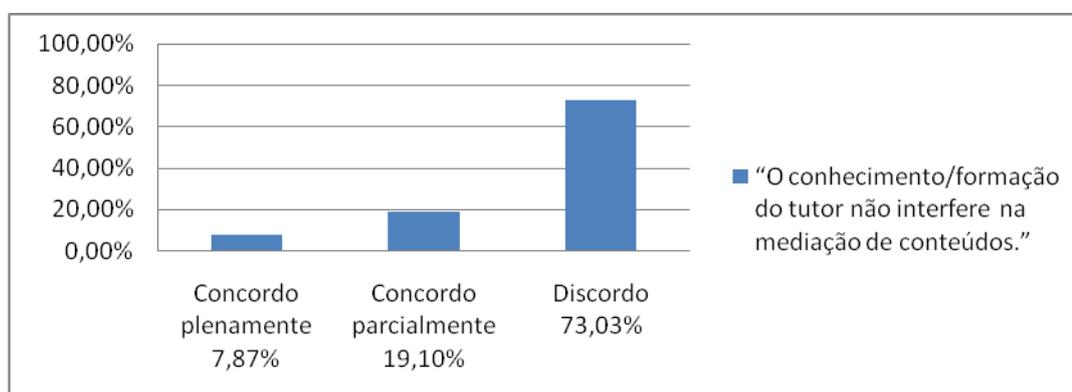
Ao visualizar os gráficos 5. e 7. verificamos que o tutor considera a questão da formação específica como muito importante para sua atuação. Interessante também ressaltar que há um percentual muito pequeno – 7,87% - que diz concordar plenamente que o conhecimento/formação não interfere na mediação de conteúdos. Aqui novamente nos reportamos à hipótese de que muitos cursos se utilizam de materiais autoinstrucionais, em que a mediação se baseia na administração de atividades.

Nesse contexto, Marco Silva, em seu artigo *Criar e professorar um curso online: relato de experiência*, nos convida a refletir e a rever o papel docente "não para tratar da docência presencial, mas da docência online. Tendo claro que a segunda pode inspirar a redefinição da primeira e que na cibercultura ambas

precisam superar a prevalência da pedagogia da transmissão.” (SILVA, 2006, p. 54).

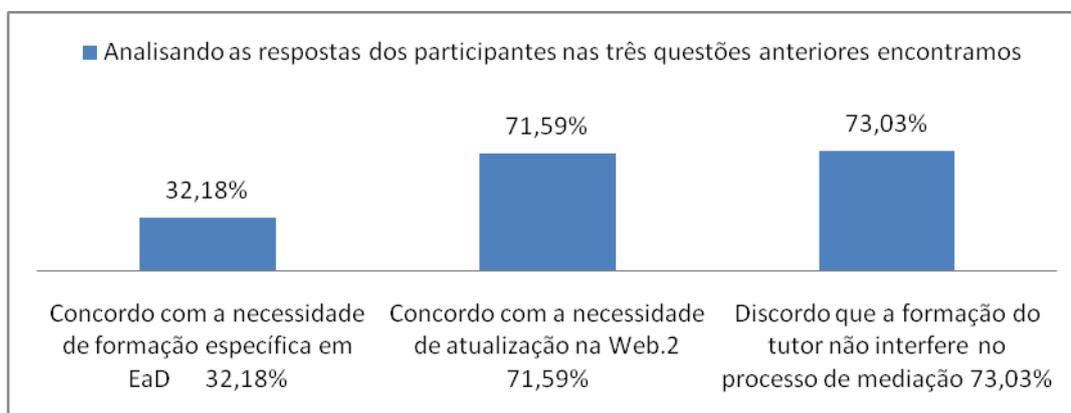
Em associação a esta análise, outro questionamento foi feito aos tutores – gráfico 9. – indicando que o tutor não é professor e não precisa ter conhecimentos específicos para mediar conteúdos. 80,23% dos respondentes discorda da afirmativa. Este dado nos permite questionar sobre a formação inicial realizada pelo Cead – marcada pelo manuseio da plataforma Moodle - e a formação continuada que acontece sob a responsabilidade dos departamentos e, de acordo com o relato dos respondentes, é superficial e inconsistente.

Gráfico 7 – A formação do tutor e a mediação de conteúdos



Fonte: Questionário aplicado aos tutores, em março de 2015.

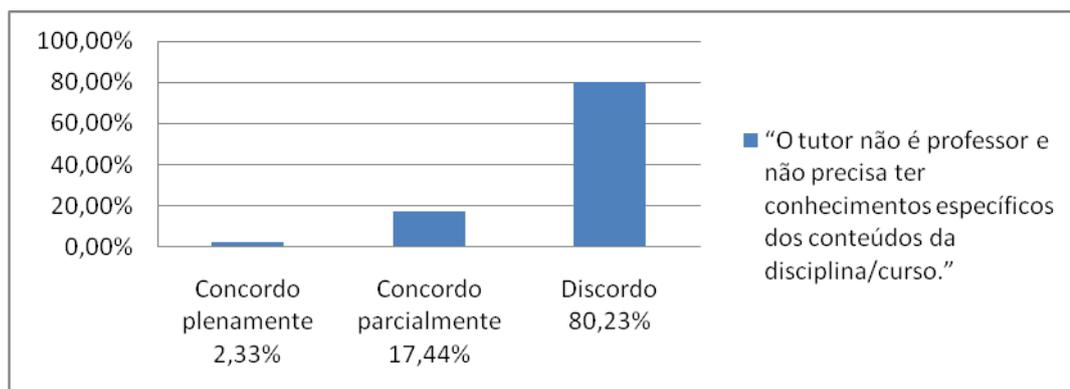
Analisando as três questões apresentadas anteriormente, em que, 32,18% dos participantes concorda com a necessidade de formação específica em EaD; 71,59% afirma a necessidade de atualização da Web 2.0; e 73,03% discorda que a formação do tutor não interfere no processo de mediação; podemos afirmar que o tutor considera a formação importante, mas não consegue identificar o que seria um processo de formação necessário para um determinado trabalho ou que competências fazem parte do rol que todo tutor deve saber.

Gráfico 8 – O processo de formação na visão do tutor

Fonte: Questionário aplicado aos tutores, em março de 2015.

Outro aspecto analisado na concepção de tutor encontrado nesta pesquisa diz respeito à sua identidade profissional. Na afirmativa *O tutor não é professor e não precisa ter conhecimentos específicos pelos conteúdos da disciplina/curso*, 80,23% dos respondentes discordaram, 17,44% concordaram parcialmente, e 2,33% concordaram plenamente. Esta questão deixa clara a percepção do tutor de sua função docente. Isso coaduna com Bruno e Lemgruber (2009) quando apresentam os aspectos conflitantes da função de tutoria e indicam que se o tutor

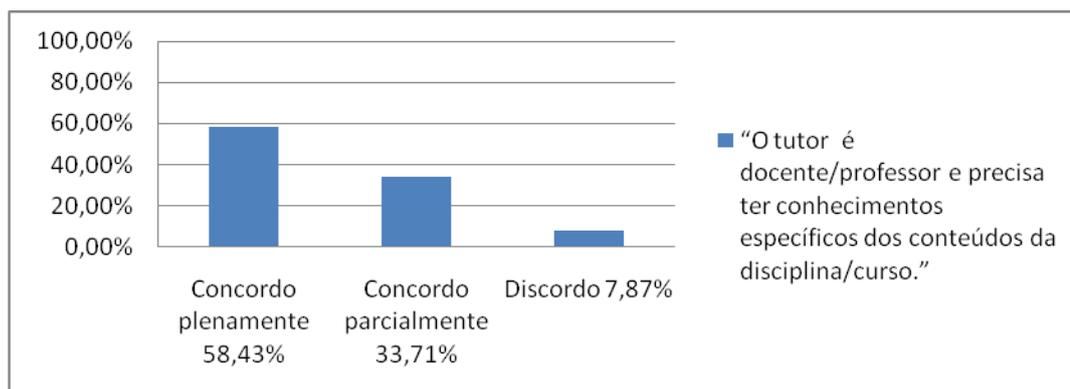
[...] for realmente assumir a mediação pedagógica e todas as implicações que esta função requer, inclusive o domínio de conteúdo, há que se rever a remuneração deste profissional, bem como suas condições de trabalho e, de uma vez por todas, assumir que ele é também um professor (BRUNO & LEMGRUBER, 2009, p. 8).

Gráfico 9 – O conhecimento específico e a atuação do tutor

Fonte: Questionário aplicado aos tutores, em março de 2015.

Logo a seguir propusemos: "O tutor é docente/professor e precisa ter conhecimentos específicos dos conteúdos da disciplina/curso". 7,87% dos participantes discordaram, 33,71% concordaram parcialmente, e 58,43% concordaram plenamente. Após análise, esta questão nos pareceu imprecisa, uma vez que em entrevista com os coordenadores de curso, foi apontado que é exigência no editais de seleção de tutores formação aderente à área de conhecimento do curso. Esta é uma especificidade dos editais da UFJF, não sendo exigência da UAB. O percentual de 7,87% de respostas 'discordo' pode indicar a utilização de materiais autoinstrucionais, em que a atuação do tutor é fortemente marcada não pela mediação, mas mais por instruções operacionais.

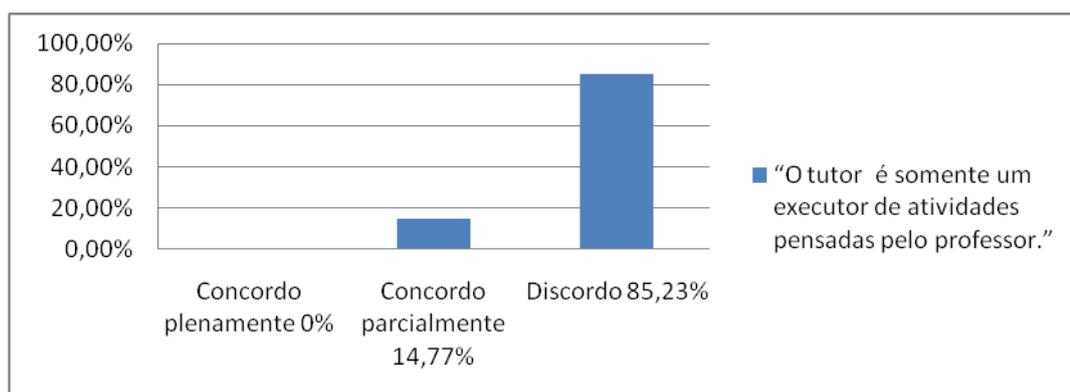
Nos gráficos 10., 11. e 12., apresentados a seguir, podemos visualizar o panorama geral da concepção do tutor enquanto professor dos entrevistados. Em todas as questões apresentadas o tutor assume que exerce a função docente, o que é reafirmado por Bruno e Lemgruber (2009) que exemplificam que a função docente é exercida pelo tutor através da "deliberação CEE-RJ no. 297/2006 que, ao tratar do quadro técnico e pedagógico para o funcionamento de cursos e programas a distância autorizados, explicita que *a função de tutoria terá que ser exercida por professores*" (BRUNO & LEMGRUBER, 2009, p. 6).

Gráfico 10 – O conhecimento específico na tutoria

Fonte: Questionário aplicado aos tutores, em março de 2015.

Ao analisarmos esta questão recorremos a Bruno e Lemgruber (2009) que chamam "a atenção para a necessidade de construção de saberes dos docentes, em ambientes virtuais de aprendizagem" (BRUNO & LEMGRUBER, 2009, p. 3). De acordo com os autores a mediação precisa ser qualitativa em que a responsabilidade de formação não pode deixada a cargo do estudante.

Na afirmativa *O tutor é somente um executor de atividades pensadas pelo professor*, 85,23% discorda, 14,77% concorda parcialmente e 0% concorda plenamente.

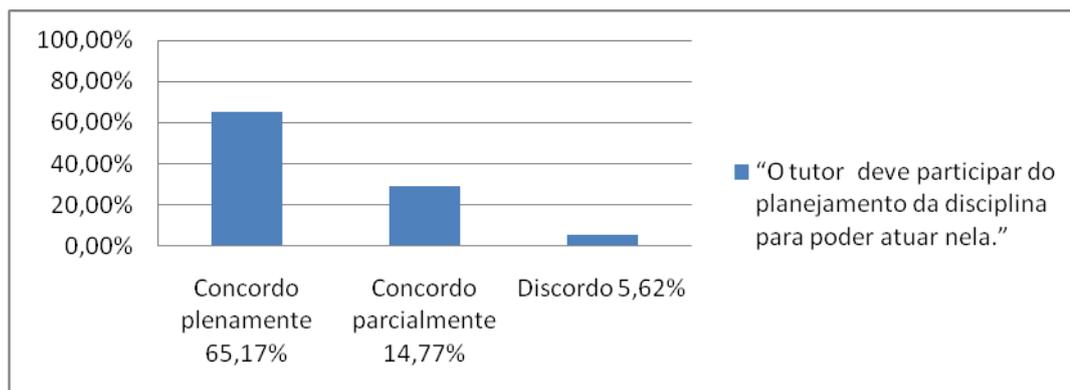
Gráfico 11 – O tutor e o papel de monitor

Fonte: Questionário aplicado aos tutores, em março de 2015.

Verificamos que o tutor não se considera apenas executor de tarefas o que se confirma na questão a seguir: "O tutor deve participar do planejamento da disciplina para poder atuar nela?". 65,17% concorda plenamente, 29,21% concorda parcialmente e 5,62% discorda. Sobre estas questões, Bruno e Lemgruber (2009) afirmam que caso se pretenda "apenas que o tutor seja um

monitor, um estagiário que irá auxiliar o professor, ele não deve assumir a responsabilidade da mediação pedagógica, trabalhar com os conteúdos específicos, fazer correções de avaliações etc.” (BRUNO & LEMGRUBER, 2009, p. 7). Pelo posto na citação e nas respostas dos tutores percebemos a atuação do tutor não como um “estagiário” na tutela do professor responsável, e sim devendo integrar os planejamentos e debates do processo de formação do curso.

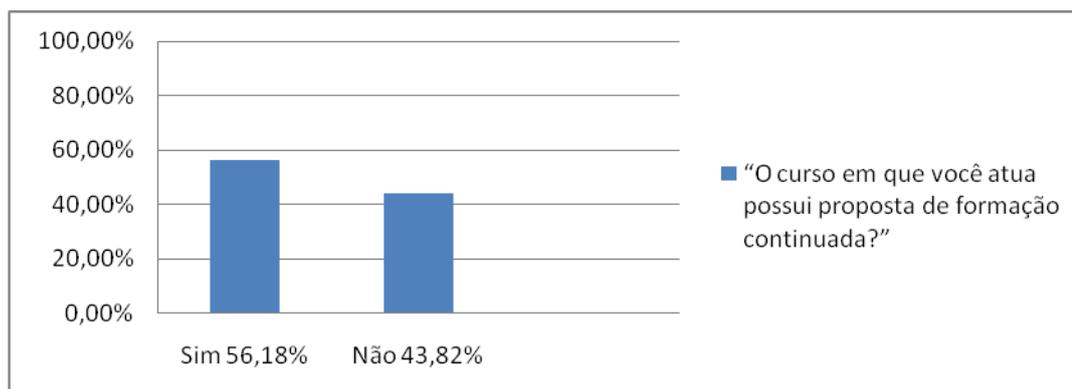
Gráfico 12 – O tutor e o planejamento da disciplina



Fonte: Questionário aplicado aos tutores, em março de 2015.

No gráfico 13., a seguir, buscamos informações acerca de programas de formação continuada na modalidade EaD. 56,18% dos participantes indicaram que o curso em que atuam possui proposta de formação continuada e 43,82% indicaram que não.

O dado apresentado – 43,82% - pode ser considerado um alerta para os departamentos acerca da formação continuada. Pelo gráfico, observa-se que um número considerável de tutores indica que não há uma proposta de formação continuada nos cursos em que atuam, o que nos leva novamente a acreditar que alguns departamentos tratam a docência online da mesma forma que a presencial, sem considerar as especificidades desta modalidade.

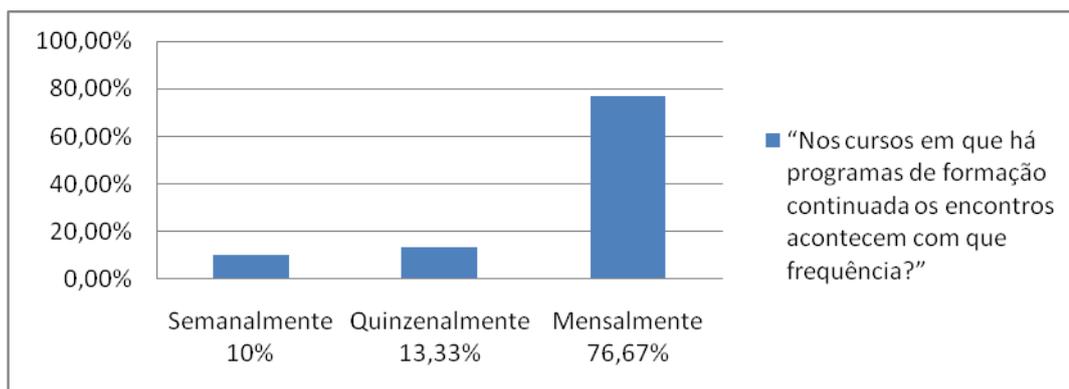
Gráfico 13 – Formação continuada nos cursos

Fonte: Questionário aplicado aos tutores, em março de 2015.

Ratificando o resultado verificado no gráfico acima, retornamos à fala do Coordenador D que afirma sobre a formação continuada que: “já tivemos nos primeiros anos do curso, onde a EaD era ainda muito pouco conhecida. Atualmente os cursos de capacitação de tutores são oferecidos pelo Cead e abordam contexto geral sobre a EaD”. O Coordenador E também indica nesta questão que o Cead “oferece cursos de capacitação de tutores e professores com objetivo de manter esses profissionais atualizados com as novas tecnologias de ensino virtual” (COORDENADOR E. Entrevista realizada em 11/03/2015). Podemos inferir que os cursos têm deixado a cargo do Cead a responsabilidade para com essa proposta.

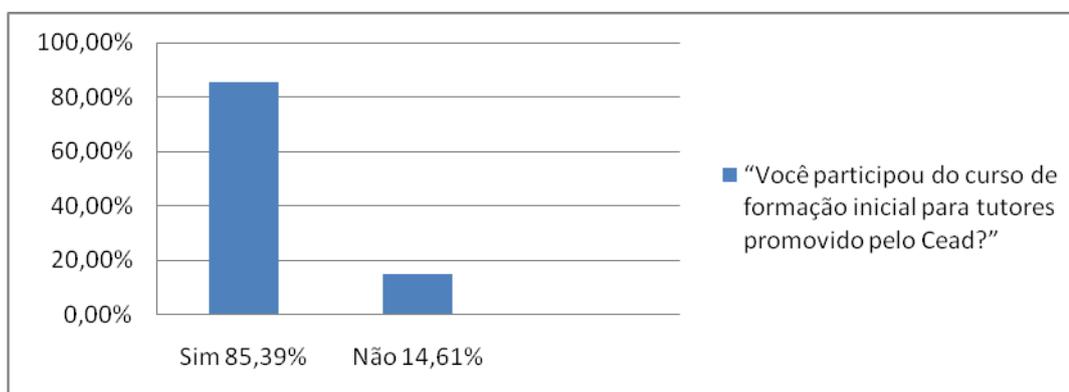
Observamos ainda que as coordenações tendem a acreditar que a formação para a modalidade EaD está relacionada com a utilização de recursos tecnológicos. Não há preocupação com os aspectos de ordem pedagógica, que interferem sobremaneira nos processos de ensino e de aprendizagem. Verificamos assim que as coordenações não conhecem as singularidades da educação online e ainda trabalham na perspectiva da transposição virtual da sala de aula presencial.

Nos cursos em que há programa de formação continuada, os encontros acontecem semanalmente – 10,00% - quinzenalmente – 13,33% ou mensalmente – 76,67%.

Gráfico 14 – Frequência da formação continuada

Fonte: Questionário aplicado aos tutores, em março de 2015.

Nos gráficos 15. e 16., buscamos informações sobre a formação inicial para tutores promovida pelo Cead, e as temáticas abordadas nesta formação. 85,39% dos participantes informa ter participado da formação inicial e, 14,61% não. A formação inicial é exigência no edital de seleção de tutores, porém, se houver formação anterior, o tutor poderá pedir dispensa de nova capacitação de acordo com e explicitado em cada edital.

Gráfico 15 – A formação inicial para tutores promovida pelo Cead

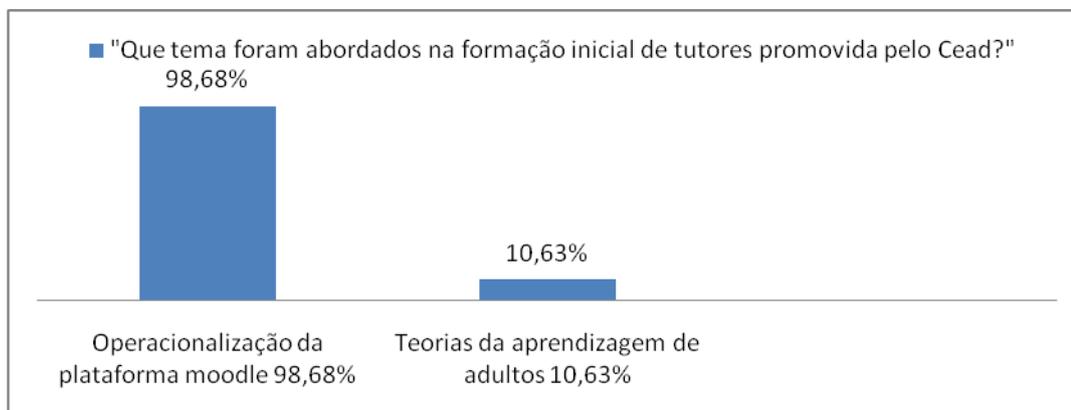
Fonte: Questionário aplicado aos tutores, em março de 2015.

Os coordenadores entrevistados sinalizam a necessidade de maior suporte e de oferta de cursos de formação continuada para tutores via Cead. Observamos ainda que os próprios coordenadores demandam de formação específica para a modalidade quando afirmam que sua experiência com a EaD vem se consolidando mais na vivência diária, entre dificuldades e acertos, do que na capacitação/formação.

Sobre os temas abordados na formação, a capacitação para operacionalização da plataforma Moodle foi indicada por 98,68% dos tutores enquanto que *teorias da aprendizagem* de adultos foi apontada por apenas 10,53%. Sobre a formação, recorremos a Bruno e Lemgruber que afirmam que o tutor “[...] deve ter plenas condições de mediar conteúdos e intervir para a aprendizagem” (BRUNO & LEMGRUBER, 2009, p. 7).

De acordo com os dados apresentados no gráfico a seguir, podemos constatar que a formação inicial se preocupa basicamente com a formação para instrumentalização da plataforma, em que os aspectos pedagógicos e metodológicos deixam de ser explorados. Os departamentos, por sua vez, parecem deixar a cargo do Cead o desenho/seleção de temas do curso de formação inicial a cargo do Cead. Sem diálogo entre os departamentos e o Cead, a formação segue sem atingir seus propósitos.

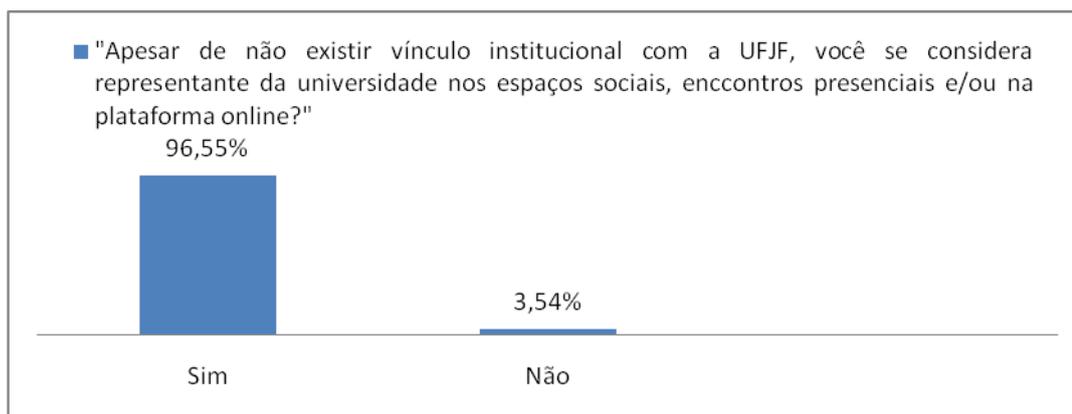
Gráfico 16 – Temas abordados na formação inicial de tutores promovida pelo Cead



Fonte: Questionário aplicado aos tutores, em março de 2015.

A última pergunta, “Apesar de não existir vínculo institucional com a UFJF, você se considera representante da universidade nos espaços sociais, seja nos encontros presenciais ou na plataforma online?”, recebeu 96,55% de respostas afirmativas e 3,54% de negativas.

Gráfico 17 – O tutor como representante da UFJF



Fonte: Questionário aplicado aos tutores, em março de 2015.

De acordo com as colocações dos coordenadores na entrevista explicitada no item 2.6, os departamentos e seus representantes concordam que o tutor é de fato um representante da UFJF, bem como afirmam que os cursos não teriam sucesso sem a participação e comprometimento dos tutores.

Para complementar a pesquisa, disponibilizamos um espaço para dar voz aos tutores e observamos as seguintes colocações em que os tutores relatam que assumem a função docente em algumas disciplinas e a gestão da turma/curso em muitos aspectos.

Sobre o reconhecimento da função de tutoria encontramos

Tutor 3 - Gostaria que a função de tutor fosse reconhecida e melhor remunerada.

Tutor 4 - É urgente a necessidade de se institucionalizar e regulamentar a função do tutor.

Tutor 5 - O tutor não é reconhecido como pertencente à UFJF.

Tutor 6 - Já está na hora da regulamentação da carreira do professor tutor no Brasil.

Tutor 7 - A atuação do tutor é muito importante para que a disciplina tenha sucesso. O tutor é como um soldado da linha de frente, ele está em contato direto com o aluno, deveria ter uma maior valorização por seu trabalho. A Universidade deveria ter uma política de valorização com relação ao trabalho do tutor que vai muito além da 20 hrs previstas no edital de seleção.

Tutor 8 - Pela importância que o tutor tem na mediação e na aprendizagem do aluno, seria justo uma remuneração mais adequada, tendo em vista que o valor da bolsa é muito baixo, principalmente quando comparada ao salário do professor.

Tutor 9 - Muitos professores não cumprem suas atividades e querem responsabilizar os tutores, que, na grande maioria, desempenham as funções inerentes aos dos professores. O que diferencia os professores dos tutores é somente a bolsa.

Tutor 10 - A categoria Tutor deveria ser bem mais valorizada uma vez que o professor responsável pela disciplina muitas vezes só se dá o direito de propor o conteúdo. Ficando o tutor com a total responsabilidade em relação aos questionamentos, bem como esclarecimentos demandados pelos alunos ao longo do curso. Uma grande responsabilidade. (Questionário online disponibilizado em março de 2014).

De acordo com Bruno e Lemgruber (2009) “na prática, o professor-tutor é um docente que deve possuir domínio tanto tecnológico quanto didático, de conteúdo” (BRUNO & LEMGRUBER, 2009, p. 7) (Grifos nossos). Como afirmamos anteriormente, o tutor é um colaborador dessa instituição que pode se mobilizar para que a precarização do trabalho de tutoria seja amenizado e humanizado dentro da UFJF.

A formação/capacitação também é destacada por alguns tutores

Tutor 11 - Deveria haver uma maior integração entre os professores e tutores. Atuamos no mesmo curso e nem se quer conhecemos os professores e tutores das disciplinas daquele módulo. Muitas vezes nem sabemos as disciplinas que os alunos estão cursando, a não ser a nossa. A integração é algo que falta nos cursos do PNAP da UFJF.

Tutor 12 - Penso que os papéis do tutor e do professor devem ser mais esclarecidos para todos (inclusive aos alunos); os objetivos, funções e obrigações de cada parte precisam ser definidos e colocados em prática para melhorar o andamento das disciplinas (isso ainda precisa ser aperfeiçoado). Os alunos também devem compreender que um curso nesta modalidade (EAD) exige muito mais autonomia e independência. Enfim, sou à favor dessas formas de graduação porque ajuda a democratizar o ensino superior; além de ser uma boa forma de iniciar o trabalho com docência (para os tutores).

Tutor 13 - Para muitas das respostas escolhi a opção concordo parcialmente pelo fato de que penso eu que o tutor é um fator para menores gastos com a educação. É possível que o tutor não seja um professor dedicado, como vemos acontecer. Mas apenas em um país que não se preocupa tanto com a educação.

Tutor 14 - Ainda precisamos avançar no sentido de articular os vários campos do conhecimento às possibilidades específicas da Educação a Distância. Esse questionário é uma boa iniciativa!

Tutor 15 - Conquanto o professor trace um roteiro da disciplina e seja responsável por ela, o planejamento da disciplina junto com o professor é fundamental para uma boa atuação do tutor, pois podemos compreender quais os objetivos e resultados devemos alcançar e quais aprendizados devemos mediar.

Tutor 16 - O principal problema que verifico na prática é a falta de formação específica para atuar em EAD direcionada ao professor. Muitas vezes, o planejamento da disciplina fica prejudicado em razão disso. Como atuo em um curso de Bacharelado, **os**

professores não tiveram contato com uma formação pedagógica nos seus cursos de graduação, muito menos voltada para a metodologia EAD. As ações esporádicas de formação são sempre direcionadas aos tutores e não aos professores. (Questionário online disponibilizado em março de 2015, grifo nosso).

Bruno e Lemgruber (2009) discorrem sobre a multiplicidade de papéis assumidos pelo professor apontando que há uma “certa perversidade no tocante a essa pluralidade na docência” (BRUNO & LEMGRUBER, 2009, p. 2). Os autores defendem a docência compartilhada, integrada e colaborativa, mas reconhecem que o excesso de funções pode fragmentar o papel do docente. Quando os tutores relatam uma certa ausência do professor, ou mesmo a falta de formação específica para a modalidade EaD, podemos contrapor esta situação à realidade enfrentada pelos professores. Além da multiplicidade de tarefas, verificamos que sua atuação no projeto UAB/UFJF não é computada em sua carga horária de trabalho. Assim, temos um professor que atua em regime de dedicação exclusiva de 40 horas semanais na universidade acrescida de 20 horas na UAB/UFJF.

Se observamos a precarização do trabalho de tutoria, o mesmo pode ser observado no trabalho docente.

Na próxima seção apresentamos experiências visitadas que apresentam uma proposta diferenciada para a formação de tutores.

2.7 FORMAÇÃO CONTINUADA DE TUTORES: EXPERIÊNCIAS VISITADAS

Com o objetivo de conhecer e analisar experiências de formação do tutor, apresentamos nesta seção três propostas diferenciadas: a experiência de formação continuada de tutores em licenciatura em Pedagogia da Faced/UFJF, o Programa de Formação de professores-tutores da Secretaria de Estado da Educação do Paraná (Seed/Pr) e o modelo colombiano de EaD assumido pelo Instituto Colombiano para el Fomento de La Educación Superior (ICFES).

Não temos aqui a intenção de apontar as referidas experiências como corretas e/ou adequadas, mas apenas apresentar propostas de formação continuada de professores-tutores que foram implementadas em diferentes

lugares/momentos de acordo com a necessidade e concepção educativa de cada proponente, o que é detalhado na seção a seguir.

2.7.1 Curso de Pedagogia, a Distância da UFJF

De acordo com Bruno e Teixeira (2012), o Curso de Licenciatura em Pedagogia a distância pelo Sistema UAB teve início na Faced da UFJF, no ano de 2007. Segundo as autoras, o PPP do curso foi reelaborado com o objetivo de não se dividir a formação em Pedagogia em dois cursos distintos: um presencial e outro a distância.

Equipes colegiadas, formadas por professores e equipe de coordenação (docentes e professores da UFJF), são responsáveis pelo trabalho desenvolvido nos polos em que há oferta do curso de Pedagogia na modalidade EaD.

Os tutores selecionados (via edital público) têm formação ou experiência na área de conhecimento em que irão atuar; os professores são especialistas da área de conhecimento.

Diferentemente de outros cursos na modalidade EaD, não há material didático impresso. Os professores especialistas elaboram e desenvolvem o material utilizado em colaboração com tutores e outros profissionais que atuam no curso. A hipermodalidade permeia a construção do material didático, complementando a proposta interacionista do curso.

Para que a proposta de formação do curso de Pedagogia se consolidasse, a formação continuada dos profissionais nele envolvidos foi privilegiada a fim de que todos desenvolvessem ou aprimorassem competências e habilidades

A formação continuada de professores e de tutores é marca do Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia a distância da Faced-UFJF, que investe sistematicamente em reuniões semanais, quinzenais e mensais ao longo dos semestres letivos. Portanto, os professores-tutores (formadores de formadores) vivenciam processos de formação inicial e continuada tanto presencial, quanto virtualmente. É consenso entre os educadores e pesquisadores envolvidos neste curso de que o tutor, assim como todos os demais que atuam na área educacional, deve participar de formações que envolvam tanto os aspectos pedagógicos, a instrumentalização tecnológica, mas, principalmente, o letramento digital (BRUNO & TEIXEIRA, 2012, p. 156).

Nos encontros mensais, a coordenação do curso oferece formação inicial e continuada aos tutores

Tal formação se dá por meio de reuniões mensais, em que são tratadas questões afeitas às ações de tutoria na Educação online e oficinas para capacitação nos recursos da Web 2.0. Participam também de formação continuada online no ambiente virtual de aprendizagem Moodle. Neste espaço virtual, os professores tutores são convidados a: estudar as implicações e conceitos sobre as tecnologias da informação e comunicação na área da educação, trocar experiências junto aos seus pares, tirar dúvidas sobre os recursos utilizados no ambiente online, participar de conselhos de classe online ao final de cada período, aprofundar seus conhecimentos nas ferramentas disponíveis no ambiente virtual de aprendizagem, conhecer e planejar aulas em webconferências, dentre outras atividades de formação (BRUNO & TEIXEIRA, 2012, p.158).

Verificamos ainda o Espaço de Formação Continuada de Tutores²⁶, espaço este que permite o estudo, discussão e análise de diferentes temas relacionados com a EaD no mundo e no contexto da UFJF. Além disso, o espaço é organizado em diferentes temáticas que vão ao encontro às necessidades inerentes ao trabalho de tutoria no curso de Pedagogia. Encontramos fóruns para Conselho de Classe, Salas de Bate Papo para tutores divididas por polo, suporte e plantão de emergência que busca disponibilizar recursos de apoio, orientações diversas e roteiros de como. Há também um plantão permanente de dúvidas, opções de material de trabalho, e ferramentas para a interação com a secretaria/coordenação e muitos outros tópicos que são de interesse de tutores/curso.

²⁶ Espaço de Formação Continuada de Tutores - <http://www.uab.ufjf.br/course/view.php?id=283>

Figura 1. Espaço de Formação Continuada de Tutores

**ESPAÇO DE FORMAÇÃO
CONTINUADA DE TUTORES**

Talvez tenhamos vindo em navios diferentes, hoje estamos todos no mesmo barco.
 (Martin Luther King)

Este é um espaço destinado à formação, interação e troca de experiências entre os tutores que atuam no projeto Universidade Aberta do Brasil - Curso de Pedagogia. Para os que já estão nessa caminhada há um tempo, é um espaço já conhecido e habitado. Para os que chegam agora, pode ser um espaço de muitas descobertas na relação com a experiência de vários atores que têm participado do nascedouro da Universidade Aberta do Brasil.

Na medida em que lidamos com um território novo para todos nós, e que estamos aprendendo fazendo, errando e acertando, esse espaço terá o propósito de criar um mecanismo de diálogo e compartilhamento permanentes. Participar sistematicamente desse espaço é importante não só por conta da condição de se ficar por dentro do que acontece, mas porque é aqui que ocorrem as interações entre os tutores que dão vida ao que vai se constituindo na experiência da UAB.

Sejam muito bem vindos(as)!

- Fórum de notícias
- FAQ - PLATAFORMA MOODLE

Fonte: <http://www.uab.ufjf.br/course/view.php?id=283>

De acordo com Bruno e Teixeira (2012, p. 157), no “Curso de Pedagogia a distância da Faced/UFJF, temos constituído os espaços de formação para os tutores, em diferentes formatos e assumidos pelos vários educadores que participam do curso”. As autoras indicam que neste curso o tutor é reconhecido como professor e participa, de acordo com a flexibilidade de cada professor formador, do planejamento da disciplina

As propostas de formação presencial foram ampliadas a partir do ano de 2009 com o oferecimento de oficinas realizadas pelos próprios tutores aos seus pares. Estas oficinas têm como objetivo potencializar o domínio de recursos disponibilizados na web de modo a construir uma didática online convergente com os propósitos da Web 2.0 e diversificar as estratégias de aprendizagem criadas para o curso. O acesso a esses recursos tecnológicos amplia em muito as possibilidades de interação. Temos dito que tecnologia e pessoas (ambos de forma intensiva) fazem educação online de qualidade (BRUNO & TEIXEIRA, 2012, p.159).

Observamos na proposta do curso de Pedagogia da Faced/UFJF um olhar diferenciado, traduzido na preocupação de trazer a mesma qualidade pedagógica

ao curso presencial para a modalidade EaD. Isso pode ser visualizado na opção de não produção de material impresso que leve a ideia de autoinstrução, na busca de se estabelecer relações interpessoais entre alunos, tutores, professores e equipe de apoio, quebrando o paradigma da impessoalidade na EaD e contribuindo para a formação continuada que abrange diversos e diferentes momentos.

Mesmo sabendo que não existe vínculo trabalhista entre tutor/UAB e UFJF, prioriza-se o vínculo profissional, o comprometimento com a qualidade da educação ofertada e o compromisso de se formar futuros docentes competentes. Assim, consideramos que ao adotar uma política de formação continuada de todos os profissionais que atuam no curso de Pedagogia – Faced/UFJF, investe-se na qualidade da Educação Básica e na proposta de nação que desejamos.

É importante destacar que a formação continuada encontrada no curso de Pedagogia é assumida pelo próprio curso, sem dependência ou assessoramento do Cead. O coordenador de tutoria, que desenvolve a formação continuada de tutores, é pesquisador e docente da área de Educação online, o que pode sustentar o diferencial verificado neste curso.

Ressaltamos ainda que a função pedagógica deve ser assumida pelo coordenador de tutoria em cooperação com o coordenador de curso - conforme proposta do MEC para a UAB (atribuições do coordenador de tutoria).

Na próxima seção apresentamos a experiência da SEED/Paraná.

2.7.2 Secretaria de Estado da Educação do Paraná

Em 2008, a Secretaria de Estado da Educação do Paraná, através da Coordenação de Educação a Distância implementou o **programa de formação de professores-tutores objetivando capacitar** - para atuação de forma articulada às políticas da Seed-Pr - professores da rede pública estadual de ensino no Programa de Formação Continuada na modalidade a distância.

A Seed/Pr, ao propor a capacitação de seus docentes, e optando pela modalidade EaD, preocupou-se inicialmente com a formação dos professores-

tutores que estariam a frente da plataforma utilizada. Observando o material proposto, verificamos que esta formação não se volta a conteúdos trabalhados em sala de aula, mas primordialmente aborda temas, estudos e autores referência em EaD.

Justifica-se a implementação de um programa para a formação de professores-tutores a partir da efetivação da modalidade a distância no Programa de Formação Continuada de docentes atuantes na Seed/Pr, e também como consequência do aumento da demanda de cursos. Assim, planejou-se a produção e a organização de um material didático que desse suporte teórico-metodológico ao curso.

O material, Tutoria em EaD (2010), Série Cadernos Temáticos, elaborado pela Coordenação de Educação a Distância da Seed/Pr, aborda os seguintes temas: conversando sobre educação a distância; refletindo sobre as mídias na educação a distância; conhecendo a tutoria; desatando nós...avaliação na educação a distância.

De acordo com o exposto no caderno Tutoria em EaD (2010), a primeira temática apresenta um “resgate histórico da EaD, discorre sobre a modalidade, suas origens, as diferentes concepções que envolvem suas práticas e a relação da Seed/Pr com o Programa de Formação Continuada na modalidade a distância” (SEED/PR, 2010, p. 9). Verificamos a preocupação inicial em apresentar a história da EaD aos futuros professores-tutores e a relação que se estabelecerá com o referido programa. Acreditamos que é fundamental que os atores envolvidos nesta modalidade de ensino se apropriem dos fatos e das concepções que a fundamentam.

Observamos que a segunda temática procura “identificar e caracterizar as diferentes mídias utilizadas em cursos de educação a distância, bem como discutir a importância da comunicação e da interação oportunizada pelas mesmas” (SEED/PR, 2010, p. 9-19). Neste ponto, analisamos a relação que o material se propõe a estabelecer entre os recursos disponíveis (TIC) e sua utilização. Para a Seed/Pr, os recursos midiáticos podem ser comparados a outros recursos utilizados enquanto elementos mediadores - lousa, livro didático, entre outros recursos didático-pedagógicos que auxiliam o professor na sua prática cotidiana. Afinal, as TiC não são instrumentos exclusivos da EaD e não

podem ser apontadas como responsáveis pela aprendizagem do aluno. Assim, fica claro que o instrumento/recurso eleito para determinada ação não se constitui como objeto para a aprendizagem do aluno, mas como um recurso fomentador da orientação/mediação entre professor/aluno.

Já a terceira temática oportuniza “reflexões sobre as diferentes atribuições e funções da tutoria e define a identidade do professor-tutor em conformidade com as diretrizes curriculares da Seed/Pr” (SEED/PR, 2010, p. 9-32). Contrariando o ponto de vista tradicional, em que o tutor exercia a função de orientar/informar o estudante para a utilização de materiais autoinstrutores e motivar sua permanência no curso, a Seed/Pr reconhece que é o tutor um professor, e que suas competências envolvem não apenas mostrar a resposta correta, mas principalmente “oferecendo novas possibilidades de informação, interpretação, reflexão, compreensão e (re)construção do conhecimento” (SEED/PR, 2010, p. 32).

O *professor-tutor*, portanto, tem papel fundamental no sucesso dos Programas de Educação a Distância, porém, é preciso estabelecer ainda, no planejamento do curso, quais são essas atribuições e relacioná-las diretamente com o material, com o ambiente, com o curso, com a avaliação e com o cursista (SEED/PR, 2010, p. 34).

Por fim, a última temática faz um “estudo sobre a avaliação na educação a distância, destacando os fundamentos, instrumentos e concepções avaliativas a serem utilizadas no processo de avaliação pelo professor-tutor.” (SEED/PR, 2010, p. 9-40). Neste momento, o material utilizado no curso de formação do *professor-tutor* estabelece relação entre a avaliação e a necessidade de se elaborar o Projeto Político Pedagógico de cursos na modalidade EaD. Nele, explicita-se o que será avaliado e quais critérios serão adotados, considerando-se o ritmo dos cursistas, as formas de organização. Todos esses elementos serão considerados e valorizados no processo avaliativo a fim de promover uma aproximação com os objetivos de educação que se deseja alcançar.



FIGURA 2 - PRINCÍPIOS GERAIS PARA EAD SEED-PR (Seed/Pr, 2010, p. 42)

Assim, o processo avaliativo para cursos na modalidade EaD proposto pela Seed/Pr revela-se em um movimento circular, contínuo e indissociável, em que todas as etapas e estruturas do curso estão interligadas.

Na próxima seção será apresentada o estudo e pesquisa sobre a formação de tutores na Colômbia.

2.7.3 O Modelo Colombiano

Em 2006, Edith González Bernal conclui e publica sua tese de doutorado sob o título *Formação do tutor para a Educação a Distância: fundamentos epistemológicos*, em que se propõe a analisar os conceitos de tutor e tutoria utilizados no modelo colombiano de EaD assumidos pelo Instituto Colombiano para el Fomento de La Educación Superior²⁷ (ICFES), na tentativa de identificar os modelos pedagógicos que sustentam a formação do tutor.

Segundo a autora, no contexto da formação integral que proclama a universidade colombiana, “a tutoria está dirigida a impulsionar e facilitar o desenvolvimento integral dos estudantes em todas as suas dimensões (intelectual, afetiva, pessoal, social, volitiva, transcendente, entre outras) (BERNAL, 2006, p. 62)”. Sendo assim, Bernal (2006) indica que, para que os objetivos de formação de estudantes possam ser alcançados, é necessário que o docente exerça a função de tutoria em EaD – função esta que carrega também valores, princípios e ideais institucionais e sua filosofia de projeto educativo - se

²⁷ Para mais informações sobre o Instituto Colombiano para el Fomento de La Educación Superior (ICFES), consulte: <http://translate.google.com.br/translate?hl=pt-BR&sl=es&u=http://www.icfes.gov.co/&prev=search>

apropriando dos diferentes fundamentos epistemológicos que norteiam esta modalidade de ensino.

Bernal (2006) divide a proposta de formação de professores-tutores na Colômbia em duas etapas. No primeiro momento, nos anos de 1980, o trabalho do tutor era o de “um agente educativo, com a missão específica e deliberada de promover, facilitar e manter os processos de comunicação necessários para contribuir com o aperfeiçoamento do sistema educativo” (BERNAL, 2006, p. 64), em que se buscava treinar o tutor para assegurar a aprendizagem do aluno. Os módulos de estudo deveriam apresentar uma estrutura clara e objetiva, facilitando seu trabalho de mediação com os estudantes.

Na segunda etapa – fim da década de 1990 – com a ampliação do acesso à internet e aos recursos tecnológicos, a Universidade Nacional Aberta a Distância²⁸ (UNAD), na Colômbia, única universidade no país dedicada à educação a distância, traça o papel do tutor

O tutor deve ser um mediador capaz de criar condições que permitam que os saberes tenham sentido para os estudantes, o que lhe **exige um amplo conhecimento das dimensões epistemológicas, sociais e históricas do conhecimento [...]. Deve ser um formador em permanente processo de formação**, possibilitador de encontros, gerador de espaços para a aprendizagem, formador de valores, responsável, de equilíbrio intelectual e emocional, coerente entre o que se vive e o que se ensina, cooperador na busca de superação, capacidade de compreensão, sinceridade e honestidade para reconhecer os limites do saber, comprometido com os processos de aprendizagem, não como o guia, mas como o acompanhante, e que **conheça a metodologia à distância e os processos implicados nela**. (BERNAL, 2006, p. 68, apud UNAD, 2002, p. 35, grifo nosso).

Neste contexto, reconhece-se a necessidade de que o tutor tenha conhecimento/formação/capacitação para além do conteúdo programático de determinado curso, devido as diversas implicações e desdobramentos que observamos à frente de plataformas de ensino. Cabe ressaltar que na Colômbia é nítido que a discussão e a visão do tutor como docente já acontece desde a década de 1980, enquanto no Brasil ainda tentamos discutir a formação específica para esta função - experiências isoladas entre erros e acertos na

²⁸ Para conhecer mais sobre a Universidade Nacional Aberta a Distância (UNAD) consulte: <http://translate.google.com.br/translate?hl=pt-BR&sl=es&u=https://www.unad.edu.co/&prev=search>

tentativa de se encontrar uma diretriz para a tutoria na modalidade EaD. Podemos concluir que esta discussão está há pelo menos 30 anos atrasada no contexto brasileiro, o qual ainda foca seus estudos e pesquisas na função do tutor como mediador de conteúdos e não em sua formação específica, no campo da EaD, mantendo-o descolado da docência.

Desta forma, e com a intensão de dotar a EaD de uma base teórica que a fundamentasse, Bernal (2006) destacou os fundamentos epistemológicos necessários à formação do tutor na Colômbia, apontando os fundamentos filosóficos, psicológicos e da Teoria da Comunicação e Novas Tecnologias da informação, sendo que todos eles contribuem tremendamente para essa empreitada.

A autora indica que os fundamentos filosóficos devem abarcar a formação do ser humano ao longo da vida e o compromisso com a formação do sujeito-cidadão, consolidando uma política de educação que se pretende para o país.

Nos fundamentos psicológicos, o tutor deve conhecer e observar os postulados da psicologia que têm influenciado nos currículos e projetos educativos, destacando-se a aprendizagem significativa em que os processos cognitivos não se separaram da situação na qual o aluno aprende, enfatizando as “aprendizagens reflexivas, colaborativas, em relação às estruturas cognitivas já estabelecidas, e as escolhas individuais baseadas na motivação inata para a construção e apropriação do conhecimento” (BERNAL, 2006, p. 80).

Sobre as TIC, a proposta de formação do tutor deve reconhecer que nenhum recurso tecnológico é capaz de cumprir a função educativa por si só. Há de se integrar as ferramentas tecnológicas ao currículo contextualizando-as com o cenário educativo. Isso supõe que a utilização de TIC não se resume apenas ao uso de computadores e equipamentos diversos. Sua validade está no fato de incorporar aos processos educativos ferramentas que ofereçam a possibilidade de interação, comunicação, criação de redes e comunidades virtuais de aprendizagem enquanto suporte e instrumentos facilitadores da autogestão de seu tempo/espço de estudos/participação/aprendizagem para o estudante.

Destacam-se ainda os fundamentos da aprendizagem colaborativa e o acesso global do conhecimento. Segundo Bernal (2006), no contexto da cibercultura, a velocidade com que se produz e se faz circular

informação/conhecimento, as metodologias e didática utilizadas na EaD devem ser questionadas, implicando em uma atitude de pesquisa constante. Segundo Bernal, a cibercultura traz uma mudança de perspectiva e impactos na formação de professores-tutores exigindo a “ampliação das funções tradicionais baseadas na explicação de conteúdos científicos a outras mais amplas, nas quais se integram atuações de assessoramento e apoio aos estudantes” (ZABALA, 2002, p. 37, apud BERNAL, 2006, p. 84).

A utilização de plataformas virtuais de aprendizagem requerem do tutor a capacidade de traçar estratégias que permitam ao estudante empreender, de forma autônoma e integrada, seus próprios caminhos de construção do conhecimento em rede, assumindo, para isso, uma posição de reflexão na ação e fazendo uso crítico das tecnologias.

2.7.4 O que Levamos das Experiências Visitadas

As experiências visitadas revelam a mobilização de diferentes agentes e setores em busca de um caminho norteador para a nova função docente que surge, sob a designação de tutoria, tendo em vista a ampliação da oferta da EaD no mundo.

Observamos, no curso de Pedagogia a distância da UFJF, a proposta de formação por meio do Espaço de Formação Continuada de Tutores. Este espaço vai ao encontro das ponderações de Bruno e Lemgruber (2009), que apontam a necessidade de formação para a atuação em ambientes virtuais, mas destacam também a importância do conhecimento específico na área de atuação/disciplina e a qualidade da mediação, em que a função do tutor seja ampliada, passando do esclarecimento de dúvidas à construção coletiva do conhecimento. Cabe destacar ainda que a formação continuada desenvolvida neste curso integra ações online e presenciais – por meio de encontro mensais - , numa proposta de Educação híbrida.

A preocupação com a formação do formador também é observada na experiência da Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Esta instituição busca capacitar o tutor reconhecendo que o sucesso da proposta inicial de formação para todos os docentes da rede estaria indissociada da qualidade da

mediação que iria ocorrer na plataforma do curso proposto. Bruno e Lemgruber (2009) indicam que “o tutor não pode simplesmente absorver os conhecimentos transmitidos pelos professores” (ZUIN, 2006, p. 949, apud BRUNO & LEMGRUBER, 2009, p. 6). Nesse contexto, a SEED buscou, inicialmente, ampliar a bagagem pedagógica dos tutores para as especificidades da modalidade EaD observando não só os conteúdos propostos para o curso.

A expansão da EaD na Colômbia também foi alvo de estudos e pesquisas no intuito de se traçar a função de tutoria não mais como esclarecedora de dúvidas. Por conseguinte, há um reconhecimento da necessidade de ampliar para além dos conteúdos curriculares a formação do tutor em busca da qualidade da mediação online. Chama a atenção que tais movimentos tenham se dado desde a década de 1980, sendo potencializadas a partir de 1990 com a Internet.

As três experiências visitadas comungam com a urgência em se reconhecer que a qualidade da mediação online exercida pelo tutor só se dá por meio de formação consistente, embasada, ampliada para além da ideia de agente esclarecedor de dúvidas, executor de autorias alheias ou monitor de processo.

De acordo com o relato dos entrevistados e dos resultados apontados no questionário, as pessoas que atuam hoje na EaD/UFJF não têm, em sua maioria, formação específica para esta modalidade, exercendo sua função num processo de constante transformação da EaD devido ao aperfeiçoamento das TIC e da expansão crescente da oferta e da matrícula de cursos nesta modalidade. A ausência de projetos de formação continuada para boa parte dos tutores torna esta transição precária e insuficiente quando observamos ações isoladas nos departamentos. Não há um ponto comum que possa nortear esta proposta no contexto da EaD/UFJF. Reconhecemos a autonomia dos departamentos, mas é preciso estabelecer uma diretriz comum.

Consideramos que a qualidade da educação na EaD está relacionada com a fundamentação da docência online. Para tal, observamos que elementos como a capacidade/habilidade científica e humanística dos sujeitos, a possibilidade real de aperfeiçoamento continuado, a atualização constante no que diz respeito aos avanços tecnológicos, a relação pedagógica estabelecida no processo de mediação e o conhecimento das dimensões epistemológicas sociais e históricas

do conhecimento devem ser considerados pois, sem elas, o processo educacional não se completa.

Percebemos com os achados na pesquisa de campo, após levantamento das ações que são desenvolvidas na UFJF, que a questão da formação de tutores não se encontra sistematizada. Ações pontuais são implementadas sem, no entanto, se estabelecer uma proposta de formação inicial e continuada.

A documentação e registros sobre o início das atividades da EaD/UFJF – e seus desdobramentos posteriores - de acordo com o verificado no Cead e a fala dos entrevistados, não se encontram organizados para consulta de pesquisadores. Há registros em mãos de professores, em departamentos e no próprio Cead, mas carecem de organização e sistematização. Após quinze anos da criação do Cead, nem mesmo este Centro possui o histórico de sua atuação. Concluimos que as gestões anteriores não se ativeram a este fato.

Observamos que tanto coordenadores de curso, de tutoria e tutores, em sua maioria, indicaram não ter formação específica em EaD, o que se constitui em dado importante para a proposição de um PAE com este fim. O caminho trilhado até o momento na EaD/UFJF se deu através da vivência dos erros e acertos, bem como no compartilhamento destas experiências com outras instituições que atuam na modalidade a distância.

Com relação ao trabalho de tutoria, percebemos que rotineiramente este sujeito assume de fato o exercício da função docente. A revisão da literatura indicou que ainda se define a função de tutoria como a de monitor, orientador, acompanhante, como se não houvesse implicações didático-pedagógicas no seu fazer acadêmico. No entanto, esta revisão indicou a tendência de que os tutores são responsáveis por fazer o curso efetivamente acontecer através da mediação diária e da intervenção pedagógica de conteúdos.

Ainda há outras questões que se apresentaram durante esta pesquisa e se tornaram dados relevantes. Apesar do reconhecimento externo à UFJF, os tutores não têm acesso à biblioteca, ao transporte e ao restaurante universitário, caracterizando a exclusão social deste colaborador no contexto da universidade. Assim, a precarização do trabalho de tutoria – objeto de diferentes pesquisas anteriores - extrapolou a questão de direitos trabalhistas e de reconhecimento da

função docente, se mostrando mais complexa do que este trabalho buscou apresentar.

Podemos considerar que seja urgente a realização de novos estudos sobre esta temática não só pela carga de responsabilidades exigida do tutor, mas também levando-se em consideração os achados desta pesquisa.

O próximo capítulo da dissertação, após apresentação do arcabouço teórico e dos resultados da pesquisa de campo, apresentará o Plano de Ação Educacional (PAE), que tem como proposta propor uma política de formação de tutores para a EaD na UFJF.

3. UMA PROPOSTA PARA FORMAÇÃO DE TUTORES NA UFJF

A presente dissertação analisou a proposta de formação inicial e continuada de tutores atuantes na UAB no contexto da UFJF.

No decorrer das análises, verificamos que há ações isoladas e pontuais implementadas pelo Cead e/ou pelos departamentos – com exceção da Licenciatura em Pedagogia, que possui um programa de formação continuada de tutores com uma proposta própria.

Notou-se que o histórico das ações da EaD na UFJF não possui acervo sistematizado, ficando inviável, no momento, apresentar este histórico no presente estudo. A constatação deste fato influenciou, em certa medida, os desdobramentos desta pesquisa. Outros fatos se somaram à proposta inicial (que consistia em analisar a formação inicial e continuada de tutores no contexto da UAB/UFJF), como o da confirmação através do questionário aplicado de que o tutor exerce funções de docente em determinados cursos, mas padece da exclusão social dentro do ambiente universitário e pelo fato de que. Outro fator encontrado é de que, com exceção do Curso de Pedagogia, nenhum coordenador de tutoria e/ou curso possui formação específica para a EaD.

Com a análise da formação inicial oferecida pela Cead para os tutores da UAB atuantes na UFJF e tendo por base as respostas apresentadas pelos tutores através do questionário aplicado, pode-se perceber algumas dificuldades, dentre elas: a necessidade de se propor a formação tutores de forma contínua e estruturada; a falta de formação específica em EaD dos coordenadores de curso e/ou de tutoria; a ausência de diretrizes comuns nos cursos oferecidos na modalidade EaD/UFJF; a pouca representatividade dada ao Cead no contexto da UFJF e a articulação relativa entre os departamentos e o Cead.

Segundo a expectativa dos coordenadores entrevistados, o Cead seria o órgão responsável pela formação inicial e continuada de tutores, na promoção da articulação entre departamentos e no fomento da EaD na UFJF. Na visão dos entrevistados, este Centro não tem utilizado todo seu potencial para efetivar e consolidar esta modalidade de ensino na universidade. Tal dado aparece em 100% das respostas fornecidas pelos entrevistados. Somam-se a estes dados, também a partir da pesquisa de campo, a minha percepção sobre não ter havido

diálogo entre tutores e coordenadores sobre suas demandas na docência online e avaliações sobre as ações do Cead.

É importante destacar que tanto os coordenadores quanto tutores participantes desta pesquisa demonstram interesse e comprometimento com o trabalho desenvolvido. Dessa forma, e de acordo com as contribuições dos teóricos apresentados neste estudo, a proposta de formação inicial e continuada para a modalidade EaD deve capacitar tutores e coordenadores, dando sustentação ao fazer pedagógico e promovendo a articulação entre Cead e departamentos.

O PAE aqui proposto parte da necessidade de se implementar uma política de formação inicial e continuada para tutores considerando-se: I) o Referencial de Qualidade para Educação a Distância – MEC -, II) a ausência desta proposta sistematizada na UFJF.

Cabe salientar, porém, que unificar as demandas é algo muito difícil e nem sempre ideal. Porém, as ações apresentadas podem representar o início de um Programa formativo que, de forma dialogada, possam formar os docentes da UFJF para a Docência online.

Através das análises dos dados produzidos, foi possível identificar lacunas no processo de formação e apresentar propostas de melhoria levando-se em conta:

- A necessidade de formação específica para atuação na modalidade EaD;
- As demandas de formação apontadas por tutores e coordenadores;
- A necessidade de atualização constante para uso dos recursos da Web;
- A necessidade de uma formação mais ampla e reflexiva que permita a formação para a Docência online contemplando os múltiplos usos de tecnologias digitais em rede e o fazer pedagógico;
- A necessidade de se observar as especificidades do Referencial de Qualidade para Educação a Distância proposto pelo MEC;
- A necessidade de se instituir uma proposta de EaD no contexto da UFJF.

O capítulo 3 apresenta três seções e tem por objetivo apresentar uma proposta de Plano de Ação Educacional (PAE), sendo dividido em três ações diferentes, porém complementares. A primeira traz a Ação 1, que trata da significação do Cead na formação inicial e continuada de tutores e seus aspectos mais relevantes. A segunda, Ação 2, indica a necessidade de formação continuada por meio da figura do coordenador de tutoria e as bases para a proposição. A terceira, Ação 3, trata da inclusão social do tutor na UFJF.

Ao construir um diálogo entre as diferentes experiências de formação continuada para tutores apresentamos as evidências relevantes para sustentar a proposta de implementação de uma política de formação para a modalidade EaD na UFJF, assim como os desafios e descompasso que ainda fazem parte da Educação a Distância. A ideia central do plano parte da intenção de indicar a necessidade de se implementar uma política de formação de tutores e demais envolvidos na modalidade de EaD na UFJF, através da instituição de um modelo de Educação a Distância que se deseja para esta universidade. Ela deve incluir, entre outros elementos, a oferta de curso de extensão/credenciamento/formação para docentes não-tutores que tenham interesse em participar de futuros processos de seleção e que este passe a ser critério exigido em novos editais, assim como formar tutores já em atuação. Em outras palavras, a proposta consiste na implementação de uma nova modalidade de preparação e formação continuada para profissionais que irão atuar na modalidade EaD na UFJF.

Compreendemos que implementar uma ação desta natureza implica diversos desdobramentos que fogem ao nosso alcance, uma vez que trata-se de uma decisão política, colegiada e institucional. Isso sugere uma visão de compromisso e da decisão/definição conjunta do que é indispensável e relevante na formação dos profissionais atuantes na EaD/UFJF, independentemente da condição de vínculo em que se enquadram. Não pretendemos aqui desenhar uma política de formação, mas indicar caminhos percorridos e seguros que demonstram que há diferentes graus de entendimento sobre a Educação a Distância. Além disso, seria contraditório com as concepções e argumentos neste trabalho apresentados propor algo fechado e que não considere especificidades e singularidades de cada curso/área.

No decorrer das análises, percebeu-se que existe uma necessidade de se instituir diretrizes para a EaD na UFJF, assim como já vem acontecendo em outras instituições que trabalham com a modalidade a distância, respondendo aos aspectos destacados no Referencial de Qualidade para Educação a Distância, elaborado pelo MEC em 2003. A análise deste documento, dos relatos apresentados e das experiências visitadas influenciou na elaboração da proposta de Formação para a EaD/UFJF, evidenciando a necessidade de se estabelecer objetivos claros para a proposição.

Prado (2009), em seu artigo *Estratégias de orientação para a prática do professor no contexto da educação a distância*, aponta a necessidade da orientação pedagógica da EaD na prática do professor e da construção do design educacional do curso que deve “assegurar tanto os aspectos relacionados à unicidade conceitual dos conteúdos e dos princípios pedagógicos como a multiplicidade oriunda das mediações que se desenvolvem nas turmas” (PRADO, 2009, p. 3).

Além da proposta de formação de tutores, é preciso que as instâncias colegiadas desta Universidade discutam aspectos relevantes de forma a reconhecer, valorizar e beneficiar esse colaborador verificando a possibilidade de lhe conceder declaração de experiência profissional adequada a sua atuação, como direito ao uso da biblioteca, do transporte e ao restaurante universitário, dando-lhe um mínimo de dignidade e reconhecimento dentro desta instituição.

De acordo com os resultados apresentados através das entrevistas realizadas, aspectos da gestão geral da universidade e da gestão de cursos sob responsabilidade dos coordenadores devem ser observados, assim como a ressignificação do papel do Cead dentro da gestão e sua relevância para a UFJF no contexto atual.

Para fazer frente aos desafios apresentados, este Plano de Ação Educacional propõe três momentos diferenciados, porém complementares e interdependentes, apresentando propostas de ações com o intuito de institucionalizar a EaD na UFJF.

Quadro 9 – Aspectos relevantes para implementação de uma política de formação de tutores na UFJF

Ação 1	Objetivo
Formação geral, via Cead, destinada a tutores que atuam ou venham a atuar na EaD/UFJF	<ul style="list-style-type: none"> • Fornecer subsídios teóricos e práticos para que o tutor se aproprie dos aspectos legais, pedagógicos, tecnológicos, metodológicos e históricos que compõem a modalidade de educação a distância.
Ação 2	Objetivo
Formação continuada específica de cada curso destinada a tutores em atuação a partir da figura dos coordenadores de tutoria	<ul style="list-style-type: none"> • Fornecer subsídios teóricos e práticos para que o tutor se aproprie dos aspectos legais, pedagógicos, tecnológicos, metodológicos e históricos que fazem parte do curso/disciplina em que atuam. • Apresentar o organograma da faculdade em questão a fim de que o tutor conheça o curso em que atua e possa orientar alunos quando necessário. • Refletir sobre o PPP do curso e o papel do tutor, definindo objetivos e função.
Ação 3	Objetivo
Proposta de discussão/revisão institucional para implementação de uma política de inclusão de tutores na UFJF	<ul style="list-style-type: none"> • Refletir sobre as condições de trabalho precarizadas dos tutores e aspectos excludentes observados na UFJF. • Regulamentar o acesso dos tutores à Biblioteca, ao RU e ao transporte universitário. • Verificar as condições de transporte, hospedagem e pagamento de diárias oferecidas aos tutores que viajam aos polos nos encontros presenciais.

Fonte: Elaborado pela autora

O PAE aqui apresentado parte do pressuposto de que um curso de formação específico para tutores da UFJF permitirá o desenvolvimento de competências e habilidades específicas e oferecerá uma base adequada para a melhoria do desempenho desses tutores.

No entanto, para a efetivação deste Plano de Ação Educacional, é fundamental que haja a decisão política, institucional e colegiada com o envolvimento dos mais variados departamentos e órgãos da UFJF.

Sendo assim, e com base na pesquisa de campo apresentada no capítulo 2, entende-se que, embora o Cead ofereça cursos de formação inicial para tutores, eles não atendem às especificidades da modalidade EaD e não suprem todas as suas exigências de formação. Para que possa atendê-las, a UFJF, via Cead e departamentos/institutos, deveria investir em um tipo de formação continuada, que considere essas especificidades bem como as dificuldades e as demandas de trabalho desses tutores. Por essas razões, apresentar-se-á uma proposta de formação específica para os tutores.

A pesquisa de campo permitiu à pesquisadora levantar pontos importantes sobre esse tema com os coordenadores e tutores, que contribuíram para a elaboração desta proposta de formação, no sentido de contemplar a teoria e a prática da tutoria. Assim, é importante observar que o Plano de Ação aqui proposto decorre da análise dos dados produzidos na pesquisa de campo e da revisão bibliográfica empreendida nesta dissertação que nos levaram a propor a criação e implementação de uma política de formação de tutores na UFJF.

Nesse sentido, as seções a seguir apresentarão os elementos que compõem a proposta de capacitação para os tutores da UFJF, com o intuito de contribuir efetivamente para o desenvolvimento de habilidades e competências que possibilitem aos tutores a melhoria da sua prática cotidiana.

3.1 AÇÃO 1: O CEAD E A FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DOS TUTORES

Consideramos o Cead a porta de entrada de tutores na UFJF e destacamos a importância e significação deste Centro como principal elemento de mediação entre os departamentos e órgãos da Universidade para a proposição de uma política de formação de tutores.

A partir de 2010, o Cead torna-se órgão suplementar da UFJF com responsabilidade de coordenar, supervisionar e dar apoio às atividades de ensino, pesquisa, extensão, cultura e desenvolvimento institucional, científico e tecnológico relativas à EaD.

Nesse contexto, reconhecemos o Cead como principal responsável por analisar, intermediar e sistematizar a formação de tutores. Cabe ressaltar que não

se trata de uma ação isolada, descontextualizada de outras coordenações. É preciso ouvir professores, coordenadores de curso, tutores e pesquisadores sobre o tema a fim de se mapear as prioridades, propondo uma política de formação que dê sustentação teórica, metodológica e tecnológica ao tutor. A representatividade de toda a comunidade acadêmica é fundamental para que a proposta verifique todos os aspectos relacionados a formação do tutor.

A rotatividade de tutores pode se configurar em uma das fragilidades na proposta de formação. Assim, consideramos importante ampliar a oferta de formação à futuros tutores, possibilitando a criação de um banco de reserva de tutores formados, buscando meios de fortalecer e aperfeiçoar os rumos da EaD na UFJF.

O Plano de Ação, materializado em um programa de implementação, objetiva apresentar possibilidades para a implantação de uma política de formação de tutores, buscando oferecer a oportunidade de apropriação de conhecimentos inerentes à EaD. O quadro a seguir, baseado na proposta de Plano de Ação 5W2H, apresenta a síntese da proposta.

Quadro 10 – Ações relacionadas a formação inicial de professores- tutores/docentes na UFJF

O quê?	Formação inicial do tutor e demais docentes da EaD.
Quem?	Cead, professores, tutores e coordenadores de tutoria.
Quando?	Permanentemente.
Como?	Promover o diálogo entre o Cead e coordenações de curso e coordenadores de tutoria. Estabelecer critérios de formação. Definir prioridades de formação geral que atendam não só os aspectos tecnológicos, mas principalmente os pedagógicos.
Por quê?	Instituir uma proposta de formação geral de tutores.
Quanto?	Sem custos previstos, já que os próprios docentes bolsistas (tutores, professores pesquisadores, coordenadores etc.) deverão assumir tais processos formativos.

Fonte: Elaborado pela autora

A expectativa quanto à atuação do tutor na atualidade, segundo Gatti (2009), deve ser atrelada aos processos formativos, “a preparação dos

profissionais que atuam como formadores nesse trabalho, seu domínio conceitual e prático e seu envolvimento e compromisso com a formação de educadores” (GATTI, 2009, p. 224). A autora ressalta que a formação dos formadores deve observar o grau de responsabilidade deste ator, que deve ser portador de alto nível de conhecimento e de experiência na docência do ensino superior e em programas de formação de professores.

Nesse contexto, a ação de formação inicial do tutor destina-se a todos os tutores em atuação e que possam vir a trabalhar na EaD da UFJF.

A formação deverá ocorrer após Cead e coordenações estabelecerem o currículo necessário a esta formação - e considerando-se os resultados apontados na pesquisa de campo - contando com encontros presenciais e momentos online.

A proposta está respaldada no documento orientador do Sistema UAB, Resolução n.º 49, de 10 de setembro de 2009, que prevê em seu art. 1º “II - capacitação de professores, tutores, gestores, técnicos e todos os profissionais envolvidos na oferta de cursos do Sistema para a gestão da Educação à Distância (BRASIL, 2009)”.

A formação inicial e continuada – implementada predominantemente na modalidade EaD - deverá contar com nove módulos de estudos - 30 horas cada módulo, sendo 26 horas online e 4 horas presenciais - mais um módulo de 90 horas para orientação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) para aqueles que cursarem todos os módulos de estudo com aproveitamento igual ou superior a nota 70. A carga horária total do curso - 360 horas - será dividida em momentos online e presenciais.

Desta forma, cada módulo cursado equivale a um curso de extensão – com direito a certificação do cursista pelo Cead. Cursando com aproveitamento todos os módulos propostos, o tutor será certificado como especialista em EaD. Serão considerados para esta certificação a frequência, as atividades realizadas via plataforma, a nota da avaliação escrita e a observação das orientações e critérios estabelecidos pelos formadores.

O Cead ficará responsável por implementar a formação no nível de pós-graduação e o curso será gratuito e destinado prioritariamente para os docentes vinculados à UFJF. Ressaltamos que, para tal, é necessário observar os trâmites

legais para implementação de curso de especialização e certificação – MEC, Resolução nº1, de 8 de junho de 2007, que estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação *lato sensu*.

A formação será ministrada por servidores que fazem parte do quadro de colaboradores do Cead e por professores da UFJF (ou professores visitantes) com conhecimento e experiências relevantes no tema de estudos. Ressaltamos que, de acordo Resolução n.º 1 citada anteriormente, o corpo docente deve ser constituído por, no mínimo, 50% de docentes portadores de título de mestre nos cursos de pós-graduação.

A realização dos encontros presenciais ocorrerá no Cead, prédio que conta com salas que comportam grupos de estudos com até 25 participantes. As salas possuem todo equipamento necessário para as formações, tais como data show, computador, caixa de som, microfone e acesso à internet, de modo que não há gastos relacionados à infraestrutura nem equipamentos. O material de estudos e consulta utilizados serão disponibilizados via plataforma.

Quadro 11 – Módulos²⁹ de estudo para formação inicial e continuada de tutores e demais docentes na UFJF

		Carga horária
Módulos de estudo	1. Legislação Educacional para EaD e ensino superior <ul style="list-style-type: none"> • Legislação e normas da educação superior; • Legislação para a educação a distância; • As bases legais para a educação a distância no Brasil; • Referenciais de qualidade para a educação a distância. 	30 h
	2. História, fundamentos e evolução da EaD <ul style="list-style-type: none"> • Aspectos históricos da EaD no Brasil; • Introdução aos Estudos de Educação à Distância. 	30 h
	3. Docências online: didática online <ul style="list-style-type: none"> • Concepções Educacionais e Currículos; • Competências essenciais à tutoria e à docência: categorias, definições e especificidades; • O perfil do educador de EAD. 	30 h
	4. Metodologias para EaD <ul style="list-style-type: none"> • Didática e Metodologia do Ensino Superior; • Metodologia na visão integradora e colaborativa • Propostas metodológicas e uso das tecnologias em EAD • Pedagogia para o uso das Mídias na Educação 	30 h
	5. Tecnologias Digitais da informação e comunicação na	30 h

²⁹ Ainda que este PAE focalize a formação de tutores, os módulos e o curso como um todo assume um caráter mais amplo, de modo a formar o docente online. Portanto, não apenas professores-tutores, mas docentes vinculados à EaD na UFJF poderão fazer o curso, que é inclusive indicado para professores e coordenadores dos cursos a distância da UFJF.

educação	
<ul style="list-style-type: none"> • Web 2.0, AVA, mobile learning, redes sociais • Tecnologias na educação – os espaços virtuais digitais • Educação à distância, o ambiente virtual de aprendizagem • Hibridismo tecnológico digital e multimodalidade 	
6. Estudo de caso	30 h
<ul style="list-style-type: none"> • Nesta disciplina os cursistas terão a oportunidade de analisar as concepções, características, tendências e desafios da educação flexível e a distância de forma empírica e sistematizar os conhecimentos adquiridos no curso. 	
7. Avaliação na EaD	30 h
<ul style="list-style-type: none"> • Possibilidades pedagógicas e sistemas de avaliação em EaD • Desafios e perspectivas da Educação de Jovens e Adultos 	
8. Políticas públicas para a EaD no Brasil	30 h
<ul style="list-style-type: none"> • O Sistema UAB 	
9. Metodologia da Pesquisa e Produção Científica	30 h
<ul style="list-style-type: none"> • Pressupostos da pesquisa • Trabalho científico 	
10. Trabalho de Conclusão de Curso	90 h
Carga horária total	360 h

Fonte: Elaborado pela autora.

A formação terá a duração de doze meses, sendo necessário um mês para cada módulo de estudos e três para elaboração do TCC. Será aplicada avaliação escrita, individual, ao final de cada módulo de estudos. Para fins de certificação, será estipulada nota mínima para esta avaliação de 70 pontos.

Para o primeiro ano de implementação da proposta deverão ser abertas 50 vagas para cada módulo (turma única) que serão ofertados alternadamente sob a responsabilidade de um professor e um tutor - selecionado via edital público do Cead, que comprove formação aderente ao tema e experiência no mesmo. Após o primeiro ano de curso e avaliação dos resultados, poderão ser abertas mais de uma turma para cada módulo, consecutivamente.

A organização do curso – atividades de secretaria e gestão administrativa – ficará a cargo do Cead; a gestão pedagógica será compartilhada entre os departamentos, professores atuantes no curso e coordenação pedagógica deste Centro.

A inscrição para matrícula no módulo será aberta a todos os tutores interessados e atuantes na UFJF, via edital público, e deverá considerar o tempo de atuação na tutoria EaD, assim como não possuir formação específica nesta modalidade como critério de desempate para concessão da vaga. As vagas

excedentes poderão ser preenchidas por docentes de cursos a distância e pelos demais docentes da UFJF.

A pesquisa revelou que cerca de 70% dos respondentes não possui formação específica em EaD, bem como a maioria, 98,76%, aponta que o tema principal abordado pelo Cead na formação inicial implica na capacitação para operar a plataforma Moodle. Os outros temas indicados (vide questionário Anexo 3), receberam poucas indicações de que foram abordados nesta formação.

É importante observar que a maior parte dos tutores e dos coordenadores de curso indicaram uma demanda recorrente: a formação específica para atuar na EaD. Diante dessa constatação, confirmamos o que é defendido nesta dissertação: a necessidade de a UFJF ter atenção com esta modalidade de ensino e suas especificidades, o que pode ser feito por meio de uma política de formação de tutores que busque os conhecimentos e competências necessárias ao tutor e também que se destine aos demais docentes da UFJF, de modo a qualificá-los mais propriamente para a Docência online.

Nesse contexto, a formação para a Docência online deverá ser ampliada e ofertada a todos os professores e coordenadores da UFJF que atuam na EaD e/ou que pretendam fazê-lo.

Ressaltamos que nenhuma temática se esgota em uma proposta de formação, mas acreditamos que quanto mais específica for a formação (e continuada), mais efetiva ela tende a ser.

3.2 AÇÃO 2: O COORDENADOR DE TUTORIA COMO ELEMENTO PRINCIPAL DA FORMAÇÃO CONTINUADA

De acordo com o Manual de Orientações dos Bolsistas do Projeto UAB/CAPES e a Resolução nº 26/2009 - que dispõe sobre a autorização e a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes de programas de formação inicial e continuada no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil/DED/CAPES/MEC -, uma das atribuições do coordenador de tutoria é acompanhar e supervisionar as atividades de tutoria.

Nesse contexto, o coordenador de tutoria deve, em parceria com os professores atuantes, definir e implementar ações de formação e/ou capacitação

continuada que atendam as especificidades do curso – que devem acontecer durante todo o curso. O quadro abaixo apresenta sugestões de ações relacionadas a formação continuada de tutores, tendo por base os coordenadores de curso.

Quadro 12 – Ações relacionadas a formação continuada de tutores na UFJF, no âmbito dos coordenadores de tutoria

O quê?	Formação continuada do tutor.
Quem?	Coordenadores de tutoria e professores.
Quando?	Durante todo o curso.
Como?	Promover encontros de formação/capacitação Elaborar documento de orientação/normatização/especificação da função de tutoria no curso em questão.
Por quê?	Focalizar e instrumentalizar o trabalho dos tutores de acordo com as necessidades de cada curso.
Quanto?	Sem custos previstos.

Fonte: Elaborado pela autora

Respeitando a autonomia e as especificidades de cada curso, acreditamos que a elaboração de documentos orientadores para eles e para as funções de tutoria é imprescindível para o bom andamento do trabalho.

Os encontros acontecerão em quatro momentos específicos, ao longo do ano letivo, em módulos de 4 horas cada, no início e no final de cada bimestre/módulo letivo do aluno, considerando-se a carga horária semanal do tutor. Nos encontros, serão abordados os seguintes temas, com duração de debate aproximadamente 45 minutos:

- Os professores apresentarão e ementa das disciplinas que se iniciarão, seus objetivos e as formas de avaliação da disciplina
- O coordenador de tutoria fará a apresentação e discussão acerca do PPP do curso.
- O coordenador de tutoria disponibilizará calendário e cronograma de atividades, de avaliações e de viagens ao polo referentes ao semestre/módulo em questão.

- O coordenador de tutoria e professor especificarão as funções/atribuições do tutor e indicarão as formas de avaliação do trabalho de tutoria ao final do semestre/módulo/disciplina em curso.
- O professor realizará Conselho de Classe junto com os tutores ao final da disciplina.
- O coordenador de tutoria indicará (de forma impressa) contatos telefônicos e emails necessários à orientação e/ou encaminhamento de alunos: secretaria, departamentos, coordenadores, professores e todos mais que se fizerem necessários.
- O coordenador de tutoria deverá criar uma página na plataforma Moodle UFJF destinada a troca de informação e interação entre tutores, professores e coordenadores.

O tutor precisa conhecer bem o curso em que está atuando. Limitar as informações, focando apenas no conteúdo em curso é um erro que pode gerar conflitos entre tutor e aluno. Se é o tutor o principal contato entre aluno/curso, este precisa se munir de elementos que permitam encaminhamento e orientação dos estudantes. Entendemos que cabe ao coordenador de tutoria a tarefa de promover a formação do tutor dentro de cada departamento a fim de apresentar ao mesmo as especificidades, público alvo, objetivos e características do curso, entre outros constituintes. Muitas vezes o tutor recebe apenas a proposta da disciplina em curso (e não sua ementa) e inicia sua atuação.

O documento norteador do curso, o PPP, é invariavelmente desconhecido pela maioria dos tutores dos cursos. Organizar encontros mensais durante todo o curso, com duração de duas horas cada, entre coordenação, professores e tutores para discutir o PPP, proporcionar momentos nos quais haja troca de experiências e estudos que possibilitem, inclusive, apontar demandas de formação para que a equipe de tutores, deve ser um dos focos da proposta de formação continuada. Ressaltamos que no ano de 2012, o PPP da licenciatura em Pedagogia foi revisto em uma ação conjunta, de forma colegiada, que reuniu tutores, coordenadores e professores do curso.

Buscar parcerias com outras coordenações que apresentam experiências positivas é outro instrumento que pode compor a agenda de formação de cada curso.

3.3 AÇÃO 3: UMA DISCUSSÃO QUE NÃO PODE MAIS SER ADIADA: COMO A UFJF PERCEBE O PAPEL DO TUTOR

A despeito de relações trabalhistas, de vínculo e/ou de aspectos legais, esta Universidade é composta por profissionais comprometidos. Como uma instituição formadora, repleta de projetos sociais, que busca a inclusão de todos através de diferentes ações, que em seu discurso indica seu compromisso e responsabilidade para a qualidade social da educação, pode continuar ignorando que os tutores que nela atuam estão à margem de todas as suas propostas e benefícios?

Verificamos que o trabalho do tutor é composto de uma série de responsabilidades e exigências. É obrigatório estar presente na plataforma todos os dias – inclusive aos fins de semana e feriados -; é preciso responder ao aluno em até 24 horas; a carga horária estipulada de 20 horas semanais é insuficiente para atender ao número de alunos e às demandas de cada curso: atender na plataforma, corrigir tarefas, elaborar atividades e avaliações, participar de reuniões. Muitos assumem a função docente na plataforma (de acordo com os relatos dos tutores muitos professores não acompanham as turmas e não respondem suas dúvidas); e muitos alunos exigem dedicação exclusiva do tutor, não compreendendo bem sua real função.

Nesse contexto, o mínimo que se espera é a inclusão do tutor nas dependências desta instituição. Acesso à biblioteca, ao transporte e ao restaurante universitário. Se traz a EaD uma proposta de inclusão social, os tutores (sujeitos fundamentais nesta proposta) estão excluídos deste processo.

Com o objetivo de alterar a realidade apresentada, o Cead deverá convocar a comunidade acadêmica para discussão/revisão dos seguintes aspectos no contexto da UFJF:

- Refletir sobre as condições de trabalho precarizadas dos tutores e aspectos excludentes observados na UFJF.

- Regular o acesso dos tutores à Biblioteca, ao RU e ao transporte universitário.
- Verificar as condições de transporte, hospedagem e pagamento de diárias oferecidas aos tutores que viajam aos polos nos encontros presenciais.

Cabe ressaltar ainda que alguns professores e coordenadores de curso (servidores efetivos da UFJF) que atuam no Projeto UAB indicaram que não têm contabilizadas as horas de trabalho no referido projeto em suas 40 horas de trabalho semanais (dedicação exclusiva) na Universidade. É preciso refletir sobre este aspecto: se a UFJF abraçou o Projeto UAB, como seus profissionais não podem incluir as horas de trabalho no mesmo em sua carga horária semanal? Talvez este fato possa influenciar na atuação/acompanhamento do professor em turmas de EaD, com conseqüente sobrecarga de trabalho/responsabilidade do tutor.

Ressaltamos que esta é uma decisão institucional, colegiada, e deve ser amplamente divulgada na UFJF. Tal ação se faz necessária por verificarmos que se trata de uma política institucional em que ações isoladas – como vem ocorrendo atualmente – não são suficientes para uma proposta de formação que atenda de fato ao Referencial de Qualidade para Educação a Distância e a constatação de fatores de exclusão do tutor no contexto da UFJF explicitados no item 2.7.

Quadro 13 – Ações relacionadas a inclusão social e acadêmica de tutores na UFJF

O quê?	Melhoria das condições de trabalho do tutor.
Quem?	Comunidade acadêmica da UFJF através do Cead.
Quando?	Início em agosto de 2015.
Como?	Instituindo a Comissão para EaD na UFJF – a organização ficará a cargo do Cead. Verificando a base legal das proposições. Criando fóruns de discussão.
Por quê?	Inclusão social dos tutores na UFJF.
Quanto?	Sem custos previstos.

Fonte: Elaborado pela autora

Para realização das propostas indicadas no quadro 13 é necessário o envolvimento do Cead, assim como dos departamentos e da Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD) que, de acordo com informações disponibilizadas no portal PROGRAD/UFJF

[...] tem a missão de coordenar, juntamente com as Unidades de Acadêmicas e com o Conselho Setorial de Graduação (CONGRAD), a **formulação e implementação de políticas para o ensino de graduação** na Universidade Federal de Juiz de Fora. É também a instância encarregada pelo gerenciamento acadêmico e **desenvolvimento de programas e projetos voltados para os cursos de graduação. Seu principal objetivo é criar condições favoráveis ao fortalecimento da qualidade acadêmica dos cursos oferecidos pela UFJF** (PROGRAD/UFJF, s.d, s.p, grifos nossos)

O primeiro passo para a institucionalização de fato da Educação a Distância nesta Universidade é a formação de uma Comissão para a EaD na UFJF.

A Comissão deverá ser formada por iniciativa do Cead, divulgando-se a proposta nos departamentos da UFJF (solicitando a participação dos interessados) e deverá contar a representação da PROGRAD, de coordenadores de curso e de tutoria, de professores com experiência relevante em EaD, tutores em atuação, especialistas/estudiosos da área em questão (da UFJF e/ou convidados), TAEs, profissionais do Cead e demais autoridades da UFJF que se fizerem necessárias para o empreendimento desta ação.

Tendo em vista que o Cead assessora hoje 16 cursos na modalidade EaD, entre graduação e pós-graduação, e que é desejável que os participantes venham de diferentes departamentos a fim de se garantir a representatividade de todos os cursos em andamento, esta Comissão será formada por: coordenadores de curso e tutoria; professores atuantes na EaD/UFJF; especialistas em EaD; tutores com maior tempo de atuação na UFJF indicados por seus pares; TAEs com experiência e conhecimento em EaD, profissionais lotados no Cead e representantes da PROGRAD.

O Cead enviará à PROGRAD e aos departamentos a proposição para formação da Comissão. Cada departamento deverá divulgar a proposta e eleger/indicar os membros que farão parte da mesma. Esta Comissão será

formada por: 02 coordenadores de curso, 02 coordenadores de tutoria; 04 professores atuantes na EaD/UFJF; 03 especialistas em EaD; 04 tutores com maior tempo de atuação na UFJF indicados por seus pares; 03 TAEs com experiência e conhecimento em EaD; 04 profissionais lotados no Cead e 02 profissionais lotados na PROGRAD. Justificamos o quantitativo apresentado no intuito de garantir a representatividade de todos os segmentos e profissionais que fazem parte da EaD desta universidade bem como reunir em discussão diferentes aspectos (legais, metodológicos e pedagógicos), experiências e conhecimento específico que possam sustentar/embasar as proposições desta comissão.

Depois de formada a Comissão, em reunião própria, definir-se-á quem a presidirá (bem como os outros membros necessários a uma comissão) e deverá ser elaborado um estatuto explicitando natureza e propósito, cronograma de reuniões, funções e atribuições bem como demais aspectos que se julgar pertinentes.

Esta Comissão deverá verificar a base legal das propostas e realizar fóruns de discussão colegiados assim como criar eventos internos – que poderão ser expandidos posteriormente – em que a comunidade acadêmica da UFJF possa expressar sua posição sobre o tema, além de contar também com outros pesquisadores sobre o tema convidados a participar das discussões. Serão realizados dois encontros mensais, entre os meses de outubro e dezembro de 2015, com duração de três horas cada, na sala de demonstração da Faculdade de Educação, que possui capacidade para 90 pessoas e sistema de som e data show.

Finda esta a primeira etapa, o Cead promoverá um seminário para suscitar o debate sobre o tema. O seminário será realizado em um dia com oito horas de duração - divididas em dois momentos de quatro horas cada -, no Anfiteatro 1 do Instituto de Ciências Humanas (ICH) da UFJF – que possui capacidade para 200 pessoas e sistema de som e data show - e será organizado de acordo com o exposto no quadro abaixo.

Quadro 14 – Programação do Seminário

Programação	
1º Seminário para implementação de uma política de inclusão de tutores na UFJF	
Local: Instituto de Ciências Humanas – ICH Data: a ser definida	
Horário	1º momento – de 8:00h às 12:00h
8:00	Credenciamento
8:30	Mesa de abertura - Apresentação dos temas Responsável: Cead
9:30	Simpósio - Refletindo sobre as condições de trabalho precarizadas dos tutores e aspectos excludentes observados na UFJF Orador: a ser definido
10:00	Coffe Break
10:30	Simpósio - Refletindo sobre as condições de trabalho precarizadas dos tutores e aspectos excludentes observados na UFJF Tema 1 - O acesso dos tutores à Biblioteca, ao RU e ao transporte universitário Orador: a ser definido
11:30	Debate aberto ao público
12:00	Intervalo
Horário	2º momento – de 13:30h às 17:30h
13:30	Simpósio - Refletindo sobre as condições de trabalho precarizadas dos tutores e aspectos excludentes observados na UFJF Tema 2 - Condições de transporte, hospedagem e pagamento de diárias oferecidas aos tutores que viajam aos polos nos encontros presenciais Orador: a ser definido
14:30	Debate aberto ao público
15:30	Coffe Break
16:00	Mesa redonda – Inclusão do tutor na UFJF Coordenador da mesa: a ser definido Participantes: a ser definido
17:00	Encerramento

Fonte: Elaborado pela autora

O *coffe break* poderá ser realizado com recursos disponíveis oriundos do Cead, dos departamentos e da PROGRAD para a realização de seminários e de eventos.

Caberá ao Cead, através do Portal Cead, de emails institucionais, da rádio Cead, como também através de pop-ups, folders, painel eletrônico e demais meios de comunicação/divulgação disponíveis, fazer a chamada da comunidade acadêmica para participação no Seminário que deverá ocorrer entre janeiro e abril de 2016.

Ainda como parte das proposições, deverá ser utilizado o web site do Cead - em link específico - como canal de comunicação para publicação das propostas discutidas, levantamento de demandas, participação da comunidade acadêmica e abordagem de quaisquer outras temáticas pertinentes que se fizerem necessárias . A Comissão será encarregada de fazer a atualização, mediação e acompanhamento da página.

As ações de divulgação e comunicação não geram custos pois a estrutura necessária já está em funcionamento.

O reconhecimento institucional da necessidade de se discutir a EaD no contexto da UFJF e a mobilização de toda a comunidade acadêmica, através da iniciativa da PROGRAD e do Cead, são imprescindíveis para a implementação desta proposta.

Aspectos da gestão acadêmica da EaD devem ser incluídos nas discussões propostas.

O parecer/documento final elaborado a partir das ações realizadas por esta Comissão deverá ser amplamente divulgado e poderá se tornar um referencial nacional para a EaD tendo em vista a escassez de pesquisas, estudos e ações no que se refere a inclusão social e acadêmica de tutores nas universidades brasileiras.

O PAE aqui proposto, explicitado em um conjunto de ações, deverá promover mudanças significativas na estrutura e organização da EaD na UFJF. As propostas aqui delineadas não assumem caráter prescritivo, devendo ser inseridas em um contexto mais amplo de discussão da UFJF.

Considerações finais

A presente dissertação teve como objetivo analisar os processos de formação e capacitação de tutores no contexto da UFJF. Apresentou-se um Plano de Ação Educacional em que se destacou elementos norteadores com o propósito de auxiliar a implementação de uma política de formação de tutores na UFJF.

A motivação para esta pesquisa surgiu em decorrência da necessidade de se tentar encontrar diretrizes que sustentassem a função de tutoria na UFJF. Os diferentes momentos e experiências na EaD da UFJF se mostraram muito distintas, indicando uma possível fragmentação de objetos, conceitos e propostas da modalidade a distância nesta Universidade.

Aspectos gerais da precarização e exclusão social do tutor no contexto da UFJF somaram-se às questões iniciais. Postos à margem da sociedade acadêmica da UFJF, estes excluídos “existem”, e disso não pode haver dúvidas. Afinal, são estes profissionais que interagem com os alunos durante todo o curso.

Mas, na condição de “bolsista”, não ocupa espaço da mídia e muito menos nas discussões acadêmicas. As condições precarizadas de trabalho do tutor (alvo de alguns estudos que não representam impacto) não são reconhecidas pois, legalmente, estamos tratando de uma bolsa de estudos concedida à professor pesquisador, não de trabalho.

O primeiro capítulo apresentou a história da Educação a Distância, o desenvolvimento da EaD no Brasil e no contexto da UFJF, a legislação pertinente, bem como os cursos de graduação que são oferecidos nesta modalidade através do Projeto UAB/UFJF.

No capítulo 2, conceituou-se o termo tutor, apresentou-se a função de tutoria na EaD. Houve destaque para a importância e a significação da formação do tutor, além de ter discorrido sobre a tutoria na UFJF, buscando estabelecer um diálogo com a opinião dos teóricos e pesquisadores sobre o tema, dentre eles, Paula (2008), Bruno e Lemgruber (2009), Bernal (2008), Bortolozzo (2009), Mill (2007), Gatti e Barreto (2009) Costa e Rausch (2012), Tavares (2011). Ainda neste capítulo, fizemos a apresentação e análise dos resultados da pesquisa de campo. Também foram visitadas experiências relacionadas com o temática *formação do tutor* e percebeu-se que iniciativas isoladas ainda predominam na

tentativa de encontrar um caminho para esta modalidade. O fato de que a função de tutoria não ser reconhecida como categoria profissional certamente dificulta todo e qualquer estudo relacionado com a formação deste ator, assim como as especificidades da função.

No capítulo 3, foi apresentado um plano de ação. Porém ressaltamos que trata-se de um plano de abordagem sugestiva, reconhecendo-se que podem ocorrer alguns entraves para a concretização desta proposta de implementação de política de formação para tutores por se tratar de uma decisão institucional, embora represente uma oportunidade de promover e consolidar a EaD na UFJF com a mesma qualidade dos cursos oferecidos na modalidade presencial.

As ações propostas no PAE foram pensadas a partir de toda a análise realizada e relacionam-se às necessidades observadas. Assim, a decisão colegiada de se instituir uma política de formação inicial e continuada de tutores, bem como a inclusão social deste ator no contexto da UFJF, não se esgota nesta pesquisa que propõe o início de um processo de reestruturação da EaD.

Considerou-se a legitimidade das questões apresentadas, sabendo-se, no entanto, que a implementação de qualquer política responde a um conjunto de interesses e de relações de poder.

O estudo também revelou que a UFJF não possui um acervo histórico sistematizado e disponível para consulta no que tange a modalidade EaD. As primeiras ações estão sub-registradas nos departamentos, mas também não sistematizadas e organizadas. Os registros e dados precisam ser devidamente registrados e catalogados, pois fazem parte da história desta universidade. Este aspecto pode ser considerado relevante para motivar estudos futuros.

Porém, ressaltamos a discussão proposta não se esgota nesta pesquisa, e que, de fato, deve-se buscar meios legais e institucionais a fim de que a função de tutoria seja reconhecida como docente. As dificuldades aqui apresentadas nos permitem dizer que as universidades devem institucionalizar – em seu quadro permanente – a atividade delegada ao tutor na função de professor-assistente ou similar.

Esta premissa se baseia no fato de que a expansão e alcance da EaD se constituem em um caminho sem volta. Mais do que isso, o adiamento desta ação pode não só comprometer como ampliar as questões discutidas nesta pesquisa.

REFERÊNCIAS

ABED. **Anuário Brasileiro Estatístico de Educação Aberta e a Distância**, 2005 / Coordenação Fábio Sanchez. 1. ed. São Paulo : Instituto Monitor, 2005. Disponível em: http://www.abed.org.br/site/pt/midioteca/censo_ead/1065/2010/11/anuario_abraead_2005. Acesso em: 10 de fevereiro de 2015.

ALVES, Lucineia. **Educação a distância: conceitos e história no Brasil e no mundo**. In: **Revista Científica da Associação Brasileira de Educação a Distância**. V. 10, 2011, p. 83-92. Disponível em: http://www.abed.org.br/revistacientifica/Revista_PDF_Doc/2011/Artigo_07.pdf. Acesso em: 28 de agosto de 2014.

ARAGÃO, Cláudia Regina Dantas. **A interatividade na prática pedagógica da EAD online: um estudo de caso no curso Comunidades de aprendizagem e ensino online**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade. Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Salvador, 2004. Disponível em: <http://www.uneb.br/revistadafaeeba/files/2011/05/numero22.pdf> Acesso em: 28 de agosto de 2014.

_____, Cláudia Regina Dantas. **Educação a Distância**. Contextualização da EaD. Disponível em: <http://followscience.com/content/316883/educacao-a-distancia-ead#sthash.115wTUGW.dpuf> Acesso em: 08 de setembro de 2014.

BELLONI, Maria Luiza. **Educação a Distância**. Campinas: Autores Associados, 1999.

BERNAL. Edith González. **Formação do tutor para a educação a distância: fundamentos epistemológicos**. In: **Eccos Revista Científica**, vol. 10, núm. 1, janeiro-junho, 2008, pp. 55-88. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=71510104> Acesso em: 25 de agosto de 2014.

BORTOLOZZO, Ana Rita Serenato. BARROS, Gilian Cristina. MOURA, Leda Maria Corrêa. **Quem é e o que faz o professor-tutor**. IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia, 26 a 29 de outubro de 2009 – PUCPR. Disponível em: <http://www.portugues.seed.pr.gov.br/arquivos/File/ead/ana.pdf> Acesso em: 04 de outubro de 2014.

BRASIL. **Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005**. Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/dec_5622.pdf Acesso em: 04 de setembro de 2014.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 20 de dezembro de 1996.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm Acesso em: 08 de setembro de 2014.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 20 de dezembro de 1961.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm Acesso em: 08 de fevereiro de 2014.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 11 de agosto de 1971.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm Acesso em: 08 de fevereiro de 2014.

_____. **Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007.** Altera dispositivos dos Decretos nºs 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 5.773, de 9 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e seqüenciais no sistema federal de ensino. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6303.htm#art1 Acesso em: 08 de setembro de 2014.

_____. **Decreto nº 5.786, de 24 de maio de 2006.** Dispõe sobre os centros universitários e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5786.htm Acesso em: 09 de setembro de 2014.

_____. **Decreto nº 5.773, de 09 de maio 2006.** Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e seqüenciais no sistema federal de ensino. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5773.htm Acesso em: 15 de fevereiro de 2015.

_____. **Decreto n.º 6755 de 29 de janeiro de 2009.** Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES no fomento a programas de formação inicial e continuada, e dá outras providências Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6755.htm Acesso em: 16 de fevereiro de 2015.

_____. **Parecer 195 CNE/CES, de 13 de setembro de 2007.** Trata das Diretrizes para a elaboração, pelo INEP, dos instrumentos de avaliação para credenciamento de Instituições de Educação Superior. Disponível em: portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/pces195_07.pdf Acesso em: 27 de fevereiro de 2015.

_____. **Portaria n.º 301, de 07 de abril de 1998.** Normatiza os procedimentos de credenciamento de instituições para oferta de cursos na modalidade EaD. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/port301.pdf> Acesso em: 12 de fevereiro de 2015.

_____. UAB. **Universidade Aberta do Brasil**. Disponível em: http://uab.capes.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=74&Itemid=50 Acesso em: 23 de setembro de 2014.

_____. **Resolução CD/FNDE nº 8, de 30 de abril de 2010**. Altera os incisos I a V do art. 9º, o § 1º do art. 10 e o item 2.4 do Anexo I da Resolução/CD/FNDE nº 26, de 5 de junho de 2009, que estabelece orientações e diretrizes para o pagamento de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes da preparação e execução dos cursos dos programas de formação superior, inicial e continuada no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/resolucoes/item/3390-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-8-de-30-de-abril-de-2010> Acesso em: 23 de setembro de 2014.

_____. **Resolução CD/FNDE n.º 42, de 4 de novembro de 2013**. Estabelece orientações e diretrizes para o pagamento de bolsas a estudantes de graduação e a professores tutores no âmbito do Programa de Educação Tutorial. Disponível em: https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_tipo=RES&num_ato=00000042&seq_ato=000&vlr_ano=2013&sgl_orgao=CD/FNDE/MEC. Acesso em: 25 de janeiro de 2015.

_____. **Resolução CD/FNDE n.º 49, de 10 de setembro de 2009**. Estabelece orientações e diretrizes para o apoio financeiro às instituições de ensino participantes do Sistema Universidade Aberta do Brasil. www.uab.capes.gov.br/images/stories/downloads/legislacao/resolucao_fnde_492009.pdf

_____. **Resolução MEC n.º 01 de 08 de junho de 2007**. Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação lato sensu, em nível de especialização. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces001_07.pdf Acesso em: 27 de junho de 2015.

_____. UAB. Anexo I. **Manual de Atribuições dos Bolsistas**. Disponível em: http://www.unesp.br/uab/mostra_arq_multi.php?arquivo=9215 Acesso em: 24 de setembro de 2014.

BRUNO, Adriana Rocha. **Aprendizagem do educador: estratégias para a construção de uma Didática on-line**. Tese de Doutorado. PCUSP, 2007.

_____. Adriana Rocha, Lemgruber, Márcio Silveira. **A dialética professor-tutor na educação online: o curso de pedagogia-uab-ufjf em perspectiva**. III ENCONTRO NACIONAL SOBRE HIPERTEXTO Belo Horizonte, MG – 29 a 31 de outubro de 2009.

_____. Adriana Rocha. TEIXEIRA, Beatriz de Basto. **Inclusão social, inclusão digital: o curso de Pedagogia a distância da Faculdade de Educação – um casobrasileiro**. Disponível em:

<http://www.ufjf.br/revistaedufoco/files/2012/10/Inclus%C3%A3o-social-inclus%C3%A3o-digital-o-curso-de-pedagogia-a-dist%C3%A2ncia-da-Faculdade-de-Educa%C3%A7%C3%A3o-um-caso-Brasileiro.pdf> Acesso em: 27 de fevereiro de 2015.

CAEd. **Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação**. Disponível em: <http://www.formacao.caedufjf.net/mestrado-profissional/linhas-de-pesquisa/> Acesso em: 28 de setembro de 2014.

CEAD. Resolução do Cead nº 01/2010. **Regulamenta a pós-graduação lato sensu nas modalidades semipresencial e à distância**. Disponível em: http://www.cead.ufjf.br/wp-content/uploads/2010/12/media_documentos_resoluo_gpmi.pdf Acesso em: 09 de setembro de 2014.

_____. **Bacharelado em Administração Pública**. Disponível em: <http://www.cead.ufjf.br/?p=44> Acesso em: 25 de setembro de 2014.

_____. **Licenciatura em Computação**. Disponível em: <http://www.cead.ufjf.br/?p=1160> Acesso em: 25 de setembro de 2014.

_____. **Licenciatura em Educação Física**. Disponível em: <http://www.cead.ufjf.br/?p=2699>. Acesso em: 25 de setembro de 2014.

_____. **Licenciatura em Física**. Disponível em: <http://www.cead.ufjf.br/?p=182> Acesso em: 25 de setembro de 2014.

_____. **Licenciatura em Matemática**. Disponível em: <http://www.cead.ufjf.br/?p=101>. Acesso em: 25 de setembro de 2014.

_____. **Licenciatura em Pedagogia**. Disponível em: <http://www.cead.ufjf.br/?p=100>. Acesso em: 25 de setembro de 2014.

_____. **Licenciatura em Química**. Disponível em: <http://www.cead.ufjf.br/?p=99>. Acesso em: 25 de setembro de 2014.

CLARO, Tatiana. Saberes docentes na educação Online. Disponível em: <http://www.abed.org.br/congresso2010/cd/252010235515.pdf>. Acesso em: 06 de dezembro de 2014.

COSTA, Leandro Jorge Duclos da. **Corpo e movimento na modalidade online: limites e possibilidades**. 2008. 103p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estácio de Sá - Educação, Rio de Janeiro, 2008.

COSTA, Sirlene Fabris. RAUSCH, Rita Buzzi. **Dilemas de professores tutores iniciantes na educação a distância**. Olhar de professor, Ponta Grossa, 15(2): 315-335, 2012. Disponível em: <http://www.uepg.br/olhardeprofessor> Acesso em 14/06/2014.

FARIA, Adriano. SALVADORI, Ângela. **A educação a distância e seu movimento histórico no Brasil.** *Revista das Faculdades Santa Cruz*, v. 8, n. 1, janeiro/junho 2010. Disponível em: <http://iesp-rn.com.br/ftp/iesp/ Disciplinas%20PROISEP/M%F3dulo%204/EDUCA%C7%C3O%20%C0%20DIST%C2NCIA/Texto%205%20-%20Educacao-a-distancia-e-seu-movimento-historico-no-brasil.pdf> Acesso em: 09 de setembro de 2014.

GATTI, Bernadete Angelina. BARRETTO, Elba Siqueira de Sá. **Professores do Brasil: impasses e desafios.** Brasília, 09 de setembro de 2009. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001846/184682por.pdf> Acesso em: 07 de novembro de 2014.

GUAREZI. R. C. M; MATOS, M. M. **Educação a distância sem segredos.** Curitiba: Ibpex, 2009.

GUAREZI. Rita de Cássia. PEZZI, Silvana. BÁRCIA, Ricardo Miranda. **Tecnologia e Andragogia: aliadas na educação a distância** Tema: Gestão de Sistemas de Educação a Distância, 2005. Disponível em: http://www.abed.org.br/site/pt/midioteca/textos_ead/698/2005/11/tecnologia_e_an_dragogia_aliadas_na_educacao_a_distancia_tema_gestao_de_sistemas_de_educacao_a_distancia_Acesso em: 24 de agosto de 2014.

HERMIDA, Jorge Fernando. BONFIM, Cláudia Ramos de Souza. **A Educação à Distância: história, concepções e perspectivas.** *Revista HISTEDBR On-line* e, Campinas, n. especial, p.166–181, ago 2006 ISSN: 1676-2584. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/art11_22e.pdf. Acesso em: 05 de novembro de 2014.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Matrículas no ensino superior crescem 3,8%.** Censo da Educação Superior. 09 de setembro de 2014. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/visualizar/-/asset_publisher/6AhJ/content/matriculas-no-ensino-superior-crescem-3-8 Acesso em: 07 de novembro de 2014.

IFRO. Edital 01/2013. **Processo Seletivo para seleção de tutor a distância.** Disponível em: <http://www.ifro.edu.br/site/wp-content/uploads/2011/10/editalEAD.pdf> Acesso em: 22 de junho de 2015.

INSTITUTO MONITOR. Disponível em: <http://www.institutomonitor.com.br/Quem-somos.aspx> Acesso em: 08 de setembro de 2014.

KRAMER, Érika A. et. al. **Educação a Distância: da teoria à prática.** Porto Alegre: Alternativa. 1999

LIMA, Artemilson Alves de. **O que é Educação a Distância**. Curso Técnico em Segurança do Trabalho. V. 03. Disponível em: http://redeetec.mec.gov.br/images/stories/pdf/eixo_amb_saude_seguranca/tec_seguranca/educ_dist/291012_edu_dist_a03.pdf Acesso em 02/09/2014.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Cortez Editora, 1994.

MUGNOL, Marcio. **A educação a Distância no Brasil: conceitos e fundamentos**. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 9, n. 27, p. 335-349, maio/ago. 2009. Disponível em: <http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/dialogo?dd1=2738&dd99=view&dd98=pb>. Acesso em: 05 de novembro de 2014.

MEC. **Corpo docente de instituições**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14384&Itemid=527#corpo_docente_de_instituicoes Acesso em 09/09/2014.

_____. **Cartilha Qualidade da Educação Superior: avaliação, regulação e supervisão**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12498&Itemid=820 Acesso em 09/09/2014.

_____. **Referenciais de qualidade para educação superior a distância: versão preliminar**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/referenciaisead.pdf> Acesso em 02 de setembro de 2014.

_____. **Instrumento de Credenciamento Institucional para oferta de Educação a Distância**. Disponível em: portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/pces197_07 Acesso em: 12 de janeiro de 2015.

_____. **Diretrizes Curriculares, Cursos de Graduação**. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=12991:diretrizes-curriculares-cursos-de-graduacao Acesso em: 12 de janeiro de 2015.

_____. **Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/livro.pdf> Acesso em: 03 de fevereiro de 2015.

MILL, Daniel. BRITO, Nara D. Silva, Aparecida Ribeiro da. ALMEIDA, Leandro Fagner. **Gestão da Educação a Distância (EaD): noções sobre planejamento, organização, direção e controle da EaD**. Disponível em: http://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/vertentes/Vertentes_35/daniel_mill_e_outros.pdf. Acesso em: 12 de janeiro de 2015.

_____, Daniel. BRITO, Nara D. Silva. **Gestão da Educação a Distância: Origens e Desafios.** São Carlos, SP —05/2009. Disponível em: <http://www.abed.org.br/congresso2009/CD/trabalhos/652009145737.pdf> Acesso em: 15 de janeiro de 2015.

MINATTI, Zuleide Demetrio. THOMÉ, Nilson. **A formação do professor para atuação em EaD nos cursos de pedagogia de Santa Catarina.** IX Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul. ANPED. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1791/561> Acesso em: 09 de setembro de 2014.

MORAN, José Manuel. **O que é Educação a Distância.** Disponível em: <http://tvbrasil.ebc.com.br/> Acesso em: 10 de setembro de 2014.

NEVES, Sander. GONÇALVES, Carolina. **Educação a Distância: avanços históricos e legislação brasileira.** Revista Tecer - Belo Horizonte – vol. 6, nº 10, maio de 2013. Disponível em: <http://pe.izabelahendrix.edu.br/ojs/index.php/tec/article/view/381/346> Acesso em: 02 de setembro de 2014.

OLIVEIRA, Maria Estela de. **Docência online no ensino superior: o desafio da formação de professores.** 140p. Dissertação (Mestrado) Universidade Estácio de Sá - Educação. Rio de Janeiro, 2008.

PARANÁ. **Secretaria de Estado da Educação.** Superintendência da Educação. Diretoria de Tecnologias Educacionais. P111. Tutoria em EAD / Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Diretoria de Tecnologias Educacionais. – Curitiba : SEED – Pr., 2010. - 20 p. – (Cadernos temáticos). Disponível em: <http://www.educacao.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=36> Acesso em: 12 de fevereiro de 2015.

_____. **Tutoria em EaD.** Série Cadernos Temáticos. Coordenação de Educação a Distância da Seed/Pr. http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CDcQFjAA&url=http%3A%2F%2Fportaldoprofessor.mec.gov.br%2Fstorage%2Fmat%2F0000015329.pdf&ei=a-_RVPLZIo7SggS71YCgCg&usg=AFQjCNEedFM3hnQR4zvjG01DsbXCrl6WA&bvm=bv.85076809,d.cWc Acesso em: 12 de fevereiro de 2015.

PAULA, Alessandra. SILVA, Denise Queirolo da. CASTANHEIRA, Nelson Pereira. SELEME, Robson. **Educação superior tecnológica na modalidade a distância: análise e perspectiva.** Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: http://www.abepro.org.br/biblioteca/enegep2008_tn_stp_078_545_11429.pdf Acesso em: 12 de janeiro de 2015.

PRADO, Maria Elisabette B.B. **Estratégias de Orientação para a prática do professor no contexto da Educação a distância.** Revista E-Curriculum, São Paulo, v. 4, n.2, p. 01-15, jun 2009. Disponível em

<<http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/issue/view/250>>. Acesso em 17 de agosto de 2015.

PORTAL **CAPES**. Disponível em: http://www.uab.capes.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=9&Itemid=21 Acesso em 24 de setembro de 2014.

PORTAL **CEAD**. Disponível em: Cead. <http://www.cead.ufjf.br/?p=284> Acesso em: Acesso em 02 de setembro de 2014.

RÁDIO MEC. Disponível em: <http://www.soarmec.com.br/indexmec.htm> Acesso em: 08 de setembro de 2014.

REIS, Hiliana. **Modelos de tutoria no ensino a distância**. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/reis-hiliana-modelos-tutoria-no-ensino-distancia.pdf> Acesso em: 22 de setembro de 2014.

RIO DE JANEIRO, **Tribunal de Justiça do Trabalho da 1ª Região**, 0000451-75.2012.5.01.0026 - RTOrd, Relator: Des. Marcos Cavalcante, 2012. Disponível em: <http://bd1.trt1.jus.br/xmlui/bitstream/handle/1001/441815/00004517520125010026%2319-11-2012.pdf?sequence=1> Acesso em: 25 de agosto de 2014.

SILVA, Marco. Criar e professorar um curso online: relato de experiência. 2009. Disponível em: http://www.saladeaulainterativa.pro.br/livro_eduonline_apresentacao.htm Acesso em: 13 de abril de 2015.

SANTOS, Edméa. **Educação online para além da ead: um fenômeno da cibercultura**. Actas do X Congresso Internacional Galego-Português de Psicopedagogia. Braga: Universidade do Minho, 2009. Disponível em: <http://www.educacion.udc.es/grupos/gipdae/documentos/congreso/xcongreso/pdfs/t12/t12c427.pdf>. Acesso em: 06 de dezembro de 2014.

TAVARES, Erica Alves Barbosa Medeiros. **Olhares e vozes de tutores sobre o ser tutor**. Dissertação de Mestrado em Educação – Universidade Federal de Juiz de Fora, 2011.

TOLENTINO, Joana. TADDEI, Paulo Mendes. **Teoria geral de Carl Rogers**. Disponível em: <http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/educacao/0046a.html> Acesso em: 11 de novembro de 2014.

UAB. Universidade Aberta do Brasil. **Manual de Atribuições dos Bolsistas**. Disponível em: https://www.fnnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_tipo=RES&num_ato=00000026&seq_ato=000&vlr_ano=2009&sgl_orgao=CD/FNDE/MEC Acesso em: 09 de setembro de 2014.

UnB. Edital 02/2015. **Processo Simplificado para seleção de tutores a distância do curso de Licenciatura em Pedagogia.** Disponível em: http://www.ead.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=134&Itemid=129&id2=177&ano=2015 Acesso em: 22 de junho de 2015.

UFJF. **Portaria 1.105, de 28 de setembro de 1998.** Aprova as alterações do Estatuto da Universidade Federal de Juiz de Fora. Disponível em: <http://www.ufjf.br/portal/files//2009/01/estatuto.pdf> Acesso em: 09 de setembro de 2014.

_____. **Regimento Geral.** Disponível em: http://www.ufjf.br/portal/files//2009/01/regimento_geral1.pdf Acesso em: 09 de setembro de 2014.

_____. **História da UFJF.** Disponível em: <http://www.ufjf.br/seminarionacionalseguranca/historia-da-ufjf/> Acesso em: 09 de setembro de 2014.

_____. **Licenciatura em Letras-Português e respectivas literaturas.** Disponível em: <http://www.ufjf.br/faclet/files/2013/05/Matriz-curricular-licenciatura-Portugu%C3%AAs.pdf> Acesso em: 02 de setembro de 2014.

_____. **Licenciatura em Pedagogia.** Disponível em: <http://www.ufjf.br/pedagogia/curriculos-ativos/grade-curricular/?CodCurso=17A&CodCurriculum=12008&Ano=2008&Semestre=1> Acesso em: 02 de setembro de 2014.

_____. **Licenciatura em Matemática.** Disponível em: <http://www.ufjf.br/matematica/files/2014/02/9-Grade-Lic-Matem%C3%A1tica-Jan-2011.pdf> Acesso em: 02 de setembro de 2014.

_____. **Licenciatura em Geografia.** Disponível em: <http://www.ufjf.br/geografia/files/2014/08/2014.pdf> Acesso em: 02 de setembro de 2014.

_____. **Licenciatura em História.** Disponível em: <http://www.ufjf.br/historia/graduacao/licenciatura/> Acesso em: 02 de setembro de 2014.

UFP. **Resolução 49/2014 da Universidade Federal da Paraíba.** Regulamenta o Programa de Tutoria. Disponível em: http://www.ufpb.br/sods/consepe/resolu/2014/Rsep49_2014.pdf Acesso em: 22 de junho de 2015.

UFSM. **Guia de tutores.** 2011. Disponível em: http://nte.ufsm.br/moodle2_UAB/pluginfile.php/32131/mod_page/content/22/guia_tutores_uab_ufsm_2sem_2011.pdf Acesso em: 22 de junho de 2015.

UNESCO. **Programa de Cátedras UNESCO e Redes UNITWIN no Brasil.** Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/this-office/networks/unesco-chairs-programme/> Acesso em 08 de setembro de 2014.

UNESCO. **Educação. Um Tesouro a Descobrir.** Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. Editora Cortez. São Paulo, 1996.

VALENTE, José Armando. **Diferentes abordagens de educação a distância. Fórum Permanente de Desafios do Magistério - Trabalho Docente e Educação a Distância.** 2009. Disponível em <<http://www.proinfo.gov.br/upload/biblioteca.cgd/195.pdf>>. Acesso em 19 de agosto de 2015.

VIDAL, Eloísa Maia. José Everardo Bessa Maia. **Introdução à Educação a Distância.** RDS Editora. 2010. Disponível em: <http://www.fe.unb.br/catedraunescoead/areas/menu/publicacoes/livros-de-interesse-na-area-de-tics-na-educacao/introducao-a-educacao-a-distancia> Acesso em: 02 de setembro de 2014.

APÊNDICE

1. MEC: Cartilha Qualidade da Educação Superior: avaliação, regulação e supervisão

Supervisão da graduação a distância

A supervisão dos cursos de graduação a distância foi iniciada pelo MEC em 2008, envolvendo principalmente instituições com grande número de alunos e que apresentavam denúncias questionando a qualidade dos cursos. Realizado com a participação de 400 avaliadores, o processo abrangeu inicialmente 38 instituições, que atendem a mais de 693 mil estudantes (81% do total de alunos matriculados nas 163 instituições credenciadas para a oferta de cursos de graduação a distância).

O Ministério da Educação também determinou a aplicação de medidas cautelares em nove instituições, que estão impedidas de realizar processo seletivo para ingresso de novos alunos em locais de oferta considerados irregulares, até o final da supervisão. O número estimado de ingressos suspensos é de mais de 20 mil vagas. Esse processo faz-se necessário porque a oferta de educação superior a distância é relativamente nova no Brasil e passou recentemente por um conjunto de mudanças, visando a garantir a qualidade de sua oferta – o que exigiu das instituições a implementação de uma série de itens considerados essenciais. Entre os critérios de qualidade destacam-se: um apropriado atendimento presencial e a distância ao estudante; **corpo docente com formação acadêmica e em número suficiente**; avaliação rigorosa da aprendizagem dos estudantes; total conexão com os alunos; controle acadêmico por parte da instituição; polos de apoio presencial com adequada infraestrutura (como biblioteca e laboratórios didáticos e de informática); e material didático com densidade de conteúdos condizente com o projeto pedagógico, entre outros aspectos.

A supervisão vem sendo realizada pela Secretaria de Educação a Distância com o apoio dos avaliadores de diferentes universidades, que realizam um diagnóstico da instituição, visitando os polos de apoio presencial e entrevistando os estudantes. Em seguida são estabelecidas, com as instituições, ações para sua adequação aos critérios de qualidade, por meio de um termo de saneamento de deficiências que tem prazo de um ano para ser executado, sob pena de descredenciamento.

A ação de supervisão resultou na descontinuidade de 3,8 mil pontos de oferta presencial irregulares. Uma instituição foi descredenciada para oferta de educação a distância e duas outras encontram-se em processo administrativo para descredenciamento. Diversas outras instituições aperfeiçoaram ou vêm aprimorando sua oferta, adequando-se aos critérios de qualidade.

Fonte: Cartilha Qualidade da Educação Superior: avaliação, regulação e supervisão.
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12498&Itemid=820

APÊNDICE A

Roteiro de Entrevista

Coordenador Acadêmico do Cead

1. Professor, qual o papel do Cead em relação a educação a distância na UFJF? Ao longo de sua criação, o Cead assessorou quantos cursos de Graduação? E quantos atende atualmente? Todos por meio do Projeto UAB?
2. Quantos tutores que atuam em cursos de graduação estão ligados ao Cead no momento, e quantos são presenciais e quantos são a distância?
3. Qual a diferença, na compreensão do Cead, entre os trabalhos realizados pelos tutores presenciais e pelos tutores a distância nos cursos de Graduação? De que forma estes dois profissionais atuam (ou não) como docentes e com a docência?
4. Qual o total de coordenadores de curso de graduação, na modalidade de EaD da UFJF? Há algum tipo de critério para assumir a coordenação destes cursos? Há formação específica em EaD para estes profissionais? Se sim, essa formação é ofertada por quem?
5. Tem o Cead um projeto de ensino/formação que se pretenda institucionalizador da modalidade à distância e que estabeleça diretrizes para a EaD na UFJF, incluindo seus pressupostos teóricos? Há alguma nova proposta em relação a formação deste ator?
6. Através da experiência no curso de Pedagogia, que tem um olhar diferenciado em relação aos demais cursos de graduação – especialmente com relação à formação de professores – há alguma proposta institucional para a formação de tutores na modalidade a distância na UFJF?
7. Você considera que a UFJF vem desenvolvendo de políticas que atendam às necessidades para a formação do tutor que atuará no EAD?
8. Verifico que os documentos (regimento e legislação) da UFJF encontrados não fazem menção à “figura” do tutor. Sabendo-se que é este ator quem muitas vezes representa a UFJF na EaD, seja nos encontros presenciais nos polos ou por meio da mediação online via plataforma Moodle, o Cead tem algum documento orientador e/ou normatizador desta função?
9. Como é visto o tutor pelo Cead? Além da legislação da UAB, existe algum documento interno que trate deste tema? Qual?
10. Todo tutor ao iniciar suas atividades como bolsista da UAB passa por capacitação inicial organizada pelo CEAD? Em que consiste hoje este programa de formação de tutores? Podemos dizer que há uma preocupação com a formação epistemológica deste colaborador?

11. Os registros encontrados até o momento indicam que a UFJF iniciou suas atividades na modalidade EaD a partir do ano de 2005, mas há indícios de que esta modalidade de ensino possivelmente já era utilizada anteriormente na universidade. O Cead tem registros do histórico da EaD na UFJF?

12. Qual a sua opinião sobre as condições de trabalho/formação para a tutoria?

APÊNDICE B

Roteiro de Entrevista

Coordenadores de curso/tutoria

1. Há quanto tempo o departamento de ... oferta o curso de licenciatura ou bacharelado na modalidade EaD?
2. Há quanto tempo você atua como coordenador (a) de curso e/ou tutoria?
3. Que experiências anteriores à coordenação deste curso você teve com a EaD (como aluno ou docente ou tutor etc)?
4. Você teve alguma formação específica para atuar na modalidade EaD? Que tipo de formação? O que você usa mais para suas aulas online?
5. Na sua visão, que conhecimentos um coordenador deve ter para atuar/coordenar cursos a distância? Como você avaliaria sua experiência na/com modalidade EaD?
6. Como você se atualiza em relação a área de EaD?
7. Que relações estabelece entre o online e o presencial?
8. Quantos professores-tutores a distância vinculados ao programa UAB atuam no momento no seu curso?
9. O curso possui algum programa de formação continuada de tutores para a modalidade EaD? Se sim, quem oferece? Você participa?
10. Se afirmativo, quem é responsável por esta formação e que temas são abordados? Qual a frequência dos encontros?
11. Que perfil deve ter o tutor a distância para atuar no seu curso? Qual é a função dos tutores no seu curso? Que tipo de formação você acha necessária para este profissional? O que você pensa sobre este profissional?
12. Como você acompanha o trabalho do tutor?
13. Quais as limitações do coordenador em relação ao curso?
14. O PPP do curso é o mesmo do presencial? Como você pode interferir nas mudanças necessárias ao curso?
15. De que forma você articula os trabalhos desenvolvidos no curso?
16. Você considera que o tutor representa a UFJF seja nos encontros presenciais ou na plataforma online?

APÊNDICE C

Roteiro de Questionário

Tutores a distância atuantes nos cursos de graduação UAB/UFJF

1. Qual a sua formação na graduação?

- Licenciatura
- Bacharelado

2. Há quanto tempo você atua na EaD?

- até 1 ano
- entre 1 e 5 anos
- mais de 5 anos

3. Você possui formação específica em EaD?

- SIM
- NÃO

4. Para cada afirmativa abaixo, marque a opção que mais se aproxima de sua concepção de tutor/tutoria.

	Concordo plenamente	Concordo parcialmente	Discordo
É imprescindível que o tutor tenha licenciatura/bacharelado aderente ao curso/área do conhecimento para atuar na mediação/orientação de conteúdos.	<input type="radio"/> É imprescindível que o tutor tenha licenciatura/bacharelado aderente ao curso/área do conhecimento para atuar na mediação/orientação de conteúdos.	<input type="radio"/> É imprescindível que o tutor tenha licenciatura/bacharelado aderente ao curso/área do conhecimento para atuar na mediação/orientação de conteúdos.	<input type="radio"/> É imprescindível que o tutor tenha licenciatura/bacharelado aderente ao curso/área do conhecimento para atuar na mediação/orientação de conteúdos.
O conhecimento/formação do tutor não interfere na mediação/orientação de conteúdos.	<input type="radio"/> O conhecimento/formação do tutor não interfere na mediação/orientação de conteúdos.	<input type="radio"/> O conhecimento/formação do tutor não interfere na mediação/orientação de conteúdos.	<input type="radio"/> O conhecimento/formação do tutor não interfere na mediação/orientação de conteúdos.
O tutor pode desenvolver uma	<input type="radio"/> O tutor pode desenvolver uma	<input type="radio"/> O tutor pode desenvolver uma	<input type="radio"/> O tutor pode desenvolver uma

	Concordo plenamente	Concordo parcialmente	Discordo
mediação/orientação de conteúdos de qualidade, independente de seu conhecimento na área, desde que tenha bons materiais instrucionais (apostilas, livros etc).	mediação/orientação de conteúdos de qualidade, independente de seu conhecimento na área, desde que tenha bons materiais instrucionais (apostilas, livros etc).	mediação/orientação de conteúdos de qualidade, independente de seu conhecimento na área, desde que tenha bons materiais instrucionais (apostilas, livros etc).	mediação/orientação de conteúdos de qualidade, independente de seu conhecimento na área, desde que tenha bons materiais instrucionais (apostilas, livros etc).
O tutor não é (não deve ser) responsável pela mediação/orientação de conteúdos.	<input type="radio"/> O tutor não é (não deve ser) responsável pela mediação/orientação de conteúdos.	<input type="radio"/> O tutor não é (não deve ser) responsável pela mediação/orientação de conteúdos.	<input type="radio"/> O tutor não é (não deve ser) responsável pela mediação/orientação de conteúdos.
O tutor não é professor e não precisa ter conhecimentos específicos pelos conteúdos da disciplina/curso.	<input type="radio"/> O tutor não é professor e não precisa ter conhecimentos específicos pelos conteúdos da disciplina/curso.	<input type="radio"/> O tutor não é professor e não precisa ter conhecimentos específicos pelos conteúdos da disciplina/curso.	<input type="radio"/> O tutor não é professor e não precisa ter conhecimentos específicos pelos conteúdos da disciplina/curso.
O tutor deve participar do planejamento da disciplina para poder atuar nela.	<input type="radio"/> O tutor deve participar do planejamento da disciplina para poder atuar nela.	<input type="radio"/> O tutor deve participar do planejamento da disciplina para poder atuar nela.	<input type="radio"/> O tutor deve participar do planejamento da disciplina para poder atuar nela.
O tutor é docente/professor e precisa ter conhecimentos específicos pelos conteúdos da disciplina/curso.	<input type="radio"/> O tutor é docente/professor e precisa ter conhecimentos específicos pelos conteúdos da disciplina/curso.	<input type="radio"/> O tutor é docente/professor e precisa ter conhecimentos específicos pelos conteúdos da disciplina/curso.	<input type="radio"/> O tutor é docente/professor e precisa ter conhecimentos específicos pelos conteúdos da disciplina/curso.
A formação específica em EaD, que compreenda as metodologias e estudos/pesquisas para esta modalidade, é fundamental para atuação do tutor e demais atores no curso.	<input type="radio"/> A formação específica em EaD, que compreenda as metodologias e estudos/pesquisas para esta modalidade, é fundamental para atuação do tutor e demais atores no curso.	<input type="radio"/> A formação específica em EaD, que compreenda as metodologias e estudos/pesquisas para esta modalidade, é fundamental para atuação do tutor e demais atores no curso.	<input type="radio"/> A formação específica em EaD, que compreenda as metodologias e estudos/pesquisas para esta modalidade, é fundamental para atuação do tutor e demais atores no curso.
O tutor que atua em EaD precisa se manter atualizado diante do desenvolvimento tecnológico da Web 2.0.	<input type="radio"/> O tutor que atua em EaD precisa se manter atualizado diante do desenvolvimento	<input type="radio"/> O tutor que atua em EaD precisa se manter atualizado diante do desenvolvimento	<input type="radio"/> O tutor que atua em EaD precisa se manter atualizado diante do desenvolvimento

	Concordo plenamente	Concordo parcialmente	Discordo
	tecnológico da Web 2.0.	tecnológico da Web 2.0.	tecnológico da Web 2.0.
O tutor é somente um executor de atividades pensadas pelo professor.	<input type="radio"/> O tutor é somente um executor de atividades pensadas pelo professor.	<input type="radio"/> O tutor é somente um executor de atividades pensadas pelo professor.	<input type="radio"/> O tutor é somente um executor de atividades pensadas pelo professor.
A formação específica em EaD, que compreenda as metodologias e estudos/pesquisas para esta modalidade, é de responsabilidade só do professor.	<input type="radio"/> A formação específica em EaD, que compreenda as metodologias e estudos/pesquisas para esta modalidade, é de responsabilidade só do professor.	<input type="radio"/> A formação específica em EaD, que compreenda as metodologias e estudos/pesquisas para esta modalidade, é de responsabilidade só do professor.	<input type="radio"/> A formação específica em EaD, que compreenda as metodologias e estudos/pesquisas para esta modalidade, é de responsabilidade só do professor.

5. O curso em que você atua possui algum programa de formação continuada de tutores específica para a modalidade EaD?

- SIM
 NÃO

6. Se afirmativo para a pergunta anterior, com que frequência ocorre à formação?

- semanal
 quinzenal
 mensal

Outro (especifique) _____

7. Ao iniciar suas atividades como tutor na UFJF você participou de formação/capacitação inicial promovida pelo Cead?

- SIM
 NÃO

8. Se afirmativo para a pergunta anterior, que assuntos/temas foram abordados nesta formação?

- Legislação para esta modalidade e/ou para o ensino superior
 Capacitação para operar a plataforma Moodle
 Metodologias para EaD

- História da EaD
- Fundamentos da EaD
- Teorias da aprendizagem de adultos
- Web 2.0
- Pesquisa na Internet, Redes Sociais, Jogos e games na educação
- Recursos educacionais abertos
- Hibridismo
- Dispositivos móveis
- Letramento digital
- Políticas de inclusão
- Software livre
- Outros

Outro (especifique) _____

9. Apesar de não existir vínculo institucional com a UFJF, você se considera representante da universidade nos espaços sociais, seja nos encontros presenciais ou na plataforma online?

- SIM
- NÃO

10. Se desejar falar algo mais, fique à vontade.

APÊNDICE D

Roteiro de Entrevista

TAE – Técnico em Assuntos Educacionais

1. Qual era sua função durante o período em que trabalhou no Cead?
2. Com sua experiência de trabalho, como você definiria o papel do Cead em relação a educação a distância na UFJF?
3. Poderíamos dizer que a modalidade EaD funciona como uma subcategoria dentro da UFJF?
4. Como você definiria o papel/função do tutor a distância na UFJF?
5. Sobre o coordenador de curso, havia algum tipo de critério para assumir a coordenação destes cursos? Há formação específica em EaD para estes profissionais? Se sim, essa formação é ofertada por quem?
6. Tem o Cead um projeto de ensino/formação que se pretenda institucionalizador da modalidade a distância e que estabeleça diretrizes para a EaD na UFJF, incluindo seus pressupostos teóricos?
7. Você considera que a UFJF vem desenvolvendo de políticas que atendam às necessidades para a formação do tutor que atuará no EAD?
8. Em que consistia a formação de tutores? Qual era a preocupação ao se propor/desenhar algum curso?
9. Verifico que os documentos (regimento e legislação) da UFJF encontrados não fazem menção à “figura” do tutor. O Cead tem algum documento orientador e/ou normatizador desta função? Como é visto o tutor pelo Cead? Além da legislação da UAB, existe algum documento interno que trate deste tema? Qual?
10. Todo tutor ao iniciar suas atividades como bolsista da UAB passa por capacitação inicial organizada pelo CEAD. Em que consiste hoje este programa de formação de tutores? Podemos dizer que há uma preocupação com a formação epistemológica deste colaborador.
11. Você considera que o tutor é docente ou professor auxiliar?
12. Os registros encontrados até o momento indicam que a UFJF iniciou suas atividades na modalidade EaD a partir do ano de 2005, mas há indícios de que esta modalidade de ensino possivelmente já era utilizada anteriormente na universidade. O Cead tem registros do histórico da EaD na UFJF?
13. Qual a sua opinião sobre as condições de trabalho/formação para a tutoria?
12. Qual sua função atualmente como TA na licenciatura em Computação? Como se dá a formação de tutores indicada pela coordenação do curso?
14. Você considera que o tutor representa a UFJF seja nos encontros presenciais ou na plataforma online?

APÊNDICE F**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Eu, _____
_____, RG: _____, declaro que consinto em

participar como sujeito da pesquisa "TUTORIA PARA ALÉM DAS PRÁTICAS DE MEDIAÇÃO: UMA ANÁLISE SOBRE A FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS QUE ATUAM NA EAD NA UFJF", sob responsabilidade do(a) pesquisador(a) Geysa de França e que fui satisfatoriamente esclarecido que:

- A) o estudo será realizado a partir de **questionário e entrevistas**;
- B) que não haverá riscos para minha saúde,
- C) que posso consultar o pesquisador responsável em qualquer época, pessoalmente ou por telefone, para esclarecimento de qualquer dúvida;
- D) que estou livre para, a qualquer momento, deixar de participar da pesquisa e que não preciso apresentar justificativas para isso;
- E) que todas as informações por mim fornecidas e os resultados obtidos serão preservados e confiados ao pesquisador que se obriga a manter o anonimato em relação à fonte (sujeitos de pesquisa) e a se manter fiel e rigoroso em relação aos dados obtidos;
- F) que serei informado de todos os resultados obtidos na pesquisa;
- G) que não terei quaisquer benefícios ou direitos financeiros sobre os eventuais resultados decorrentes da pesquisa;
- H) que compreendi que esta pesquisa é importante para o estudo e melhor entendimento da utilização de mídias digitais no aprimoramento do ensino médico de graduação.

DECLARO, outrossim, que após convenientemente esclarecido pelo pesquisador e ter entendido o que nos foi explicado, consinto em participar da pesquisa em questão.

Juiz de Fora, ____ de março de 2015.

Sujeito de pesquisa Pesquisador(a)

OBS: Este termo apresenta duas vias, uma destinada ao usuário ou seu representante legal e a outra ao pesquisador.